

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSEANE DE FÁTIMA MACHADO DA SILVA

**ABRIGAR O CORPO, CUIDAR DO ESPÍRITO E EDUCAR PARA O TRABALHO:
AÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ À INFÂNCIA DO "ABRIGO PROVISÓRIO
PARA MENORES ABANDONADOS" AO "EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE"
(CURITIBA, 1947-1957)**

CURITIBA

2009

JOSEANE DE FÁTIMA MACHADO DA SILVA

**ABRIGAR O CORPO, CUIDAR DO ESPÍRITO E EDUCAR PARA O TRABALHO:
AÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ À INFÂNCIA DO "ABRIGO PROVISÓRIO
PARA MENORES ABANDONADOS" AO "EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE"
(CURITIBA, 1947-1957)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, área temática de História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Mestrado em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Dra. Gizele de Souza

CURITIBA

2009

PARECER DA BANCA

Ao meu filho, Lucas Henrique, inspiração de minha alma...

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força espiritual que me manteve persistente durante toda a trajetória deste trabalho.

Aos meus pais, Jorge e Irene, por compreenderem as minhas ausências, pelo carinho e pelos exemplos de vidas dedicadas e perseverantes que estruturaram a minha personalidade e foram indispensáveis à conclusão desse trabalho.

Ao meu esposo, Osmair, pelo amor incondicional...

Ao meu filho, Lucas, pelo apoio afetivo, por me ouvir nos momentos mais difíceis, pelo suporte técnico e por ter dividido o seu computador comigo quando o meu apresentava algum problema.

A toda minha família, especialmente minha irmã Gisele, pelo carinho e incentivo.

Às minhas colegas que se encontravam no Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2006 no período da seleção de mestrado e às que atualmente lá se encontram, em especial à Eunice Loos pelos conselhos, carinho e incentivo, à Viviane Maria Alessi pela amizade e pelo estímulo e à Ida Regina Moro Milléo de Mendonça, por ter me estimulado a tirar licença para estudos e autorizado a minha dispensa.

À Prefeitura Municipal de Curitiba que me proporcionou licença para estudos com vencimentos a fim de que pudesse me dedicar exclusivamente à minha pesquisa.

Aos funcionários da Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, do Arquivo Público do Paraná, da Casa da Memória e da Secretaria Estadual da Infância e da Juventude (SEIJ) pela solicitude diante da minha persistência, especialmente ao Marcelo da SEIJ pela confiança e disponibilidade.

Aos meus colegas e amigos de mestrado com os quais tudo se tornou mais agradável: Juraci Santos, Marina Braga, Solange Hoeller e Rossano Silva, pela amizade, pela solidariedade intelectual e por terem compartilhado comigo seus anseios e suas conquistas.

Às integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil – NEPIE, no período de 2007-2008, pela pertinência dos estudos realizados: Fernanda, Etienne, Solange, Tânia e Franciele.

Aos mestrandos e doutorandos com os quais dialoguei neste período, por terem contribuído à ampliação de minhas análises.

À Kelly Fernanda Rucco Turina, pela fraternidade intelectual desde o início desta trajetória, pelo compartilhar de descobertas, inquietações, anseios, conquistas e, principalmente, pela amizade, que será para sempre.

Aos professores da linha de História e Historiografia da Educação: Carlos Eduardo Vieira, Gizele de Souza, Liane M. Bertucci, Marcus A. Taborda de Oliveira, Marcus Levi A. Bencostta, Serlei M. Fischer Ranzi e Vera R. Beltrão Marques, por (contribuírem com o enriquecimento de minha formação intelectual através de suas instigantes aulas.

Aos professores que participaram da disciplina “Seminário de Dissertação”: Dulce Osinki, Gizele de Souza, Marcus Levi A. Bencostta e Serlei M. Fischer Ranzi, pelas significativas considerações que auxiliaram no aperfeiçoamento de minha pesquisa.

À professora Serlei M^a Fischer Ranzi pelas relevantes sugestões e contribuições, desde o “Seminário de Dissertação” até o meu exame de qualificação, que enriqueceram o meu texto a partir dos seus pertinentes apontamentos. E pelo privilégio de tê-la em minha banca de defesa.

À professora Maria Cristina S. de Gouvea pelas importantes sugestões e apontamentos no meu exame de qualificação, que me instigaram a aperfeiçoar meu texto em busca de torná-lo à altura de sua disponibilidade em participar de minha banca de defesa.

Finalmente, à minha orientadora, Gizele de Souza, pelas suas magníficas aulas, pela sua dedicação durante o “Seminário de Dissertação”, pelo estímulo e principalmente pela sensibilidade em perceber e acreditar, desde a seleção de mestrado, que eu seria capaz. A ela o meu carinho, a minha amizade e o meu eterno “muito obrigada” por muito mais do que ter orientado uma dissertação, ter oportunizado a consolidação de um sonho...

Não será a primeira vez que o saudável exercício de “olhar para trás” ajudará a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade. Para começar, a história sobre a criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se quotidianamente imersa.

Mary Del Priore

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A INFÂNCIA NO ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES ABANDONADOS DE SANTA FELICIDADE - A PRIMEIRA FACE DA MOEDA: DISCURSOS, PLANOS E OBRAS DIRECIONADOS À CRIANÇA ABANDONADA	30
2.1 A INSTALAÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO E OS DISCURSOS QUE O ANTECEDERAM.....	30
2.2 ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO ABRIGO PROVISÓRIO: DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OU DEPARTAMENTO ESTADUAL DA CRIANÇA	56
2.3 O SERVIÇO SOCIAL DO JUIZADO DE MENORES E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA: COMPETÊNCIA DO ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES ABANDONADOS DE SANTA FELICIDADE	68
2.4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS DIRECIONADAS ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA: FINALIDADE DO ABRIGO PROVISÓRIO.....	75
3 INFÂNCIA NA PROVISORIEDADE: IMPLICAÇÕES NA VIDA DA CRIANÇA	86
3.1 ENCAMINHAMENTOS SOCIOEDUCATIVOS, MÉDICOS E HIGIÊNICOS, E DE PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO, DIRECIONADOS À CRIANÇA PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE O PRESCRITO E O REALIZADO	86
3.1.1 Destino da criança transferida da instituição: o Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido.....	95
3.2 A IDENTIDADE DA CRIANÇA: CONTESTA-SE EM BUSCA DE UM NOME	99
3.3 PROCURA-SE UMA FAMÍLIA E UM LAR.....	101
3.4 CRIANÇA EM FUGA: A RESISTÊNCIA É UMA RESPOSTA À PROVISORIEDADE	104
4 A INFÂNCIA DO EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE - A SEGUNDA FACE DA MESMA MOEDA: MUDANÇAS OU CONTINUIDADES?.....	108
4.1 DE ABRIGO PROVISÓRIO À EDUCANDÁRIO: TEMPOS E ESPAÇOS DESTINADOS À INFÂNCIA.....	108
4.1.1 A composição física da instituição: ampliação do atendimento à criança	114

4.2 PROPOSTAS À INFÂNCIA POBRE E ABANDONADA: EDUCAÇÃO, RECREAÇÃO E LAZER.....	119
4.3 OS EGRESSOS DO EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE	122
REFERÊNCIAS.....	132
FONTES.....	140

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 - MOVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DO JUIZADO DE MENORES EM 1950	69
TABELA 2 - DELITOS APONTADOS PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO JUIZADO DE MENORES NO ANO DE 1951	70
QUADRO 1 - OBRAS CONSTRUÍDAS, EM CONSTRUÇÃO E PLANEJADAS, NO MUNICÍPIO DE CURITIBA, NO PERÍODO DE 1947 a 1950.....	76
TABELA 3 - INSTITUIÇÕES QUE RECEBERAM AUXÍLIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, EM CURITIBA, NO PERÍODO DE 1947 A 1950.....	78
TABELA 4 - MOVIMENTO DE INTERNADOS EM INSTITUIÇÕES DO ESTADO, DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA, EM CURITIBA, DURANTE O ANO DE 1951	81
QUADRO 2 - CORPO DISCENTE E DOCENTE, INSTALAÇÕES E PESSOAL DO ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES ABANDONADOS DE SANTA FELICIDADE NO ANO DE 1951	85
TABELA 5 - MOVIMENTO DE INTERNOS NO “EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE” NO ANO DE 1954.....	113
TABELA 6 - MOVIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS PARA MENORES E VELHOS DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SUBORDINADOS À DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NO ANO DE 1955.....	123

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - RUA XV DE NOVEMBRO (1941)	50
FIGURA 2 - PRAÇA ZACARIAS (1946)	53
FIGURA 3 - ALTO SÃO FRANCISCO (1947).....	54
FIGURA 4 - PRAÇA CARLOS GOMES (1950)	56
FIGURA 5 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (1950)	58
FIGURA 6 - ORGANOGRAMA DO DECR (1950).....	61
FIGURA 7 - GRÁFICOS COM A VARIAÇÃO DE NATALIDADE E NATIMORTALIDADE EM CURITIBA.....	62
FIGURA 8 - GRÁFICOS COM AS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL EM CURITIBA E NO PARANÁ	63
FIGURA 9 - CENTRO DE PUERICULTURA DA CAPITAL (1950).....	65
FIGURA 10 - ESCOLA DE REFORMA	72
FIGURA 11 - LAR ESCOLA HERMÍNIA LUPION (1950)	77
FIGURA 12 - ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES DE SANTA FELICIDADE (1951)	84
FIGURA 13 - RELATÓRIO DE 1951	90
FIGURA 14 - RELATÓRIO DE 1949	96
FIGURA 15 - RELATÓRIO DE 1949	103
FIGURA 16 - PRAÇA SANTOS ANDRADE (1956).....	111
FIGURA 17 - EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE (SEM DATA).....	115
FIGURA 18 - PLANTA DO EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE (SEM DATA)	116
FIGURA 19 - RELATÓRIO DE 1954	118
FIGURA 20 - OFÍCIO ENVIADO AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (1954)	121

LISTA DE SIGLAS

APMASF	Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa felicidade
CFPMCC	Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido
CPFC	Centro Paranaense Feminino de Cultura
DAS	Departamento de Assistência Social
DSS	Departamento de serviço Social
DGE	Diretoria Geral da Educação
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DECr	Departamento Estadual da criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
IPPUC	Instituto Paranaense de Planejamento Urbanístico do Paraná
LBA	Legião Brasileira de Assistência
SAS	Serviço de Assistência Social
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SNTAS	Secretaria de Negócios do Trabalho e Assistência Social
SSAS	Secretaria de Saúde e Assistência Social

RESUMO

A presente pesquisa aduz como objetivo central a análise das ações do Estado do Paraná direcionadas à infância, atendida pelo Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade (1947-1952) e, posteriormente, pelo Educandário Santa Felicidade (1953-1957). Especificamente, buscou-se identificar as peculiaridades do atendimento prestado à infância, assim como as prescrições do Estado, as realizações da instituição e as implicações que esse atendimento representou para a criança por ela atendida. Para tanto, este estudo se ancorou na hipótese de que a criança pobre e abandonada, atendida nos dois períodos em que se pesquisou a instituição, fez parte de uma infância diferenciada, visualizada como um problema social, que esteve sujeito a encaminhamentos específicos por parte do Estado. As fontes utilizadas para a realização do estudo compreenderam relatórios, jornais, fotografias, plantas, ofícios, termos de sessão, entre outros documentos de caráter jurídico e governamental. Para obtê-las, foram consultados diversos acervos, entre os quais: o Arquivo Público do Paraná, a Biblioteca Pública do Paraná e a Casa da Memória. A partir da análise das fontes e do diálogo com autores pertinentes à área de História e Historiografia da Educação, apontam-se discursos, legislações, planos e obras direcionados à infância; as implicações da provisoriedade na vida da criança; e as mudanças e continuidades na passagem de Abrigo Provisório a Educandário, de forma a considerar as duas faces de uma mesma moeda.

Palavras-chave: Infância pobre e abandonada; Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade; Educandário Santa Felicidade; Curitiba; Estado do Paraná.

ABSTRACT

This present research aims the analysis of the actions provided by the State of Paraná towards childhood issues, more specifically the ones by Provisional Shelter for abandoned children of Santa Felicidade (1947 – 1952) and, after that, the ones by Santa Felicidade Children School (1953 – 1957). This work tries to identify peculiarities about the service given to children as well as the prescriptions from the State, the accomplishments from the institution and the implications that this service represented to children assisted by it. The current study supports itself by the idea that the poor and abandoned child (assisted by the institution during those periods mentioned above) took part in a different childhood, as she or he was seen as a social problem, who passed through specific requirements from the State. The sources which were used for this research are paper reports, newspapers, photographs, blueprints and official files, among other legal and governmental documents. Public archives were consulted, such as Public Archive of Paraná, Public Library of Paraná and House of Memory. Through the analysis of the sources and the dialogue between them and well known researchers from the History and Historiography of Education area, one can find discourses, legislations and plans related to childhood issues; the implications of the briefness in children's lives; the changes during the process from Provisional Shelter to Children School, trying to take into account the two sides of the same coin.

Keywords: Poor and abandoned childhood; Provisional Shelter for abandoned children of Santa Felicidade; Santa Felicidade Children; Curitiba; Paraná State

1 INTRODUÇÃO

Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, [dos utensílios ou das máquinas], por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente os homens que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça.

Marc Bloch

As reminiscências das palavras de Bloch constituíram a inspiração inicial que resultou neste estudo, que se sucedeu em 2005, durante uma caminhada pela Avenida Manoel Ribas¹ em que se deparou diante de uma antiga construção, já depredada, onde se via entre as pichações, com letras fortes: "Educandário Santa Felicidade". Assim, a partir de tal imagem, as idéias do autor foram lembradas e, de imediato, suscitaram várias indagações, como: quem foram as crianças que ali viveram? De onde vinham? Como eram educadas? Quem as educava? Que tipo de atendimento receberam? Como foi a infância delas? Que destino tiveram?

A partir de então, a presente pesquisa passou a ganhar forma sob o título "Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do Estado do Paraná à infância do Abrigo Provisório para Menores Abandonados ao Educandário de Santa Felicidade (Curitiba, 1947-1957)". Ancorado teoricamente nas proposições de Bloch (2001), este estudo considera que: a História é a ciência dos homens, no tempo; a faculdade de apreensão do que é vivo é a qualidade mestra do historiador; reunir os documentos que estima necessário é uma das tarefas mais difíceis do historiador; de todos os venenos capazes de viciar o testemunho, o mais virulento é a impostura; uma palavra deve dominar e iluminar nossos estudos: compreender; as mudanças das coisas estão longe de acarretar sempre mudança paralela em seus nomes e reciprocamente acontece dos nomes variarem no tempo ou no espaço, independente de qualquer variação nas coisas; tudo, as causas, em história como em outros domínios, não são postuladas, são buscadas.

¹ Atualmente é uma das principais avenidas do bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, no Paraná.

As fontes investigadas indicam que a instituição, enquanto abrigo provisório, iniciou o seu funcionamento no ano de 1947. Até 1952 a instituição abrigou crianças pobres e abandonadas em caráter provisório, pois elas deveriam ser submetidas a uma triagem e encaminhadas à outra instituição em caráter permanente, até atingir a maioridade. Posteriormente, em 1953, passou a denominar-se “Educandário Santa Felicidade” e atender crianças de 0 a 7 anos².

Em 1957, o Educandário Santa Felicidade passou a ser administrado pela “Província Brasileira das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”³, porém, em 1969, a administração ficou sob a responsabilidade de uma congregação religiosa paraguaia. Mas em 1970 retorna na administração a “Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”, até o ano de 1987, quando o Estado reassumiu a administração da instituição.

Ao considerar o serviço de Assistência Social da instituição no período pesquisado (1947-1957), todos os internos eram denominados “menores”, independente da faixa etária dizer respeito a uma criança ou a um adolescente. Entretanto, essa denominação não seria específica ao caso curitibano. De acordo com Londoño (1996), a partir de 1920 a palavra "menor" passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem. Assim, menor deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos.

A utilização do termo “menor”, pelas fontes inquiridas, durante todo o período de abrangência desse estudo, advêm da legislação que serviu de parâmetro para as instituições de amparo e assistência aos “menores abandonados” – o

² Não há consenso nos documentos investigados quanto à idade das crianças atendidas. Alguns se referem a 6 anos, outros a 7 anos, porém, segundo os relatórios da instituição, a faixa etária atendida deveria ser de 0 a 7 anos.

³ De acordo com o texto “Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”, a Companhia da “Província Brasileira das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo” foi fundada no século XVII por São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac. É conhecida na Igreja pelo nome de Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas dos Pobres. A Companhia das Filhas da Caridade é uma sociedade de vida apostólica em comunidade, que assume os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência, conforme suas constituições e estatutos, para servir corporal e espiritualmente os pobres, vendo neles a pessoa de Jesus Cristo crucificado. Chegaram em Curitiba em 1904 e atuaram em diversas instituições de amparo à infância pobre e/ou abandonada.

Código de Menores de 1927 –, que fixou a idade e as condições nas quais as crianças e/ou adolescentes seriam considerados “menores abandonados”. Nesse sentido, de acordo com o capítulo IV, artigo 26:

Consideram-se abandonados os menores de 18 anos:

I – que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos, ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam;

II – que se encontrem eventualmente em habitação certa nem meio de subsistência, devido à indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda;

III – que tenham pai, mãe, tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho, pupilo ou protegido;

IV – que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes;

V – que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem;

VI – que freqüentem lugares de jôgo ou de moralidade duvidosa ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida;

VII – que devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:

a) vítima de maus tratos físicos habituais ou castigos imoderados;

b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde;

c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saúde;

d) excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem.

VIII – que tenham pai, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condenado por sentença irrecorrível:

a) a mais de dois anos de prisão por qualquer crime;

b) a qualquer pena como co-autor, cúmplice, encobridor ou receptor de crime cometido por filho, pupilo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra êstes.

Contudo, a posição aqui é empregar a denominação “menor” quando estiver me referindo às fontes consultadas; e os termos “criança” e/ou “adolescente” para efeito de analisar e discutir as fontes, a fim de não permitir o anacronismo.

De acordo com o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP (1997), a instituição encerrou suas atividades em 1997, sob a justificativa de que as crianças seriam mais bem atendidas num local com melhores acomodações. E, desta forma,

as crianças do Educandário Santa Felicidade foram transferidas para o Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha⁴.

A intenção inicial desta pesquisa foi analisar todos os anos de funcionamento da instituição, porém as fontes investigadas não permitiram que esse estudo abarcasse as cinco décadas de existência. Desta forma, inicia-se em 1947, ano em que a instituição foi fundada e finaliza-se no término do ano de 1957, quando a administração passou das mãos do Estado às das “Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo”. Sendo assim, a delimitação do período para a presente pesquisa deu-se a partir das sinalizações indicadas pelas fontes investigadas através de três evidências: a instituição iniciou seu funcionamento em 1947; o período estudado abrangeu as duas fases da instituição – Abrigo Provisório e Educandário – e, dessa forma, colocou em destaque a trajetória da mesma; e, em 1958, iniciou-se uma nova administração.

As informações gerais dessa instituição provocaram o investimento em um estudo, de perspectiva histórica, que evidenciasse a temática da infância e projetasse luz às propostas que a instituição destinava às crianças que ali viviam e se educavam. O objetivo central deste estudo é compreender essa determinada infância, atendida pela instituição, no período de abrigo provisório e no período de educandário e, desse modo, aproximar-se de fragmentos da vida das crianças que nessa instituição construiriam parte de suas trajetórias de vida. Além disso, buscou-se identificar as especificidades desse atendimento prestado à infância pobre e abandonada, bem como investigar as prescrições do Estado e as realizações da instituição. Para tanto, esse estudo se ancora na hipótese de que a criança pobre e abandonada da instituição, de seu período de abrigo provisório ao de educandário, fez parte de uma infância diferenciada, visualizada como um problema social, que esteve sujeita a encaminhamentos específicos por parte do Estado.

Nesse sentido, Kulhmann Jr. (2002) esclarece que, desde a década de 1870 já existiam no Brasil propostas que concebiam a infância abandonada como um problema social, e que, a partir de 1922, essa questão ficou mais evidente com as

⁴ No dia 5 de novembro de 1997, foram encaminhados cópias dos ofícios da Presidência do IASP para juízes e promotores, referentes à mudança do Educandário Santa Felicidade para o Educandário Caetano Munhoz da Rocha.

subdivisões e classificações dadas à infância. Cada infância receberia encaminhamentos específicos dependendo da sua situação. As instituições de beneficência, como os asilos ou orfanatos, seriam escolas de preservação das crianças ainda não pervertidas e, outros tipos de instituições seriam as Escolas de Reforma ou Reformatórios, que se responsabilizariam pelo resgate moral ou pela reeducação das já viciosas.

Na década de 1940, no Paraná e em outros Estados brasileiros, a assistência e a proteção dirigidas à infância pobre e abandonada deveria ser garantidas pelo Estado. Bernal (2004) aponta que, no caso do Estado de São Paulo, isso se dava por meio de instituições disciplinares que firmavam a competência do Estado e dos municípios para criar departamentos especializados com a finalidade de reeducar, e ressocializar a criança pobre e abandonada.

Desvendar as peculiaridades dos termos criança e infância é uma tarefa árdua. Estudiosos da história da infância e/ou da criança, têm se inserido no tema, em busca de que sejam compreendidos como substantivos distintos e não como sinônimos.

Recentemente, Moysés Kuhlmann Jr. e Rogério Fernandes (2004) abordaram as especificidades dos termos, de forma que para eles a palavra "infância" evoca um período da vida humana, enquanto o vocábulo "criança" indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo.

Egle Becchi (1996) aponta que, já na cultura medieval, havia uma antítese na concepção de criança diante da construção de imagens opostas de infância. De um lado estaria o afeto, a piedade, a proteção e, de outro, a indiferença, a crueldade a violência e o abandono. A autora nos dá pistas sobre a assistência prestada às crianças abandonadas na época, indicando que ao “bambino” abandonado, órfão, doente, a piedade cristã oferece – e não sempre – proteção. Mas essa proteção resulta muitas vezes em morte, escravidão e exílio.

Diante disso, considera-se que as diferentes formas de tratamento dispensadas às crianças no mesmo período histórico e em períodos diferenciados, levaram à compreensão, em conformidade com Faria Filho (2008), de que não existe somente uma infância, mas diferentes infâncias, que se configuram de acordo com o contexto histórico-social no qual a criança está inserida. Nesse mesmo sentido Gouvea (2008) esclarece que:

Mesmo a definição do período de vida ao qual o conceito de infância é referido, embora sustente-se numa inscrição biológica, constitui um construto sócio-histórico. O que denominamos como infância hoje difere do sentido produzido noutros contextos históricos, nomeando classes de idades distintas. Emerge na produção mais recente uma historização dos vocábulos a partir dos quais a infância foi nomeada, bem como uma maior precisão na definição do extrato geracional a que os termos eram dirigidos. (p. 98)

Ferreira e Gondra (2006) apontam para o fato de que, com a mesma idade, encontram-se crianças em situações sociais diferenciadas, como na rua, sem teto, prostituídas, crianças abrigadas em instituições de caridade, crianças em lares sem pai, sem mãe, sem família nuclear, sem cuidados, crianças trabalhadoras submetidas às mais variadas formas de violência e de privação e, por outro lado, crianças bem alimentadas, bem vestidas, protegidas e recobertas de atenção, crianças consumidoras exigentes e integrantes de um sistema de serviços de saúde, educação e lazer. Portanto, para os autores “crescer não significa passar pela experiência delineada por uma mesma perspectiva de infância” (p. 175).

Sarmiento (2004) vê um grande paradoxo, pois "apesar de ter havido sempre crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio" (p. 11). Dessa forma, nesse estudo, compartilha-se das considerações de autores que apresentam a perspectiva da infância como categoria de construção social. Destarte, essas crianças são do mesmo modo “seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças” (SARMENTO, 2004, p. 10).

Assim, partilha-se das idéias de vários teóricos que investigam a infância, isto é, "a recusa da identificação da infância como um dado universal, de uma categoria natural, descritos em traços essenciais desenraizados do contexto social em que a criança se localiza" (ALMEIDA, 2000, p. 26).

Diante do exposto, o problema que se propõe para este estudo é o papel do estado do Paraná frente à infância atendida pelo Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade e, posteriormente, pelo Educandário Santa

Felicidade, na perspectiva que identifica a natureza desse atendimento: ações, prescrições, sujeitos envolvidos, contradições e problemas enfrentados.

Para tanto, a relação entre infância e instituição é analisada como algo indissociável, no sentido de que as instituições sociais têm história e marcam a vida dos sujeitos que nela vivem. Desse modo, o estudo sobre a infância da criança do Abrigo Provisório ao Educandário pode manifestar a relação entre educação/instituição, compreendida por Magalhães (2004) como uma forma de traduzir "toda panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social" (p. 15).

Nessa direção, os encaminhamentos por parte do Estado direcionados ao "Abrigo Provisório" e ao "Educandário" auxiliam na visualização da infância da criança que se encontrava como alvo das ações do Estado, bem como identificam permanências e mudanças na trajetória de vida da criança pobre e abandonada, assim como da instituição.

Assim, nesse estudo não se faz a opção entre Infância e Instituição, mas pela infância de determinada instituição. Nesse sentido, ao se perceber que as fontes encontradas para esse estudo se mostravam escassas para visualizar a criança e sua infância em primeiro plano, buscou-se a percepção das mesmas através de documentos que retratam muito mais a instituição do que a infância.

A partir disso, a opção foi pela análise de todas as fontes investigadas que de alguma forma dialogam com o tema. É através de documentos que retratam a instituição que, timidamente, aparece a criança e sua infância. O arquivo do Juizado de Menores que, possivelmente, contém os prontuários das crianças pobres e abandonadas em Curitiba, representaria uma fonte que contribuiria numa dimensão incomensurável à visualização da criança e sua infância. No entanto, a consulta a esse acervo foi indeferida sob a alegação de que

atualmente o arquivo da Vara da Infância e Juventude encontra-se provisoriamente instalado junto ao barracão do Departamento de Serviços Gerais do Tribunal de Justiça, [o que torna] impossível o deferimento do pedido, neste momento, uma vez que haveria necessidade de comparecimento ao local com funcionário desta Vara, o que não pode ser disponibilizado face a carência de recursos humanos na escrivanã. (PARANÁ, 2008, 779-1j)

Nesse sentido, o uso das fontes não foi somente uma escolha da pesquisadora, mas uma coação diante da impossibilidade de alternativas. Essas fontes, quando citadas, estão todas na grafia original e incluem os seguintes acervos:

- Acervo do Arquivo Público do Paraná, que contém os Relatórios enviados à Diretoria Geral da Educação (DGE) pelo Serviço de Assistência Social da instituição pesquisada, assim como os Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, apresentados ao Exmo. Senhor Governador, pelo Senhor Secretário de Estado - indicadores das falas do Serviço de Assistência Social do Paraná e do Secretário dos Negócios do Trabalho e Assistência Social - que permitem adentrar as especificidades dos encaminhamentos à infância pobre e abandonada no período estudado.
- Acervo da Biblioteca Pública do Paraná, que abrange as mensagens de governadores, os Relatórios da Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma coletânea de artigos de jornais reunidos no documento "Um Jornal a serviço da Infância", de Homero Braga⁵ e artigos de jornais locais - apontadores de planos e obras do Estado, direcionados à infância pobre e abandonada em Curitiba, indicadores do apoio da filantropia às instituições públicas e do Estado às instituições particulares e/ou filantrópicas, e fragmentos dos discursos da sociedade paranaense em apoio às crianças pobres e desvalidas.
- Acervo da Secretaria de Estado da Infância e Adolescência, que contribuiu não só para aprofundar as informações já obtidas, mas também com imagens da instituição.

⁵ De acordo com a Sociedade Paranaense de Pediatria, Homero de Mello Braga nasceu em Curitiba, Paraná, no dia 17 de dezembro de 1907. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Paraná, em 1929, especializando-se em Pediatria e genética humana. No ensino e na clínica pediátrica sua carreira profissional adquiriu uma notoriedade ainda maior. Toda sua longa vida no magistério transcorreu na Universidade Federal do Paraná (1944-1977). Na década de 1940, organizou o programa de rádio "Hora da Mulher", transmitido pela Rádio Clube Paranaense, onde prestava informações sobre a saúde da mulher e da gestante. Foi cronista nos periódicos "A Tarde", "O Dia" e "Gazeta do Povo". Faleceu em 15 de setembro de 1985. Foi homenageado pela Sociedade Paranaense de Pediatria, sendo indicado como patrono da Cadeira 18 da Academia Brasileira de Pediatria.

- Acervo de imagens da Casa da Memória, que auxiliou na caracterização do tempo e do espaço da cidade de Curitiba. Considera-se que a perspectiva de análise das fontes iconográficas é ir além da simples ilustração e, superar a mera "atração exercida pela imagem", segundo Vidal (1998, p. 76).

Em deferência a fonte de jornais, cabe salientar que Homero Braga compilou artigos dos Jornais: Gazeta do Povo, Diário da tarde, Correio do Paraná, O Dia. Também compilou notícias de emissoras de Rádios: Hora do Brasil e Clube paranaense. Entretanto, optou-se pelo uso de artigos dos próprios jornais, mesmo com a constatação de que a sua coletânea está em conformidade com os mesmos, isto é, cotejou-se a obra de Braga com os Jornais e não houve conflito de informações e, tampouco, ausência de algum artigo. O uso diretamente da fonte primária é apenas uma alternativa que facilita a compreensão de autores e público alvo.

Quanto à falta de vozes infantis, nas fontes investigadas, não é uma situação embaraçosa somente dessa pesquisa, pois a falta de sensibilidade histórica, que faz com que não se preservem as produções pessoais das crianças, apontadas por Miguel Arroyo na introdução da obra "Infância no Sótão", traz consequências irremediáveis para a História da Infância. Entretanto, essa constatação pode ser justificada pelas palavras de Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004):

Assim, se a história da criança não é passível de ser narrada na primeira pessoa, se a criança não é nunca biógrafa de si própria, na medida em que não toma posse da sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona a narrativa, talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança. (p. 15-16)

Da mesma forma, consideram-se os argumentos de Gouvea (2008):

[...] a documentação produzida pelo adulto espelha as expectativas sociais dirigidas ao sujeito infantil, mais do que expressa suas formas de inserção num determinado momento histórico. Os discursos e práticas de socialização ao dirigirem-se à criança, constroem um imaginário sobre a infância, produzindo modelos de gestos, hábitos, comportamentos que são

material de socialização nos processos de formação de tais atores. A criança é também produto de tais práticas e discursos. (p. 106)

No entanto, a escassez de fontes que possibilitassem visualizar a criança não é justificativa para indicar qualquer fragilidade neste estudo, mesmo porque compartilha-se da postulação de Gouvea (2008), segundo a qual o ato de categorizar um possível elenco de fontes não constitui a principal questão para o historiador da infância, pois os documentos só são passíveis de análise a partir das perguntas postas pelo investigador. Desse modo “a parca existência de pistas históricas documentais produzidas pela criança não significa desconsiderar seu papel de ator social que, através de suas práticas simbólicas, reproduz interpretativamente o mundo” (p. 112).

Nesse caso, considera-se a escassez de fontes que abordem diretamente a criança ou a infância apenas uma constatação e não uma justificativa. O indispensável a considerar é que as fontes investigadas permitiram conhecer, identificar e analisar aspectos sócio-educacionais, médico-higiênicos e de preparação para o trabalho, que estiveram presentes na infância da criança que se encontrava no Abrigo Provisório e no Educandário de Santa Felicidade, no período de 1947 a 1957, em Curitiba. Assim, a relação com as fontes, no decorrer da pesquisa, tem a pretensão de adquirir a mesma perspectiva apontada por Ragazzini (2001):

Ao representarmos o trabalho historiográfico como uma ponte entre o presente e o passado - que adquire a sua estabilidade à medida que estabelece um balanceamento adequado entre a localização, a leitura e o emprego das fontes, de uma parte, e a determinação dos problemas historiográficos, a construção e o uso dos esquemas interpretativos -, chegamos à conclusão de que a relação do historiador com as fontes é uma das bases, um alicerce fundamental da pesquisa. A relação com as fontes é a base sobre a qual se edifica a pesquisa historiográfica. (p. 15)

É importante demarcar aqui os limites deste estudo, ou seja, salientar que ele tem como objeto a infância pobre e abandonada atendida em uma instituição localizada na cidade de Curitiba, nos anos de 1947 a 1957, e não vice-versa. Portanto, a cidade de Curitiba seria o contexto de uma determinada infância, que se encontrava em uma instituição específica. Nesse sentido, faz-se História da Infância

e História da Instituição de forma indissociável, a fim de contribuir com a História da Educação brasileira, numa abordagem sociocultural.

Em alguns momentos da pesquisa, realiza-se um recuo temporal ao período que antecede o ano de 1947 com a finalidade de compreender o contexto em que a preocupação com a infância pobre e abandonada se delineou. Isso porque a coletânea de artigos de jornais, organizados por Homero Braga, em 1948, evidencia que, nos anos iniciais da década de 1940, houve a intensificação das campanhas em defesa da criação de instituições de amparo e proteção à infância. Reflexo dessas preocupações em nível nacional é percebido através da criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940, assim como do Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942.

Nesse sentido, Pereira (2006, p. 4) identifica que após o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, organizado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, na cidade do Rio de Janeiro, em 1922, passou a existir uma aliança entre a ação dos juristas e a assistência social em todo o país e que iriam originar uma ação mais contundente do Estado. Nesse Congresso, muitos trabalhos apresentados e debatidos cobravam uma maior atuação do Estado em relação aos problemas que envolviam a infância pobre.

A obra de Ariès foi indubitavelmente a precursora de estudos sobre crianças e infâncias. Carlota Boto (2002)⁶ afirma que são inúmeros os autores que, com base no trabalho de Ariès, passam a perceber a relação intrínseca entre a infância e o modo como a percepção sobre as crianças se apresenta como uma categoria social temporalmente construída. Dessa forma, para além das críticas dirigidas à Ariès, seu trabalho se apresenta pioneiro e proporciona abertura a um leque de possibilidades nas pesquisas sobre a infância.

⁶ De acordo com Carlota Boto (2002, p. 12), o livro "História social da criança e da família" aborda a sensibilidade adulta acerca da infância em sociedades européias, tomando o final da idade média como ponto de partida e o século XIX como término. Progressivas modificações ocorriam nesse âmbito: a criança, no início do período abordado, é destacada apenas por seu caráter incompleto, por um não-ser adulto. Pouco a pouco reconhecida em especificidades que são suas, passaria a ser observada, paparicada, mimada e, finalmente, amada. Essa longa trajetória, contudo, teria sido acompanhada por acentuadas mudanças na agremiação familiar e pelo decréscimo nas taxas de mortalidade infantil, que, por si mesmas, teriam acentuado o apego dos adultos por suas crianças. A tese de Ariès consolidava, assim, a suposição de que, desde o século XVI até o século XIX, teria sido firmada a subjetividade moderna com relação à infância.

Maria Luiza Marcílio (2006) faz uma retrospectiva do abandono de bebês desde a antiguidade. Ela afirma que esse ato é um fenômeno de todos os tempos, variando apenas as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes. Na antiguidade, o abandono de crianças está presente na tradição judaica, como os exemplos de Ismael e Moisés; na mitologia e na filosofia, com Édipo e Júpiter e até nos clássicos gregos ela aparece. Entre os romanos, esse ato era comum, antigo e havia até lugares especiais onde se costumavam abandonar bebês. E mesmo com a formação de um vasto conjunto de leis a partir do ano 315, não se percebe preocupação com a criança, mas com os possíveis resultados que poderia advir dessa atitude, como incesto, infanticídio, estímulo às relações extramatrimoniais ou à prostituição. Entretanto, na Idade Média, a situação permanece e em diferentes culturas observa-se o fenômeno do abandono de bebês. Nos séculos XVIII a XIX a caridade pública emerge, a criança abandonada é vista como um problema dos adultos a ser resolvido, entretanto a finalidade das ações seria proteger os adultos da criança abandonada e não a preocupação com a integridade física e moral da mesma.

Dessa forma, Marcílio (2006) esclarece que no ocidente a preocupação em salvar o corpo da criança, somente tornar-se-ia uma preocupação mais expressa, sob a influência das idéias populacionistas e humanistas, a partir do ano de 1750, quando se inicia uma batalha contra a mortalidade infantil. Emerge assim, no século XVIII, a fase da filantropia que se estende até os dias atuais, e é nessa fase que surgem as primeiras políticas públicas sociais. Porém, essa conquista foi lenta em relação à criança sem família. Somente depois da Segunda Guerra Mundial e da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, passaram a vigorar as leis de adoção plena, estendidas desde o nascimento da criança. Nessa mesma direção, Sandri (2001) afirma que

A história da infância abandonada desenvolveu notavelmente nos últimos três decênios do século passado por mérito dos estudos sobre família, mas, sobretudo graças ao impor-se da história dos pobres, dos marginais no sentido lato e ao interesse crescente dos historiadores da demografia histórica. As fontes conservadas nas instituições assistenciais onde as crianças abandonadas começaram a ser acompanhadas a partir do século XII-XIII, ou seja, à época da retomada demográfica e econômica do Ocidente europeu, constituíram e constituem, de fato, o ponto de referência privilegiado dos historiadores e demógrafos. A história da infância abandonada é portanto, em grande parte, a história da infância dos pobres. (p. 79)

Geremek (1986) analisa a história da caridade e da pobreza na Europa e aponta um elemento comum e essencial nas teorias sobre a pobreza: a firme convicção de que o fenômeno da pobreza não pode ser analisado fora do contexto social, das atitudes do resto da sociedade face aos deserdados e da percepção socioética das noções de sucesso e de insucesso material. Entretanto, o autor identifica uma determinada imprecisão da terminologia nas abordagens sobre a pobreza enquanto estigma social e a dificuldade em estabelecer distinções claras entre categorias de pobres. E é nesse sentido que ele evidencia a distinção entre pobres “meritórios”, que no presente estudo seriam as crianças pobres e abandonadas na instituição de assistência, e pobres “indignos” que seriam os menores infratores.

Entretanto, a historiografia sobre a infância e/ou adolescência das crianças pobres e/ou abandonadas em instituição de assistência, na cidade de Curitiba e no Estado do Paraná, no momento, é escassa⁷.

Dessa forma, o diálogo com a historiografia, nessa pesquisa, sinaliza para o que já havia apontado Colombo (2002) sobre a dificuldade de trabalhar temas que apresentam escassez de pesquisas específicas, pois na ausência de referências, busca-se fundamentação ideológica nas pesquisas que se aproximam do tema. Isso pode ser conseqüência, de acordo com Marcílio (2006), do fato de que a historiografia brasileira, até fins da década de 1980, pouco se ocupou da criança e mesmo da família. Foi a utilização dos recursos da demografia histórica, no Brasil e da chamada "História Nova", ambas valorizando as pesquisas sobre os excluídos sociais, que possibilitou a descoberta de realidades novas, inusitadas, na nossa paisagem social e histórica.

Na mesma acepção, Gouvea (2008) assinala que, ao contrário dos demais sujeitos históricos investigados pela Nova História através de suportes variados, os quais deixaram um registro de sua experiência coletiva, a criança não se fez propriamente autora da própria história, mas destinatária de discursos e práticas destinados à sua formação para a vida adulta, de forma a demandar ao historiador da infância um trabalho de produção e interpretação documental, considerando que

⁷ Quanto a essa historiografia podem-se considerar duas significativas produções: a tese de Schmidt (1997) que aborda a primeira Conferência Nacional de Educação e a construção da infância brasileira em Curitiba, no ano de 1927; e a tese de Trindade (1998), que pesquisa a metamorfose sofrida no conceito de “criança” para “menor” ocorrido no início do século XX.

a prática historiográfica constitui-se não apenas na recolha das fontes, mas na produção das mesmas, questão que se afirma com maior radicalidade na história da infância.

A partir do diálogo da historiografia sobre a infância, as crianças e os adolescentes pobres e/ou abandonados, em instituições de assistência no Brasil⁸, e as fontes que permitiram evidenciar a história da infância destes, em Curitiba, no Abrigo Provisório para Menores Abandonados e no Educandário Santa Felicidade, permite-se pensar no tipo de proposta que se dirigiu a estes mesmos sujeitos quando inseridos em uma condição social específica, assim como nas formas distintas que a criança foi atendida, estando assim a “História da infância e da criança abandonada” imbricadas na “História da assistência e das instituições” que as assistiam.

Ao analisar as fontes específicas sobre a instituição em estudo, que inicialmente acreditou-se ter sido apenas um educandário, torna-se possível perceber que ela era como uma moeda, isto é, teria duas faces: em 1947, a instituição denominava-se “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade”, denominação que permaneceu até o ano de 1953, quando passou a denominar-se “Educandário Santa Felicidade”.

Diante disso, esse estudo divide-se em três capítulos⁹, assim estruturados:

No primeiro capítulo, intitulado “A Infância do Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade - a primeira face da moeda: discursos, planos e obras direcionados à criança abandonada”, aborda-se a instalação do Abrigo Provisório e os discursos que o antecederam, a relação da instituição com o Departamento de Assistência Social, o Departamento Estadual da Criança, o Juizado de Menores e a Legião Brasileira de Assistência, na tentativa de visualizar sob qual responsabilidade estaria a infância do Abrigo Provisório, o que seria de competência da instituição e qual a finalidade da mesma a partir das ações governamentais direcionadas às instituições de assistência à infância.

⁸ Questão evidenciada a partir da leitura das produções de autores citados nessa pesquisa e de autores não citados, como Sonia de Oliveira Camara Rangel, que escreveu “Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920”.

⁹ De acordo com as **Normas para apresentação de documentos científicos**, da Universidade Federal do Paraná, nº 2 (2007), a Introdução é numerada. Dessa forma, a introdução corresponde ao item 1, o capítulo 1 ao item 2 e assim sucessivamente.

No segundo capítulo, denominado “Infância na provisoriedade: implicações na vida da criança” analisam-se as especificidades dessa fase, marcada pela finalidade de triagem e asilo temporário de crianças pobres e abandonadas, pelas propostas do Serviço de Assistência Social: sócio-educativas, referentes à recreação, lazer e aquisição de conhecimentos formais; médicas e higiênicas, indicativas da preocupação com a saúde e a alimentação da criança; e de preparação para o trabalho, sugestiva do destino das crianças que eram transferidas da instituição. Igualmente, investigam-se a identidade da criança, sua família e sua resposta à provisoriedade: o grande número de fugas.

No terceiro capítulo, intitulado “A infância do Educandário Santa Felicidade - a segunda face da mesma moeda: mudanças ou continuidades?” expõem-se os tempos e espaços destinados à infância em situação de pobreza e abandono; as mudanças na composição física da instituição e nas propostas direcionadas à infância, de forma a aperfeiçoar as possibilidades de educação; recreação e lazer; os egressos do Educandário de Santa Felicidade; e a permanência da preocupação do Estado em abrigar o corpo da criança, cuidar de seu espírito e educá-la para o trabalho.

2 A INFÂNCIA NO ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES ABANDONADOS DE SANTA FELICIDADE - A PRIMEIRA FACE DA MOEDA: DISCURSOS, PLANOS E OBRAS DIRECIONADOS À CRIANÇA ABANDONADA

Parti da constatação da enorme defasagem entre a amplitude do debate teórico sobre os direitos do homem e os limites dentro dos quais se processa a efetiva proteção dos mesmos nos Estados particulares e no sistema internacional. Essa defasagem só pode ser superada pelas forças políticas.

Norberto Bobbio

2.1 A INSTALAÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO E OS DISCURSOS QUE O ANTECEDERAM

Em 1947 surge no cenário curitibano o Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade. Logo na sua instalação é possível discernir o caráter de imprevisto e provisoriedade nos encaminhamentos direcionados à infância abandonada. A instituição seria instalada no prédio que, originalmente, foi planejado e construído para acomodação do Posto de Higiene e Saúde do Bairro de Santa Felicidade. No entanto, de acordo com o documento intitulado "A concretização do plano de obras do governador Moysés Lupion"¹⁰, de 1950, o posto não chegou a ser inaugurado, visto que em seu lugar seria instalado pelo governo o "Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade", com a finalidade de internar e educar "menores" do sexo masculino encaminhados pelo Juízo de Menores da Capital.

O episódio de um Posto de Higiene e Saúde ter se transformado, antes mesmo de sua inauguração, em um "Abrigo Provisório de Menores Abandonados", aponta para uma indagação: em que contexto e sob que pressupostos se delineariam a criação de tal instituição?

¹⁰ De acordo com o Senado Federal, Moysés Lupion nasceu no dia 25 de março de 1908, na cidade de Jaguaíva, no Estado do Paraná, e faleceu no dia 22 de agosto de 1991. Foi governador do Paraná nos períodos de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961; e senador de 1955 a 1956.

Aparentemente, a mudança nas finalidades dadas ao prédio advém da conjuntura política brasileira, uma vez que, em 1945, o Presidente Getúlio Vargas é deposto e, em 1946, Gaspar Dutra é eleito por eleições diretas. No mesmo ano promulga-se a quinta Constituição Brasileira, que decreta em seu capítulo II, artigo 164: “É obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo de famílias de prole numerosa” (BRASIL, 1946).

Nesse cenário, caberia a Moysés Lupion, então governador do Estado e aliado político do Presidente Gaspar Dutra¹¹, fazer vigorar o que dizia a Constituição Brasileira. Some-se a isso o aumento das dificuldades sociais enfrentadas após a Segunda Guerra Mundial, bem como o aumento de imigrantes pobres no Paraná, fatores que tornariam pertinente a decisão por instalar um órgão de assistência aos menores em lugar de um posto de atendimento à saúde.

Entretanto, a preocupação com a assistência à criança não se iniciou com a promulgação da Constituição de 1946. No artigo 127 da Constituição de 1937 ficou estabelecido que:

A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.

Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole. (BRASIL, 1937)

O acréscimo da palavra “obrigatória” na Constituição de 1946 parece ter surtido maior efeito do que o uso do termo “dever”, em 1937. Enquanto o artigo 127 da Constituição de 1937 está no capítulo sobre a “família”, o artigo 164 da constituição de 1946 está no capítulo “dos direitos e das garantias individuais”. Provavelmente não se trate somente de um caso de semântica, pois se percebe que

¹¹ Oscar Pilagallo (2002) esclarece que Gaspar Dutra foi o primeiro presidente eleito a tomar posse em vinte anos (o último fora Washinton Luís, em 1926) com a obtenção folgada maioria parlamentar, mas o mais importante nesse contexto seria a volta dos fundamentos da República democrática, processo que fora consolidado com a instalação da Assembléia constituinte, logo após a sua posse.

no início da década de 1940 intensificaram-se as inquietações com a infância. A propósito da questão dos direitos, Bobbio (1992) esclarece que

Uma coisa é um direito; outra, a promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra, um direito potencial. Uma coisa é ter um direito que é reconhecido e protegido; outra é ter um direito que deve ser, mas que, para ser, ou para que passe do dever ser ao ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembléia de especialistas, em objeto de decisão de um órgão legislativo dotado de poder de coerção. (p. 83)

A preocupação com a assistência à infância, materializada na instalação do Abrigo Provisório não seria uma especificidade do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba. Tampouco somente desse período. As iniciativas em prol da infância pobre paranaense, em Curitiba, ainda na década de 1940, denotam que o Paraná estava inserido nas discussões e problematizações mantidas em âmbito nacional. Desta maneira, iniciativas como instalar um Abrigo Provisório também sofria a influência de tais discussões, bem como estavam em consonância com o que vinha acontecendo no País.

Na década de 1920 evidencia-se a mesma situação, como é o caso do Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, que aprova regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes, em nível nacional, e o regulamento aprovado pelo Decreto nº 794, de 20 de julho de 1925, no Paraná, que trata da "Assistência e Proteção aos Menores Abandonados", regulamentado no Estado. Esta consonância culminaria na instituição e consolidação do Código do Menor de 1927. Entretanto, na década de 1940, intensificar-se-iam as preocupações com a criança pobre na cidade de Curitiba, da mesma forma que aumentariam as iniciativas de urbanização da cidade.

De acordo com o censo demográfico, em 1940 Curitiba contava com 127.278 habitantes. A Revista Ilustração Brasileira (1953, p. 71-74), aponta que a progressiva evolução e o rápido desenvolvimento da capital paranaense, nesse período, estariam intimamente ligados a três fases de primordial importância para a vida econômica do Paraná: o ciclo do mate, o ciclo da madeira e, posteriormente, o ciclo do café.

De acordo com Santos (1995) e Cintra (2005), a cidade tinha sua economia baseada na produção de café, o que a levou a novos investimentos e suscitou um

novo processo de modernização, que culminou, em 1943, no "Plano Agache". De acordo com o Instituto Paranaense de Planejamento Urbanístico do Paraná (IPPUC), esse plano nasceu quando a empresa Coimbra & Cia, de São Paulo, foi contratada para elaborar um plano urbanístico, encomendando-o ao arquiteto francês Alfred Agache. O plano mencionado caracterizava-se pelo alargamento de ruas, pela implantação de um sistema radial de vias ao redor do centro e pela divisão da cidade em zonas específicas - industrial, comercial, residencial, centro cívico, centro universitário etc. (IPPUC, 2003, p. 99).

A década de 1940 é marcada por profundas transformações na cidade de Curitiba que, nas décadas anteriores, caracterizava-se por ser "uma pequena cidade provinciana" (IPPUC, 2003, p. 99). De acordo com a , não se pode desconsiderar a importância das reformas empreendidas pelas administrações municipais curitibanas do início do século XX, porém é mais correto pensar que a cidade só veio a conhecer efetivamente o urbanismo na década de quarenta. A adoção do Plano Agache seria a medida tomada pelos administradores, para sanar os problemas do município. Nesse sentido, o Jornal "Diário da Tarde" se manifesta do seguinte modo:

O prefeito Melo Leitão não encomendou um plano para figurar no papel, mas à proporção que os estudos vão ficando prontos, entram em execução. Assim é que grande parte das avenidas já estão abertas, e, se houver continuidade, dentro em breve a cidade sorriso, já tão pitoresca, será mais embelezada e os curitibanos ficarão livres das inundações e outros problemas que lhes apoquentam a vida. (8 out. 1943)

A preocupação, no âmbito da urbanização, seria colocar em prática um plano de urbanização moderno, ou seja, "de uma forma geral as práticas administrativas do período, em todo o Estado e na capital, tiveram um cunho 'modernizante'" (CURITIBA, 1997, p. 51). Se por um lado havia essa crescente preocupação em tornar o espaço de Curitiba urbano e moderno, pode-se afirmar que, por outro lado, essa preocupação não se restringiria aos problemas estruturais, mas também aos de ordem social.

Se no plano estrutural o Plano Agache poderia ser considerado um marco na urbanização da cidade, no âmbito social as iniciativas de proteção à maternidade e à infância, presentes nos discursos dos jornais marcariam decisivamente a intensificação da preocupação com a infância pobre. Nesse sentido, em 1948,

Homero Braga organizou uma coletânea de artigos de jornais, do período de 1940 a 1942, intitulada "Um Jornal a Serviço da Infância", na qual expõe a campanha dos jornais, principalmente do Jornal "O Dia", em apologia aos cuidados dirigidos à criança pobre.

Desses artigos emergem as concepções de criança e de infância nos anos iniciais da década de 1940. Eles também auxiliam na visualização do tempo e do espaço que ocuparia a infância pobre na cidade de Curitiba. Todavia, faz-se mister considerar que "o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia" (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Nessa direção, o jornalista Homero Braga dá, nessa coletânea, um caráter de redentor da infância ao Jornal "O Dia", e publica não somente os artigos do próprio jornal, como também de outros jornais do período. Parece que a partir da iniciativa do referido jornal houve a intensificação de campanhas em defesa da criação de instituições de amparo e proteção à infância. Sendo assim, não é surpreendente que Homero Braga inicie sua coletânea intitulada "Um Jornal a Serviço da Infância", em 1948, com uma homenagem a Caio Machado e outros interessados pela proteção da infância:

Esta é uma homenagem aos puericultores brasileiros que, em centenas de postos de puericultura, nas capitais e no interior do país, velam abnegadamente pela infância desamparada, ao jornalista Assis Chateaubriand que projetou para o âmbito nacional a campanha de redenção da criança que outro jornalista lançou na mais nova das províncias ao jornalista Caio Machado que [...] (p. 1)

A homenagem realizada por Homero Braga refere-se à puericultura¹² e à campanha empreendida nesse campo por Caio Machado¹³, no Paraná, o que

¹² De acordo com a Fundação de Amparo ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, a puericultura é uma área da pediatria voltada principalmente para os aspectos de prevenção e de promoção da saúde. Atua no sentido de manter a criança saudável para garantir seu pleno desenvolvimento, de modo que atinja a vida adulta sem influências desfavoráveis e problemas trazidos da infância. Suas ações priorizam a saúde em vez da doença. Seus objetivos básicos contemplam a promoção da saúde infantil, prevenção de doenças e educação da criança e de seus familiares, por meio de orientações antecipatórias aos riscos de agravos à saúde, podendo oferecer medidas preventivas mais eficazes.

corroborar a hipótese de que tal campanha estaria em consonância com acontecimentos de outras capitais e até do interior do país, demonstrando que os encaminhamentos direcionados à criança pobre seriam específicos à sua condição social e caracterizariam uma determinada infância.

Essa determinada infância estaria na mira das políticas públicas brasileiras. Nesse contexto, o discurso contido nos Anais Brasileiros de Ginecologia de 1940, conforme citado por Rohden (2009), esclarece:

O presidente da República acaba de decretar as medidas necessárias a um vasto programa de assistência à maternidade, à infância e à adolescência. De fato, o decreto-lei número 2.024 de 17 de fevereiro de 1940, fixa as bases da organização da proteção à mulher mãe e à criança, atendendo, dessa forma, a um alto imperativo de grande alcance para a nossa pátria. Esse o motivo pelo qual estes Anais que têm como parte de seus propósitos, cooperar para esse mesmo fim, resolverem dedicar estas páginas ao registro da medida governamental que vai ao encontro de uma necessidade vital para o Brasil, vasta região do globo à espera de uma população numerosa, mas nas melhores condições de higiene possível, para não continuar a ser o vasto hospital, a que se referia o saudoso Prof. Miguel Pereira. (p. 7)

Entretanto, as ações direcionadas à infância não teriam como alvo apenas a criança pobre e/ou abandonada, outras infâncias também estariam na mira da sociedade curitibana. Porém, os encaminhamentos às crianças que não se encontravam em situação de pobreza e abandono seriam outros.

Antonio (2008), ao pesquisar o projeto de implantação de escolinhas de arte nas escolas primárias paranaenses, sinaliza para o fato de que a década de 1940 foi marcada, também, por uma procura pela união entre arte e educação, nos encaminhamentos direcionados à formação da criança. Sendo assim, a pressuposição é de que cada infância receberia direcionamentos de acordo com a o contexto social em que estavam inseridas.

Em nível nacional, a legislação evidencia crescente preocupação em sanar os problemas da infância pobre e desvalida, porquanto ela se desenvolvia para auxiliar nessa empreitada. Alguns exemplos são: o Decreto nº 7.270, de 29 de maio de 1941, que dispõe sobre o registro de nascimento de menores abandonados; a Lei

¹³ Caio Machado foi deputado, jornalista e historiador. Nasceu no ano de 1885 e faleceu no ano de 1954.

nº 2.252, de 1º de julho de 1944, que dispõe sobre a corrupção de menores; o Decreto-Lei nº 6.865, de 11 de setembro de 1944, que redefiniu a competência do Serviço de Assistência ao Menor; e, o Decreto nº 16.575, de 11 de setembro de 1944, que aprova o regimento do Serviço de Assistência ao Menor (SAM).

Em Curitiba, nos anos iniciais da década de 1940, evidencia-se grande preocupação com a maternidade e a infância. Artigos de jornais do período sugerem amplo interesse da elite em proteger a maternidade e a infância para “formar um país melhor”. Nesse sentido, Carvalho (1998) percebe já nas décadas anteriores que constituir o país como nação, organizá-lo, seria tarefa de elites, pensadas como cérebro, que dirigiria o desenvolvimento orgânico do país.

Por meio da coletânea de artigos de Homero Braga e dos jornais pesquisados, emerge um discurso que evidencia a permanência dos ideais das décadas anteriores, assim como privilegia a inquietação com o problema da mortalidade infantil, a necessidade de proteção e intensificação do atendimento à criança em instituições de proteção à infância, a instalação de postos de puericultura, a divulgação de palestras proferidas por médicos e cidadãos ilustres em defesa da criança e o posicionamento de autoridades governamentais, da imprensa local e da intelectualidade local. Constata-se que a população é conclamada a participar da resolução dos problemas da infância desvalida e suas implicações. A esse respeito manifesta-se o jornal "O DIA":

Compulsem-se as estatísticas relativas á mortalidade infantil em nosso país. Ouçam-se as contínuas advertências de governantes, médicos, higienistas, professores, legisladores sobre a gravidade e a extensão do problema. Analisem-se as medidas de proteção á infancia, largamente difundidas nos países que marcham na vanguarda da civilização. Meditem-se sôbre o alcance dos capitais que se invertem na aplicação dessas medidas, que representam no futuro, uma larga economia em fração de riqueza publica, de vez que a saúde do indivíduo economica e socialmente é um capital inestimável [...] Eis aí porque assumem importância transcendental as campanhas de amparo e proteção á infancia e eis também porque o problema da mortalidade infantil deva ser resolvido. (1 fev. 1940, p. 1)

De acordo com o jornal “O Dia”, em Curitiba, as campanhas de amparo e proteção à infância seriam avaliadas como de “importância transcendental” no combate à mortalidade infantil, sendo a atitude de proteção à infância entendida

como uma solução que estaria na “vanguarda da civilização”, representando para o futuro da sociedade um capital inestimável. E foi neste contexto que Caio Machado empreenderia uma campanha em favor da construção de postos de puericultura em Curitiba, com a finalidade de sanar os problemas da infância pobre que não teria meios de se defender dos problemas da mortalidade infantil.

A partir desta iniciativa muitas vozes se levantariam em defesa de uma infância saudável, procurando convencer a sociedade do caráter civilizador de se cuidar da criança pobre em Curitiba:

É impressionante o panorama que se descortina quando se examinam as condições de vida das populações infantis do Brasil.[...] Este [o problema da mortalidade infantil] segundo publicação divulgada pelos organizadores da "Campanha Nacional pela Alimentação da Criança", constitui um dos "fatos brutais" que se antepõem, de maneira sombria, ao próprio futuro da nacionalidade. [...] A própria realidade está a indicar a necessidade de se multiplicarem as instituições de amparo e proteção á infancia. (O DIA, 2 fev. 1940)

Nesse sentido, no início da década de 1940, a mortalidade infantil seria vista como a principal inimiga da infância no Brasil, constituindo-se em um dos mais sérios problemas da sociedade brasileira. As estatísticas seriam entendidas pela "Campanha Nacional pela Alimentação da Criança"¹⁴, como

[...] excepcionalmente alta, verdadeira hecatombe permanente, cega e implacável, arrebatada anualmente no Rio um quinto, em outras grandes cidades um terço, a metade de sua população de tenra idade. [...] E localidades há do interior, onde, como já o observou o eminente Belisário Pena, se não encontram crianças; morrem pequeninas tôdas as que aí nascem. (O DIA, 2 fev. 1940, p. 1)

A campanha empreendida por Caio Machado por meio do Jornal “O Dia”, culminou na inauguração de três Postos de Puericultura situados em bairros cujas residências abrigavam, em sua maioria, famílias pobres¹⁵. As finalidades presentes

¹⁴ O Jornal “O Dia” faz referência à “Semana Nacional pela Alimentação da Criança” no dia 02/02/1940. Expõe que as informações foram compiladas de uma publicação divulgada pelos organizadores da “Campanha Nacional pela Alimentação da Criança”.

¹⁵ A palavra pobre, nesse contexto, refere-se àqueles que não têm condições de pagar uma consulta médica, adquirir alimentos apropriados e/ou ignoram a maneira correta de cuidar da saúde física e moral da criança.

nos artigos abrangiam o atendimento às mães, consideradas incultas, e às crianças, consideradas desamparadas e famintas. Os objetivos do atendimento nos Postos de Puericultura seriam livrar as crianças do espectro da fome, garantir que elas pudessem ter dias felizes, com saúde perfeita para vencer as dificuldades da vida, assim como educar as mães nos preceitos de higiene infantil para melhor cuidarem de seus filhos.

Mesmo com o discurso de que Curitiba apresentava os menores coeficientes de mortalidade infantil no Brasil, mães e crianças tornavam-se alvo de intensa preocupação pela sociedade, pois os parâmetros de cotejamento seriam os Estados Unidos e a Europa e, nessas condições, os coeficientes seriam considerados assombrosos.

De acordo com as manifestações nos jornais, expressas na coletânea de Braga (1948), tudo o que se fizesse para diminuir os coeficientes de mortalidade infantil deveria constar em "livro de ouro", pois seria uma honra para os curitibanos que, em um futuro próximo, os coeficientes de mortalidade infantil fossem equivalente aos das grandes nações civilizadas – nesse caso, as nações européias, mas em outros casos, também poderia ser os Estados Unidos. Assim, o Paraná, com as iniciativas de proteção e amparo às crianças, estaria demonstrando compreensão da problemática e serviria ao mundo como verdadeiro paradigma, ou seja, seria um modelo a ser imitado. Modelo este, que em conformidade com Braga (1948), derivaria de uma iniciativa que teria nascido para ser vitoriosa, já que seria uma obra de brasilidade e de realização eugênica, que exigiria incondicional apoio, principalmente no repúdio a algumas práticas populares, uma vez que “nos grandes bairros, onde predominam as classes menos favorecidas, ainda se admite a terapeutica absurda do curanderismo e das 'vizinhas que sabem tudo' [...]. À policia de costumes cabe extirpar o curanderismo nefasto" (BRAGA, 1948, p. 42).

Nessa direção, somente as iniciativas respaldadas pela medicina receberiam apoio nos discursos dos jornais. Às crenças populares não seria dado espaço na vanguarda da civilização.

Freitas (2002) afirma que, a partir do início do século XX, o projeto civilizatório aufere força e tem na higienização do mundo social uma de suas faces mais expressivas. A criança deveria ser civilizada, higienizada e estar inserida na idéia de progresso e ordem. Assim, regenerar o país mediante a aplicação de novas

técnicas de abordagem das aptidões credenciava também médicos e psiquiatras a propor a transformação da sociedade.

As instituições de amparo e proteção à infância seriam retratadas como uma solução para o problema da mortalidade infantil, concebidas como locais onde as crianças seriam amparadas e protegidas. Não obstante, a preocupação com a saúde da criança curitibana parece não estar revestida apenas do caráter de preservação de sua vida, mas também de melhorar a qualidade de seu desenvolvimento biopsicossocial, na medida em que se percebe no discurso dos jornais do período o interesse por diferentes aspectos da vida da criança:

Adquiriram, no século atual, extensão considerável os estudos referentes á vida da criança. Suas funções psíquicas, seus instintos, as manifestações de seu gregarismo, seu comportamento individual e coletivo, sua atitude mental no lar, e na escola, as influências que sofre pelo conjunto de fatores educativos que a civilização oferece, seu crescimento físico e os cuidados que recomenda, a manutenção de seu equilíbrio funcional, o exame de seu nível de inteligência, suas anomalias, seus retardamentos, suas fobias e seus tics nervosos, os métodos de sua educação onde quer que viva, sua participação na vida social, os ciclos psicológicos que atravessa, sua saúde e sua vivacidade, em suma, tudo que de si parte e tudo que consigo se relaciona, mereceu exaustiva análise e constituiu objeto de extensa bibliografia de pedagogos, médicos, sociólogos, biólogos, pediatras, pedólogos, etc. (O DIA, 15 fev. 1940, p. 1)

Nesse discurso, emerge a conjectura de que o atendimento dispensado à infância pela sociedade seria específico, de acordo com sua conjuntura histórico-social, visto que fazia alusão a vários espaços de circulação de crianças, como é o caso dos jardins de infância. Nessa direção:

Creches, lactários, consultórios para crianças, postos de Puericultura, campanhas alimentares, **jardins de infância** e outras instituições e realizações de natureza médico-pedagógica, cercam o lactante e o pré-escolar de uma vasta rede protetora que se apóia não só nas iniciativas governamentais, como também nos empreendimentos levados a termo pelos particulares. (O DIA, 15 fev. 1940, p. 1) [grifo meu]

Nessa mesma acepção, Souza (2004, p. 167) aponta a existência de espaços distintos de circulação de crianças dependendo do contexto social em que estavam inseridas. Os jardins de infância no início do século, assim como a finalidade educativa dos estabelecimentos de ensino, demonstravam a diferenciação

entre as "escolas" que, no Paraná, dependiam do público infantil que as freqüentava, do poder aquisitivo de suas famílias, enfim, escolas distintas para diferentes crianças.

Dessa forma, sinaliza-se para o fato de que o espaço de circulação planejado à criança que estivesse em condições de orfandade, pobreza e/ou abandono seria específico à sua condição social. Essa constatação corrobora para o que afirmou Fernandes, Lopes e Faria Filho (2006): "não existe, a bem dizer, uma infância. Existem várias experiências humanas que modelam a criança dentro de limites cronológicos determinados" (p. 8).

Nos artigos de jornais analisados, a preocupação com a criança pobre tem como objeto principal a sua saúde, e esse tema seria considerado pelo Jornal "O Dia" como de peculiar atualidade, em uma fase "jamais vista pela sociedade curitibana". Justifica-se:

Eis porque o problema da saúde infantil, nessas primeiras idades revestiu uma significação bio-social e humanitária de excepcional importância e inspirou uma série de realizações sociais que se ampliam em proporções cada vez maiores e cujo campo de aplicação prática se projeta a círculos cada vez mais largos da sociedade. (O DIA, 15 fev. 1940, p. 1)

No entanto, a forma como seriam empreendidas as campanhas em favor da infância pobre, não é vista pelos autores dos artigos de jornais como natural, mas como uma especificidade daquela conjuntura histórica, que faria com que a sociedade se unisse em prol da criança pobre e desvalida. E seria nesse sentido que se promoveria a "Semana de Puericultura"¹⁶.

Ainda homenageando a criança, O DIA, em colaboração com ilustres pediatras paranaenses, com as Samaritanas e com a PRB-2, promoverá a Semana de Puericultura, a ter início amanhã, dia 18. Diariamente ao microfone da PRB-2 falarão um médico e uma das senhoras Samaritanas, explorando temas relacionados com a puericultura. (O DIA, 16, mar. 1940)

¹⁶ De acordo com artigos do jornal "O Dia" e a coletânea organizada por Homero Braga, a "Semana de Puericultura", aconteceu em Curitiba, no período de 18 a 25 de março de 1940.

Convém observar que o Jornal “O Dia” atuou em parceria com a rádio PRB-2, o que proporcionou uma ampla divulgação da Semana de Puericultura. Naquele contexto

Fóra de toda a duvida, os temas atualísimos do Brasil dizem respeito aos problemas da criança. Dificilmente encontraríamos uma fase em que a preocupação pela saúde, bem estar, normalidade de crescimento mental e físico, peculiaridades de vida, psicologia, reações próprias, comportamento individual e coletivo e educação da criança assumisse tamanha intensidade e se fizesse sentir em proporções tão amplas como no momento atual. (O DIA, 2 mar. 1940, p. 1)

No início da década de 1940 ampliaram-se as manifestações de interesse pelos problemas da maternidade e da infância. Marília Bernardes Marques (2000) aponta que, no Brasil, até o final do século XX, as crianças e as mulheres despertaram sentimentos de revolta e compaixão que, sobretudo nos médicos de espírito mais visionário, foram extravasados em discursos arrebatados em defesa das mesmas e na condenação dos desequilíbrios observados no desenvolvimento econômico e social do país.

As palestras proferidas por cidadãos considerados ilustres pelos veículos de comunicação durante a "Semana de Puericultura", denotaram o envolvimento de diferentes setores da sociedade na preocupação com a criança pobre paranaense.

A puericultura já seria objeto de preocupação de vários segmentos da sociedade, sobretudo os médicos, nas décadas anteriores. Nesse sentido, Ganz (1996) esclarece que a Conferência Nacional de Proteção à infância, foi realizada em 1933, no rio de Janeiro, com a finalidade de fornecer ao Governo Federal os métodos e as diretrizes a serem seguidas para favorecer e auxiliar as instituições seriamente empenhadas, em promover o bem estar, a saúde, o desenvolvimento e a educação da criança e, ainda, coletar subsídios para a promulgação de leis e regulamentos com a finalidade de realizar uma proteção eficaz à infância. Os médicos acreditavam que os conhecimentos das noções de puericultura poderiam evitar que, sob a responsabilidade da mãe, a criança sofresse as consequências de sua ignorância.

As palestras publicadas nos jornais demonstraram os discursos que os cidadãos de prestígio social deveriam utilizar para mobilizar e justificar a criação de

postos de puericultura, bem como para agir em favor do amparo à infância pobre em instituições de assistência. Na palestra de Ligia Lustosa¹⁷, ela aponta que

[...] Em maioria, as crianças veem transcorrer sua vida no cenário dos lares insalubres e acanhados, dos morros, e bairros pobres das grandes cidades. A deficiência de alimentação e os prejuízos ancestrais dos pais complicam a tragédia pessoal de cada criança, vida que não chega a desabrochar na plenitude da sua energia e [vitalidade], subtraindo ao futuro um valor social e um elemento de riqueza.[...] Amparar as crianças abandonadas é sem dúvida o mais importante problema do Brasil contemporâneo. [...] Trata-se de um precioso tesouro humano, que é preciso, sem detença, valorizar. Cada criança abandonada na rua é um cidadão perdido para a pátria. (O DIA, 21 mar. 1940, p. 1)

O problema da infância abandonada seria caracterizado como o principal problema do Brasil, naquela conjuntura histórica. Dessa forma

O interesse coletivo pelo amparo e proteção á infancia brasileira, cresce realizando, avolumando-se, dia a dia, é uma prova irretorquível e exuberante de que o nosso povo marcha, a passos largos e firmes, para a vanguarda dos países [...] da cultura, do progresso e da civilização. (O DIA, 26 mar. 1940, p. 1)

As palestras da “Semana de Puericultura” também apontaram especificidades no atendimento dispensado às crianças pobres paranaenses. Nesse aspecto, os discursos transcorreram como um apelo para que todos os cidadãos participassem das campanhas em defesa da criança pobre e desvalida:

Compete ás elites sociais empreender a aproximação e a cooperação imprescindíveis. Para melhorar a sorte da infancia não bastam os esparsos gestos da sociedade, mas algo de mais assiduo e mais eficiente, isto é, cumpre fazer assistir organizada e metodizada, não só de dinheiro, como de dedicação. Só há um caminho para esse fim: as obras sociais. Cumpre prestigia-las. (O DIA, 20 mar. 1940, p. 1)

A puericultura¹⁸, nesses discursos, teria um lugar de destaque nos direcionamentos à maternidade e à infância pobre¹⁹. Nesse sentido, Câmara (2006)

¹⁷ De acordo com o Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), Ligia Lustosa foi presidente do evento no ano de 1940.

¹⁸ Marília Bernardes Marques (2000) esclarece o termo a partir da afirmação de que “a Primeira Guerra Mundial criaria as condições favoráveis ao desenvolvimento da ‘educação para a saúde’, expressão proposta pela primeira vez em 1919. Também denominada educação sanitária, quando se

identifica que, nas décadas anteriores, no Brasil, os discursos já privilegiavam ações preventivas e curativas da infância, com o objetivo de firmar a concepção da criança como “sementeira do futuro, cerne fundamental para a construção do aprimoramento da raça, defesa e salvação nacional” (p. 316).

Boltanski (1972) afirma que, a partir de 1890, a puericultura ganhou destaque e passou a ser entendida pela sociedade em geral, sobretudo pelos médicos, como um conjunto de normas justas e coerentes que especificariam os cuidados permanentes em relação ao recém nascido e à criança. Entretanto, o alvo principal dos encaminhamentos da campanha sanitária e pedagógica, que foi tomando maiores proporções no decorrer das décadas, seria a população pobre. O autor percebe, na sua análise, que há nas atitudes perante as situações referentes à saúde e à doença uma semelhança que aproxima o presente e o passado, enquanto os direcionamentos à infância das classes populares são confusos e desordenados, nas classes superiores são metódicos e ordenados.

Nas palestras da “Semana de Puericultura” a alimentação no seio materno seria vista como o principal meio de evitar a mortalidade infantil, visto que “a primeira medida em toda a campanha em favor da criança é a de incentivo a alimentação materna” (O DIA, 21 mar. 1940, p. 1)²⁰.

A criação de postos de puericultura para atender a infância paranaense seria considerada imprescindível ao desenvolvimento da criança. Nesse caso, iniciativas médicas, sociais e pedagógicas deveriam merecer todo o apoio por parte da sociedade, pois colaborariam para amparar, dirigir, fortalecer e educar a infância. O interesse coletivo da sociedade curitibana pelo amparo e proteção à infância seria, assim, compreendido como uma atitude de vanguarda que demonstraria cultura, progresso e civilização. Assim manifesta-se o Dr. Sprenger Lobo:

trata de caracterizá-la como uma especialidade da saúde pública, esta atividade estabeleceu, desde a sua origem, no século XIX, vínculos estreitos com a puericultura. Ao longo do século XX, viria a ser amplamente assimilada, em todas as partes do mundo, nas funções dos organismos oficiais, transformando-se em um componente importante nas ações preventivas dos mais variados programas e ações de saúde dirigidos ao binômio mãe-filho” (p. 35).

¹⁹ De acordo com Homero Braga (1948), em 1941 surgiria a Associação de Puericultura de Curitiba, a cuja frente se encontraria “a operosidade altruística” do Dr. Caio Machado. Essa associação foi sediada na Rua 15 de Novembro, no Palácio do Comércio.

²⁰ Essa frase faz parte do conteúdo da palestra proferida pelo Dr. Haroldo Beltrão, na rádio PRB-2, e publicada no jornal “O Dia”.

Num estudo que levei a efeito no ano passado sobre mortalidade infantil em Curitiba, pude provar que a nossa capital é a mais benevolente das [cidades] brasileiras neste particular. [...] Assim sendo, então porque Postos de Puericultura, estará talvez se indagando algum de nossos ouvintes, porque Curitiba na vanguarda brasileira ocupa um triste lugar se colocada entre os povos que realmente têm cuidado da sua infância.

O nosso grande País-irmão do norte, os Estados Unidos, também de grande extensão territorial e cuja civilização tem a idade da nossa, após continua e orientada campanha em pról da infância, conseguiu reduzir a menos de 6% o prejuízo. [...] Em curto prazo podemos salvar 230 das 400 criancinhas que morrem anualmente em Curitiba. (O DIA, 26 mar. 1940, p. 1)

O conteúdo dos artigos do jornal "O Dia", aponta que Curitiba deveria usar como parâmetro os índices dos países desenvolvidos. Com isso, esperar-se-ia dela os mesmos avanços em defesa da criança pobre e desvalida. A criança, nessa perspectiva, seria visualizada como um precioso capital para a pátria e, dessa forma, deveria crescer em perfeições físicas e mentais que garantissem um ótimo desenvolvimento e crescimento para a formação de um Brasil grandioso que teria o amparo e a proteção à infância como suprema aspiração nacional.

Em Curitiba, os discursos da "Semana de Puericultura" aconteceram paralelamente à campanha empreendida pela criação de três Postos de Puericultura, que foram inaugurados no dia 25 de março de 1940, em três bairros de Curitiba. A respeito da campanha empreendida pelo jornal "O Dia", em defesa da criança pobre e desamparada, manifestaram-se autoridades e personalidades locais e nacionais, a imprensa e o rádio. Tem-se um exemplo com o Sr. Alberto de Andrade Queiroz, Oficial de Gabinete do Presidente da República, que enviou o seguinte telegrama ao Jornal "O DIA":

Presidente da República incubiu-me de agradecer as vossas congratulações a propósito do decreto de proteção à maternidade e à infância, louvando a patriótica iniciativa desse jornal de manter postos de puericultura nos subúrbios de Curitiba. Cordiais saudações. (BRAGA, 1948, p. 30)

De forma análoga, os jornais publicaram opiniões a respeito do valor das campanhas em defesa da maternidade e da infância, de autoridades como Gustavo Capanema²¹, Herbert Moses²², Olinto de Oliveira²³, dentre outros. Portanto, a

²¹ Ministro de Educação e Saúde.

campanha empreendida em Curitiba teve ampla divulgação e obteve o apoio e o reconhecimento de autoridades em âmbito nacional. Telegramas e ofícios foram enviados para respaldar os encaminhamentos realizados no Paraná.

As iniciativas em defesa da maternidade e da infância foram consideradas úteis e necessárias, tornando-se estimuladas e esperadas em todos os municípios, uma vez que eram tidas como demonstração de alto espírito patriótico e de solidariedade humana, no ensejo de formar uma raça forte e sadia, condições estas julgadas necessária ao grandioso futuro da nação. Como um contraste, referindo-se ao final do século XIX, Irene Rizzini (1997) aponta novas perspectivas para a infância no Brasil, constatando uma visão ambivalente em relação à criança:

Por um lado, a criança simbolizava a esperança - o futuro da nação. Caso fosse devidamente educada ou, se necessário, retirada de seu meio (tido como enfermiço) e reeducada, ela se tornaria útil à sociedade [...]. Por outro lado, a criança representava uma ameaça nunca antes descrita com tanta clareza. Põe-se em dúvida a sua inocência. Descubrem-se na alma infantil elementos de crueldade e perversão. Ela passa a ser representada como delinqüente e deve ser afastada do caminho que conduz à criminalidade. (p. 28)

A imprensa e a rádio, no relato de Braga (1948), também investiram em um discurso em que se incitaria a sociedade a aderir à campanha em defesa de serviços de atendimento à criança pobre. Colaborar para o sucesso de tal causa, de forma moral e financeira, seria considerado como uma contribuição à nacionalidade e à "brasilidade"²⁴. Nesse sentido, o Jornal "Gazeta do Povo" daria seu apoio incondicional:

A proteção á infancia é, sem dúvida, um dos grandes problemas nacionais,[deixá-la] aos seus próprios destinos, é descurar-se do Brasil de amanhã, do seu futuro, do próprio porvir da nacionalidade. [...] Eis porque é merecedora de todos os encomios a patriótica iniciativa do 'O DIA', o vitorioso matutino conterraneo, instalando em Curitiba, nos seus bairros pobres, postos de puericultura, onde a mãe e a criança Patricia recebem gratuitamente conselhos e assistencia que lhe facilitarão a importante e dificil missão. [...] Mistér portanto se faz que todos nós auxiliemos essa

²² Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

²³ Diretor do Departamento Nacional da Criança.

²⁴ Termo utilizado pelo Jornal "O Dia".

campanha de brasilidade, emprestando-lhe o nosso apoio, não só moral, como financeiro. (BRAGA, 1948, p. 31)

Nesses discursos, o apoio moral e financeiro contribuiria para firmar os alicerces em que a filantropia atuaria para o bem de uma raça sadia e forte, em favor do engrandecimento do Paraná e do Brasil. A população, nesse caso, era convidada a colaborar com o governo federal e a obedecer o que dizia a Constituição. Observa-se, nesse contexto, uma intrínseca relação entre governo federal, estadual e a iniciativa privada, a fim de resolver os problemas da infância pobre e desvalida. Todavia, resolver os problemas da infância desvalida parecia priorizar o adulto útil à pátria que a criança viria a ser.

Jornalistas e médicos²⁵, ao se manifestarem nos jornais, apontavam os sentimentos que a sociedade deveria ter em relação à criança e à infância.

O Professor Dr. Garcez do Nascimento²⁶, em entrevista ao Jornal “O Dia”, manifestou-se do seguinte modo:

No continente americano, bastaria ler-se o celebre livro de Martinez Vargas em que, com aquele misto de ciencia e uma dose suave de poesia, defendeu o amparo a 'los ninos', que são, no seu dizer, 'o espirito folgazão das cidades, o consolo dos cabelos brancos, a perpetuidade da raça, a salvação dos pais; sem eles a cidade é entristecida e melancolica, a raça se extingue e a nação tomba para o nada'. No nosso país, esse serviço, pode-se dizer, começou com a benemerita campanha dos Moncorvos, pai e filho. (BRAGA, 1948, p. 40)

Nesse mesmo sentido, as manifestações em geral indicam que a ternura e o cuidado seriam critérios para a formação de uma infância sadia, uma mocidade forte

²⁵ Como exemplo pode-se citar Arnaud Veloso, Plácido e Silva, Prof. Dr. Pereira de Macedo, Prof. Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, Dr. Homero Braga, Dr. Ito Carias de Oliveira, Dr. Spencer Lobo, Dr. Dirceu Lacerda, Dr. Flamarion Afonso da Costa, Dr. Milton Carneiro.

²⁶ Eurípedes Garcez do Nascimento nasceu em Curitiba em 30 de novembro de 1888. Filho de Francisco Nascimento e Olímpia Garcez do Nascimento, formou-se em Medicina, no Rio de Janeiro, em 1913. Defendeu tese sobre hanseníase, sendo aprovado com distinção. Desempenhou importantes cargos na vida pública: Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, diretor da Saúde Pública, membro do Conselho Consultivo do Governo Provisório, diretor do Hospital das Crianças, fundador do Instituto de Proteção à Criança (Cruz Vermelha), deputado estadual. Foi um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, diretor da Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia, professor catedrático de Pediatria, Dermatologia, Fisiologia, Terapêutica Clínica, Técnica Cirúrgica e Aparelhos. Prestou ainda assinalados serviços por ocasião da gripe espanhola, em 1916, e da febre Tifóide, em 1917. Faleceu em Curitiba em 23 de setembro de 1960.

e com o brio patriótico de um caráter nobre, para o bem do Brasil. A criança, protegida e amparada, com valor físico e moral seria a nova geração que constituiria um país de sorte, independente e soberano. Caso contrário, a criança culminaria em um delinqüente prematuro, pois seria vítima da enfermidade, do enfraquecimento da ignorância, da falta de educação. Nesse sentido, Marcílio (2006) nos adverte que as crianças ricas e pobres são alvo de políticas públicas diferenciadas:

A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A Segunda, virtualmente inserida nas "classes perigosas" e estigmatizada como "menor" deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. Disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas deste século [XX]. O primeiro conjunto de leis estabelecido no Brasil para as crianças - o Código de menores de 1927 - foi montado exclusivamente para o controle da infância e da adolescência abandonadas e delinqüentes. (p. 224)

As iniciativas do jornal "O Dia", em defesa do amparo à maternidade e à infância, evidenciam um ensejo de convencer a sociedade do caráter precursor dessas ações, que seriam consideradas pelo mesmo jornal como espontâneas, particulares e não inspiradas no Departamento Nacional da Criança, pois o antecederiam.

A finalidade dessas iniciativas, claramente expostas nos artigos, seria a eugenia da raça, a grandeza da pátria e a construção de um Brasil cada vez mais forte e feliz. Contudo, o discurso de convencimento oriundo do projeto de nacionalidade do governo Vargas²⁷ iria mais longe. O Prof. Dr. Pereira de Macedo argumenta que:

[...] Ainda aqui é a criança o Messias que desceu em Curitiba para elevar os homens ao mesmo nível de fé na ação desinteressada de um jornal, despertando-lhes o interesse pela iniciativa louvável e a compreensão do valor dessa solidariedade bendita cujos frutos beneficiarão igualmente a todos porque a saúde da criança é a base em que se assenta o vigor do adulto - a grande riqueza das classes menos favorecidas, compartilhada generosamente com os ricos em serviços úteis á prosperidade geral. (BRAGA, 1948, p. 39)

²⁷ Para maiores esclarecimentos sobre o governo Vargas, consultar a obra *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III – O Brasil Republicano, volume 10 (sociedade e política) e 11 (economia e cultura).

A criança, desse modo, é retratada nos artigos de jornais até então mencionados como um ser redentor, capaz de proporcionar aos colaboradores das campanhas empreendidas em seu favor, atitudes louváveis e solidárias que fariam com que os ricos compartilhassem sua riqueza com as classes menos favorecidas, resultando em uma prosperidade geral que elevaria o nível de fé da sociedade curitibana. Concebe-se a criança como o espírito de riso, de alegria e de brincadeira, que consolaria os idosos, perpetuaria a raça e salvaria seus pais e a sociedade da tristeza e da melancolia. Elas seriam os alicerces que fariam com que a nação não tombasse para o nada.

Entretanto, Miguel Arroyo (1999) nos auxilia a não manifestar conclusões precipitadas, a respeito das iniciativas em defesa do amparo e da proteção à criança pobre curitibana, na medida em que constata que:

Não conseguimos ver a infância, seus tempos, espaços, vivências, seu direito a viver seu tempo de criança. Conhecer as práticas dos adultos para com as crianças não é ainda conhecer a história social das crianças, como conhecer as práticas ou as representações da pedagogia e das instituições escolares sobre a infância não é, ainda, conhecer a vida e a história da infância. (p. 8-16)

A experiência dos Estados Unidos em relação ao cuidado com a criança, seria sugestionada como um modelo a ser seguido em Curitiba, isto é, capacitar não somente as mulheres, mas igualmente os homens, com aprendizagens que os esclarecessem sobre a melhor forma de criar e se portar, caso necessitassem tratar de uma criança²⁸. Entretanto, não há indícios de que tal capacitação tenha se realizado, nesse período, na capital paranaense.

Na esfera nacional, os discursos evidenciam a figura dos “Moncorvos”, médicos e filantropos, como referência à defesa da maternidade e da infância, da mesma forma que, em Curitiba, várias personalidades se destacariam na tarefa de atender a maternidade e a infância, através da filantropia – sem olvidar que Caio Machado assumiu, entre os curitibanos, o papel de empreendedor de campanhas em defesa da infância e da maternidade.

²⁸ Plácido e Silva afirma no Jornal “O Dia” que nos Estados Unidos até cursos existem para que os próprios representantes do sexo forte tenham aprendizagem de como se criar ou como se portar em face da necessidade de tratar de uma criança (BRAGA, 1948, p. 35).

O apelo por um interesse mais amplo em relação à criança abrangeria não só a preocupação com a saúde física, como poderíamos supor, por se referir às iniciativas encabeçadas por profissionais da área da saúde. O direcionamento desse apelo dar-se-ia à sociedade em geral, mais especificamente aos pais, professores e todos os possuidores de “coração altruístico”. Era reivindicado, nesse caso, que a criança fosse tratada com bondade, mas sem pieguice, e com tolerância, mas sem displicência, levando-se em consideração os sentimentos, a sensibilidade, a inclinação e aptidão de cada uma delas, de forma que, a elas fosse proporcionada alegria, educação e higiene, visando a constituição de uma raça forte e sadia.

Entretanto, mesmo com todo o discurso de convencimento quanto ao valor das iniciativas em defesa da criança pobre curitibana, o Jornal “O Dia” constata que existiam, entre os “ilustres”, aqueles que não acreditavam no valor daquele empreendimento. E as pessoas que não acreditavam não seriam poupadas das críticas manifestadas nos jornais:

Essa gente 'ilustre', dotada de um senso profundo das inutilidades e de um senso muito superficial do valor da substância humana, não podia acreditar, não tinha mesmo competência para acreditar naquelas 3 pequenas casas de misericórdia, situadas longe da rua 15 - os Postos de Puericultura - casas onde médicos mais ou menos idealistas examinavam e assistiam, todos os dias, sem receber vencimentos no fim do mês, crianças magras de fome, pálidas de sífilis, inchadas de farinhas baratas e quase sempre mais mortas do que vivas. (BRAGA, 1948, p. 44)

O fato dos cidadãos não apoiarem as iniciativas de amparo e proteção à maternidade e à infância não os eximiria da condição de “ilustres”. Nesse sentido, ilustre, naquele período, parece fazer referência à condição social e não às atitudes que se toma perante a sociedade. Chartier (2002) auxilia na compreensão desse viés através da sugestão de que são

os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma identidade própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais ‘representantes’ encarnam de modo visível, ‘presentificam’, a coerência de uma dada comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder. (p. 169)

Nesse aspecto, a imagem da Rua XV de Novembro, no trecho que se estende entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto e a Praça Santos Andrade (Figura 1), no ano de 1941, auxilia na compreensão da crítica aos possíveis “ilustres” que não compreenderiam as iniciativas de amparo à infância pobre, porque essas estariam longe da Rua XV de Novembro. Possivelmente, essa crítica remete à ideia de que algumas pessoas que viviam num contexto urbanizado e elitizado, não se preocupariam com a infância dos bairros pobres, já que a infância daquele contexto seria alvo de outros encaminhamentos por parte da sociedade curitibana e, provavelmente, para esta não seria preciso frequentar os Postos de Puericultura.



FIGURA 1 - RUA XV DE NOVEMBRO (1941)

Fonte: Acervo da Casa da Memória de Curitiba (Multimeios).

A partir da análise dos artigos do Jornal “O Dia” e da coletânea organizada por Homero Braga, é possível discernir o espaço destinado à infância pobre e/ou abandonada e às instituições de assistência, como também alguns aspectos que fizeram parte do contexto de vida da criança pobre, nos anos iniciais da década de 1940. A sociedade era conclamada à participação em campanhas de amparo e

proteção à infância pobre e desvalida. A preocupação com o desenvolvimento da criança abrangia um redimensionamento do atendimento dispensado às mães e às crianças pobres, que tinham à sua disposição postos de puericultura, cuja finalidade era melhorar a qualidade de vida dessas crianças. Os discursos apontam que houve uma especificidade, neste período, um modo peculiar de olhar a criança.

Essa especificidade parece refletir os acontecimentos do país na medida em que os Anais Brasileiros de Ginecologia, de 1940, citados por Rohden (2009), apontam que

É a obra nacional de proteção à maternidade e à infância, colocada entre as primeiras preocupações governamentais de nosso país. Nós brasileiros, temos um programa de enormes realizações no terreno da economia e no terreno da cultura. Queremos tornar nossa pátria, cada vez mais, numerosa na população, forte e segura no espírito. Empreendedora, honrada, ilustre. Mas este engrandecimento está, sob todos os seus aspectos, condicionado à qualidade do nosso homem, ao seu valor biológico, ao seu valor moral e intelectual. E é fora de dúvida que a boa qualidade do homem só pode decorrer da geração sadia e forte, a qual é em grande parte um resultado da saúde materna, da maternidade vigorosa e perfeita. (p. 278-279)

Se por um lado pode-se incidir no risco de equívocos quanto às interpretações dos discursos desse período, já que tais discursos seriam elitizados e propagados pelos adultos, e não há vozes infantis nos mesmos, por outro lado, pode-se afirmar que há indícios de que a década de 1940 inaugurou um período de mudanças tanto no plano estrutural da cidade, como no social. Ocorreu um período de alargamento da assistência à infância pobre curitibana, no qual a filantropia esteve ao lado das iniciativas governamentais de amparo e proteção à criança.

Porém, a suposição de que nesse período ocorreu uma ampliação no modo de compreender a infância, não significaria uma preocupação com o desenvolvimento integral da criança. A concepção de que apenas a saúde e a educação formal da criança garantiriam o desenvolvimento de “uma raça forte e sadia” que contribuiria para a formação de “uma nação grandiosa”, ainda permaneceria.

As iniciativas de amparo e proteção à infância, em Curitiba, sinalizadas pelos jornais do período e pela coletânea de Braga (1948), seriam avaliadas, pelos autores dos artigos, muitas vezes, como precursoras e paradigmáticas, apontando

determinado interesse em estar na vanguarda da civilização. Isso fica mais nítido com a insistência nos discursos em comparar Curitiba com as nações européias ou com os Estados Unidos.

Não se pode afirmar o caráter precursor e paradigmático dessas iniciativas, mas quiçá seja possível constatar a consonância dessas iniciativas com o que se esperava para o contexto histórico no qual elas estavam inseridas, já que o Departamento Estadual da Criança foi inaugurado em 1942, como também a Legião Brasileira de Assistência do Paraná.

Contudo, é imprescindível considerar aquilo que já apontou Vieira (2007), que os artigos de jornais reafirmam a dupla condição da imprensa periódica como expressão de uma realidade, e como agente social interessado em intervir na realidade. Assim, é necessário distinguir analiticamente entre o que os editores pretendiam como efeito de sentido e o que foi produzido como representação e prática pelos seus leitores.

Todavia, a ampliação das preocupações com a infância desprovida e desamparada em Curitiba, bem como em outras partes do país, e a defesa da criação de instituições de assistência específicas para atendê-las, não se apresentou como uma proposta uníssona, no decorrer da década de 1940.

Aristides Ricardo (1946) analisa a educação da criança abandonada em instituições específicas e argumenta que "numa escola especial, a criança não chegará a ser o homem, tal como o reclama a sociedade" (p. 367). Para ele uma escola só para abandonados não ofereceria nenhum valor de integração cultural ou social, porque estaria despida de elementos partilhados pelas personalidades dos indivíduos que compõem o ambiente comum. Entretanto, indiferente a esses argumentos, entre os objetivos dos governantes e da sociedade estava a institucionalização das crianças pobres e abandonadas como o principal meio de educá-las e/ou regenerá-las.

No mesmo sentido, Silva (2007) ao abordar o tema do abandono e da delinquência em Belo Horizonte, evidencia que o início da década de 1940 representou um momento importante na história da assistência aos menores em tais condições, sobretudo naquela capital. Para tanto, foram empreendidas várias iniciativas do setor público, da sociedade civil e de seguimentos religiosos com a intenção de dar fim ou ao menos amenizar o problema.

A estrutura da cidade de Curitiba, no período em que foi criado o Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade, denotava grande interesse em urbanizar o centro da cidade. As imagens desse período sinalizam que a Praça Zacarias (Figura 2), no centro, em 1946, e a construção do Alto São Francisco (Figura 3), em 1947, um bairro praticamente anexo ao centro, ofereceriam à cidade aspectos urbanos. No entanto, não seriam esses os locais destinados a abrigar a infância em situação de abandono.

Antônio Cesar de Almeida Santos (1995), aponta para o fato de que a nova Curitiba constituía-se pelo espaço do centro e de seus arredores, e que o desenvolvimento dos bairros não ocorreu paralelamente a estes. Nessa perspectiva, o Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade, que se situava no Bairro de Santa Felicidade, então denominado Colônia Santa Felicidade, estava às margens dessa "nova cidade". Afinal era considerado um local distante e somente o início da Avenida Manoel Ribas era pavimentada com paralelepípedo, havendo predomínio do aspecto rural no bairro.



FIGURA 2 - PRAÇA ZACARIAS (1946)
Fonte: Acervo da Casa da Memória (multimeios).

No entanto, naquele período o Estado aprovava o Decreto-Lei nº 630 que:

Abre um credito especial de Cr\$ 200.000,00 para atender ao pagamento da extensão da linha de iluminação até a Colônia Santa Felicidade e para instalação de luz no Hospital de Crianças Tuberculosas e Grupo Escolar. (PARANÁ, 1950, p. 118)



FIGURA 3 - ALTO SÃO FRANCISCO (1947)

Fonte: Acervo da Casa da Memória de Curitiba (multimeios).

O trecho da avenida onde se situava o Abrigo Provisório de Santa Felicidade era de estrada de chão e ficava perto da Estrada do Cerne²⁹, elemento esse que quiçá facilitasse a chegada das crianças ao Abrigo, pois elas advinham de diferentes localidades.

De acordo com as fontes investigadas, as crianças que se encontrariam na instituição, no ano de 1947, eram todas do sexo masculino e a faixa etária destas poderia variar entre cinco a dezesseis anos – isto é, desde uma criança até um adolescente. Independente da faixa etária, essas crianças estariam inseridas em uma infância específica à sua condição de pobre e abandonada.

²⁹ Estrada que recebe esse nome quando termina a Avenida Manoel Ribas, em Curitiba, no Paraná e começa a estrada em direção ao Município de Campo Magro.

Estudos como os de Veiga e Faria Filho (1999), que investigam a infância pobre e marginalizada em Minas Gerais, no final do século XIX e parte do século XX, e de Bernal (2004), que retrata a vida das crianças que passaram pelo Serviço Social de Menores de São Paulo nos anos de 1930 a 1960, apontam para o fato de que a criança pobre e desvalida desfrutaria de uma infância específica que estaria em conformidade com o Código de Menores.

A situação da criança pobre e abandonada não seria o único problema da cidade de Curitiba, pois de acordo com a Revista Ilustração Brasileira (1953), em 1º de julho de 1950, o recenseamento geral levantou 183.863 habitantes, constatando um ponderável acréscimo de 56.585 habitantes em apenas um decênio. Nesse sentido, com o crescimento da população e a urbanização, surgiam novos problemas³⁰.

Para resolver parte desses problemas, em julho de 1953 foi aprovada a Lei nº 699, que dividia a cidade em áreas distintas e dava certo ar de organicidade. Pode-se afirmar que a década de 1940 foi o período inicial de importantes mudanças no aspecto geral da cidade, pois a cidade que surgia nos anos de 1950/1960 soterrava outra, dos anos 1930³¹. Desta forma, deixa-se a "Curitiba de ontem" para trás, dando-se lugar à "Curitiba de hoje", pois, plenamente consolidada, "estava sendo fundada em 1953, momento que assinala uma reorganização de seu espaço urbano" (SANTOS, 1995, p. 93), uma nova cidade.

A Figura 4 exhibe as ruas do Centro de Curitiba, em fevereiro de 1950, na Praça Carlos Gomes, esquina com a Avenida Marechal Floriano Peixoto e Rua Pedro Ivo. Essa imagem demonstra o movimento nas ruas do centro da cidade. Parece que mesmo com os avanços na urbanização, até a década de 1950 essas ruas eram tipicamente tranquilas. Mas essa conjuntura histórico-social ainda estaria

³⁰ De acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, neste período, na cidade de Curitiba, os problemas do solo relacionavam-se aos problemas do saneamento (drenagem, canalização de rios, esgotos, abastecimento de água); as necessidades da população estavam afetas ao tráfego urbano, à circulação da produção e abastecimento; a preocupação com o meio dizia respeito à própria vida da cidade; ao seu zoneamento e à instalação de centros funcionais (CURITIBA, 1997, p. 48).

³¹ Antônio Cesar de Almeida Santos (1995) afirma, a partir de depoimentos, que existia "de um lado, uma cidade de ontem, caracterizada a partir dos espaços vivenciados nas fases de infância e de adolescência dos entrevistados, e que, externamente a eles, refere-se a uma cidade produzida desde os anos 1930 até, pelo menos, o início da década de 1960. De outro, uma Curitiba de hoje, entendida como a cidade que substitui a primeira, temporal e espacialmente, e que é percebida e comunicada como um *continuum* desde os anos 50/60" (p. 92).

distante, tanto no sentido de extensão como no simbólico, do “Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade”.



FIGURA 4 - PRAÇA CARLOS GOMES (1950)

Fonte: Acervo da Casa da Memória de Curitiba (multimeios).

2.2 ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO ABRIGO PROVISÓRIO: DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OU DEPARTAMENTO ESTADUAL DA CRIANÇA

O Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade que, como visto, localizava-se longe do centro da cidade, apresentava relatórios mensais e anuais ao Departamento de Assistência Social, órgão inicialmente vinculado à Secretaria da Saúde e Assistência Social e, posteriormente, em 1951, à Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. De acordo com esse órgão, a finalidade do Abrigo Provisório de Santa Felicidade seria realizar uma

triagem e conceder “asilo temporário para menores sob a responsabilidade do Juizado de Menores” (PARANÁ, 1951c, p. 54).

Nesse sentido, o Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade estaria subordinado à Política Social do Estado do Paraná, que aparecia com frequência nas mensagens de governo no período de 1947 a 1955. Mas a preocupação com a questão social da infância desamparada se fazia presente igualmente nos períodos anteriores, entretanto de forma mais sutil.

Dessa forma, não seria surpreendente que, em 1935, em relação à Assistência Social, apareça a declaração: "O governo tem mantido e ampliado as instituições que possui o Estado, com o fim de amparar os menores abandonados e delinqüentes e os velhos inválidos e enfermos." (PARANÁ, 1935, p. 20). Mas o amparo aos delinqüentes seria em lugar apropriado e retirado da sociedade. Assim, o governo em determinada ocasião:

[...] apoiou uma sugestão do então Chefe de polícia do Estado, Tte. Cel. Sylvio Van Erven, no sentido de ser transformada e adaptada a Ilha das Cobras, no município de Paranaguá, para a instalação de uma Colonia Correccional, para reclusão de pequenos delinqüentes (uma vez alterado o respectivo Codigo), que receberiam ali ensinamentos agrícolas. Nesse sentido, entrou o governo em entendimento com o Ministerio da Marinha, sendo a referida ilha cedida ao Estado, a título precario. (PARANÁ, 1935, p. 22)

Portanto, a criança considerada delinqüente, após o ano de 1935, poderia ser enviada à Ilha das Cobras, pois o seu destino fora determinado pelo Chefe de Polícia do Estado.

Provavelmente a simples menção do nome “Ilha das Cobras” já fosse o suficiente para aterrorizar as crianças, pois era objeto de lendas e superstições. A denominação da Colônia Correccional não seria algo insignificante. Segundo Mendonça (2008), a

paradisiaca Ilha das Cobras tem página cativa na história e capítulo à parte nos anais do folclore. Cercada de água, óleo e contêineres por todos os lados, entrou para o patrimônio do Estado após 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas anunciava o Estado Novo e impunha um período de ditadura na História do Brasil. Alegando a existência de um plano comunista para a tomada do poder, Getúlio fechou o Congresso Nacional e mandou construir na Ilha das Cobras um presídio para isolar a caterva comunista. Contrariando os planos do caudilho gaúcho, o interventor Manoel Ribas,

nomeado por Getúlio, teve a genial idéia de transformar a pretensa hospedaria de comunistas num reformatório para menores. Uma destinação aparentemente absurda, mas tinha razão de ser, para os costumes da época. Sem televisão, *shopping* ou computador, os “pestinhas” do Manoel Ribas realmente não tinham o que fazer e incomodavam horrores. Segundo os registros de então, os pais só conseguiam controlar os filhos com dois métodos: amarrando o piá no pé da mesa, ou ameaçando com uma exemplar temporada na Ilha das Cobras. De preferência no mês de dezembro, quando as butucas lá veraneiam. (s/p)

Em 1947, a infância em situação de abandono no Estado do Paraná ficou sob a responsabilidade do Departamento de Assistência Social (DAS), órgão da Secretaria da Saúde e Assistência Social (Figura 5). Vale observar que, em 1950, funcionava no mesmo prédio o Centro de Saúde Modelo, de Curitiba, e a sede da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

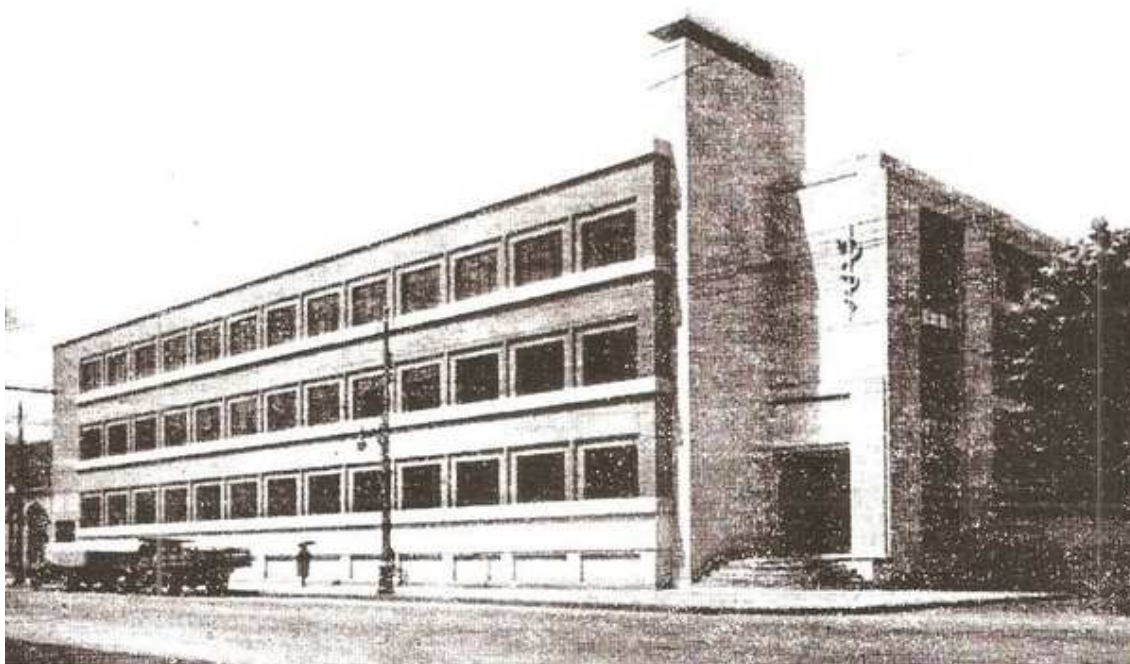


FIGURA 5 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (1950)
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Através do Decreto-Lei nº 615, de 13 de maio de 1947, foi criada a Secretaria de Saúde e Assistência Social e, em seu artigo 2º, era especificada a composição da mesma:

Art. 2º A Secretaria de Saúde e Assistência Social compor-se-á da seguinte maneira:

I - Gabinete do Secretário

II - Divisão de Administração

III - Departamento de Saúde

IV - Departamento Estadual da Criança

V - Departamento de Assistência Social

VI - Departamento de Higiene Mental e Assistência a Psicopatas

A composição da Secretaria de Saúde e Assistência Social, em primeira análise, poderia levar à suposição de que as crianças internadas no “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade” seriam de responsabilidade do Departamento Estadual da Criança (DECr), e não do Departamento de Assistência Social (DAS). Todavia, o objeto do Departamento de Assistência Social estaria claro e objetivo, conforme disposto no Decreto-Lei nº 615 de 13 de maio de 1947:

Art. 7º - O Departamento de Assistência Social tem por objeto a **proteção social dos desvalidos**, visando uma atividade social coordenada e metodicamente realizada por agentes competentes, tecnicamente preparados, com o fim, quando possível, de colocar ou recolocar os indivíduos ou suas famílias em condições normais de existência, suscitando o seu esforço de colaboração, adaptação ou readaptação. [grifo meu]

As funções e objetos do DECr não contemplavam direcionamentos à infância internada em instituições públicas estaduais, uma vez que o Decreto-Lei nº 615/1947, em seu artigo 6º, expõe que o DECr tinha por função:

Art. 6º - [...] estimular e orientar a organização de **estabelecimentos municipais e particulares**, destinados à **proteção da maternidade, da infância e da adolescência**; realizar inquéritos e estudos relativos a situação, em que se encontra, no território do estado, o problema da maternidade, da infância e da adolescência; divulgar por todas as modalidades os conhecimentos destinados a orientar a opinião pública, sobre o problema da proteção à maternidade, infância e adolescência; promover a cooperação do Estado com os municípios e instituições de caráter privado, mediante a concessão de subvenção ou auxílio estadual destinado á manutenção e ao desenvolvimento dos serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência; cooperar com o Departamento Nacional da Criança a fim de uniformizar no Estado a orientação técnica administrativa de **proteção á maternidade, á infância e á adolescência**. [grifos meus]

Nessa acepção, a condição da criança que se encontrava no “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade” seria objeto específico das atenções do Serviço de Assistência Social. O DECr se incumbiria de outros problemas apresentados na infância. Mas o fato das crianças da referida instituição não serem também alvo de encaminhamentos do DECr, não significa que o mesmo não tivesse encaminhamentos direcionados à infância e à adolescência internada em instituições.

O DECr atuaria em instituições municipais, particulares e filantrópicas, pois no modelo de estatutos que o mesmo distribuiria às Associações de Proteção à Maternidade e à Infância constaria a finalidade de "proteção e educação de crianças órfãs e abandonadas que vivam nas vias públicas sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção, à perversão, e ao crime, por falta de amparo, por meio de colocação familiar, internamento, etc." (PARANÁ, 1951, p. 17). E dentre as atribuições da Divisão de Proteção Social do DECr está o ato de “colaborar com o Juizado de Menores, o Departamento de Assistência Social e outras instituições congêneres, na execução de serviços sociais” (PARANÁ, 1951c, p. 7).

Desta forma, o DECr não teria nenhum encaminhamento em relação à criança sob a responsabilidade de instituições públicas estaduais. A análise do organograma do Departamento Estadual da Criança (Figura 6) apresentado pelo governo no ano de 1950, permite a visualização dos encaminhamentos desse órgão.

Um dos principais escopos do DECr seria a luta contra a mortalidade Infantil no Estado. Nesse sentido o governo (PARANÁ, 1950a, p. 70) chamaria a atenção para o fato de que os municípios do norte teriam taxas de mortalidade infantil mais elevadas, como também o litoral, que além de apresentar fortes coeficientes, revelaria ainda um aumento progressivo de seus índices.

Os gráficos apresentados pelo governo encontram-se semilegíveis (Figuras 7 e 8). Entretanto, é possível apreender dos mesmos que os índices do município de Curitiba se apresentariam estáveis, com relação às taxas de natalidade e de natimortalidade, no período de 1923 a 1947.

A década de 1940 é marcada por um crescente declínio na taxa de mortalidade infantil, não só no município de Curitiba, como também em todo o Estado do Paraná.

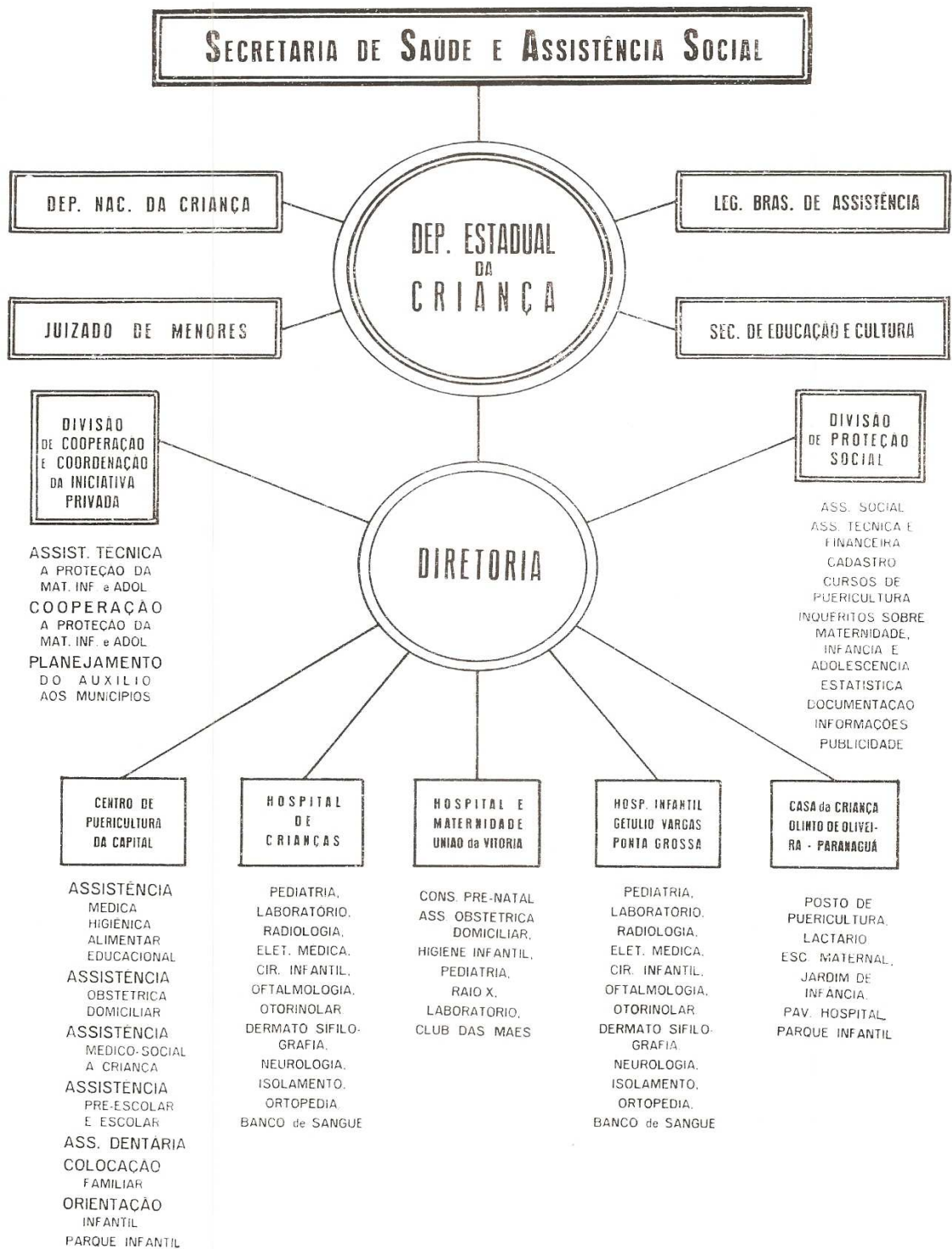


FIGURA 6 - ORGANOGRAMA DO DECR (1950)
 Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

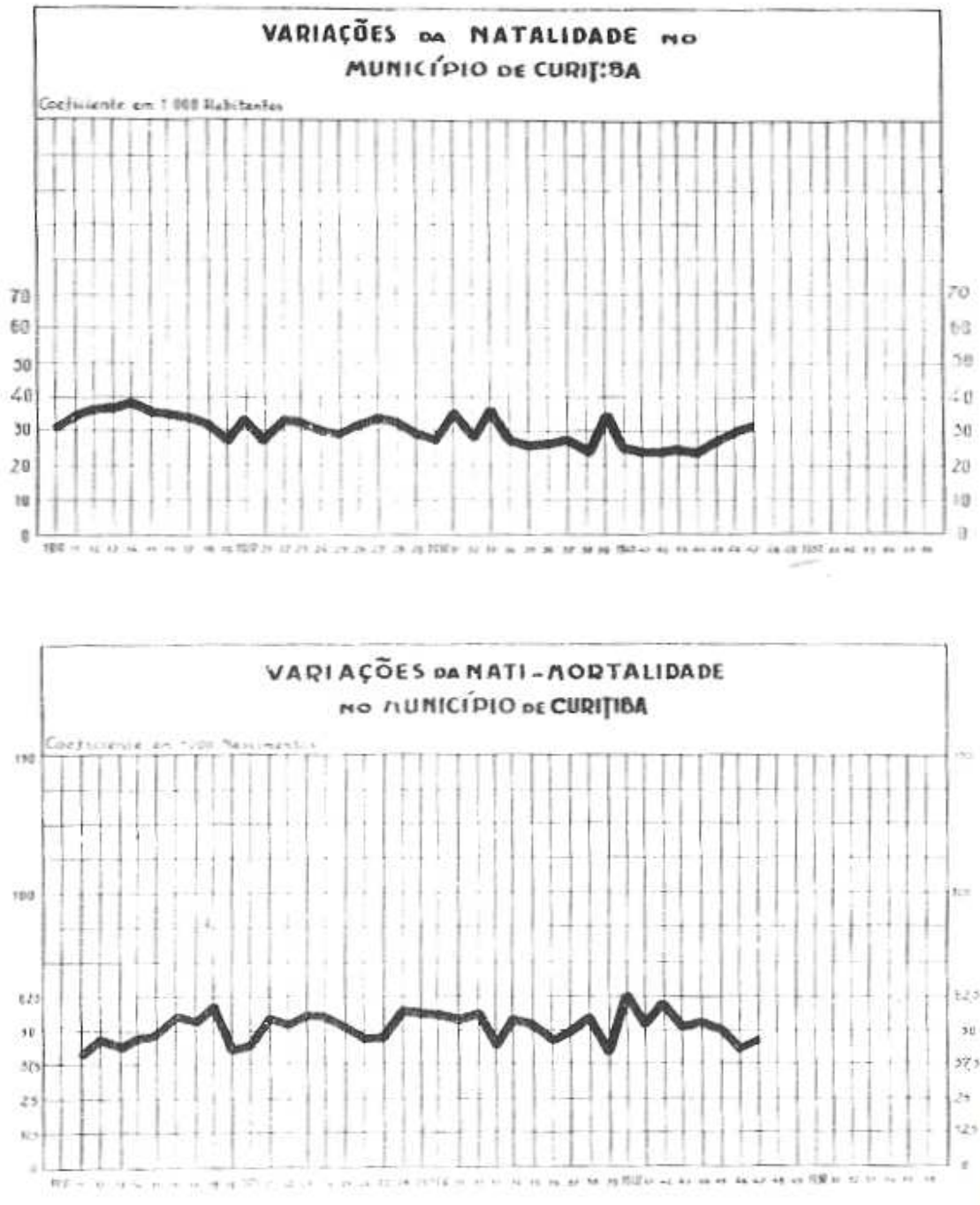


FIGURA 7 - GRÁFICOS COM A VARIAÇÃO DE NATALIDADE E NATIMORTALIDADE EM CURITIBA

Fonte: Acervo da Biblioteca pública do Paraná.

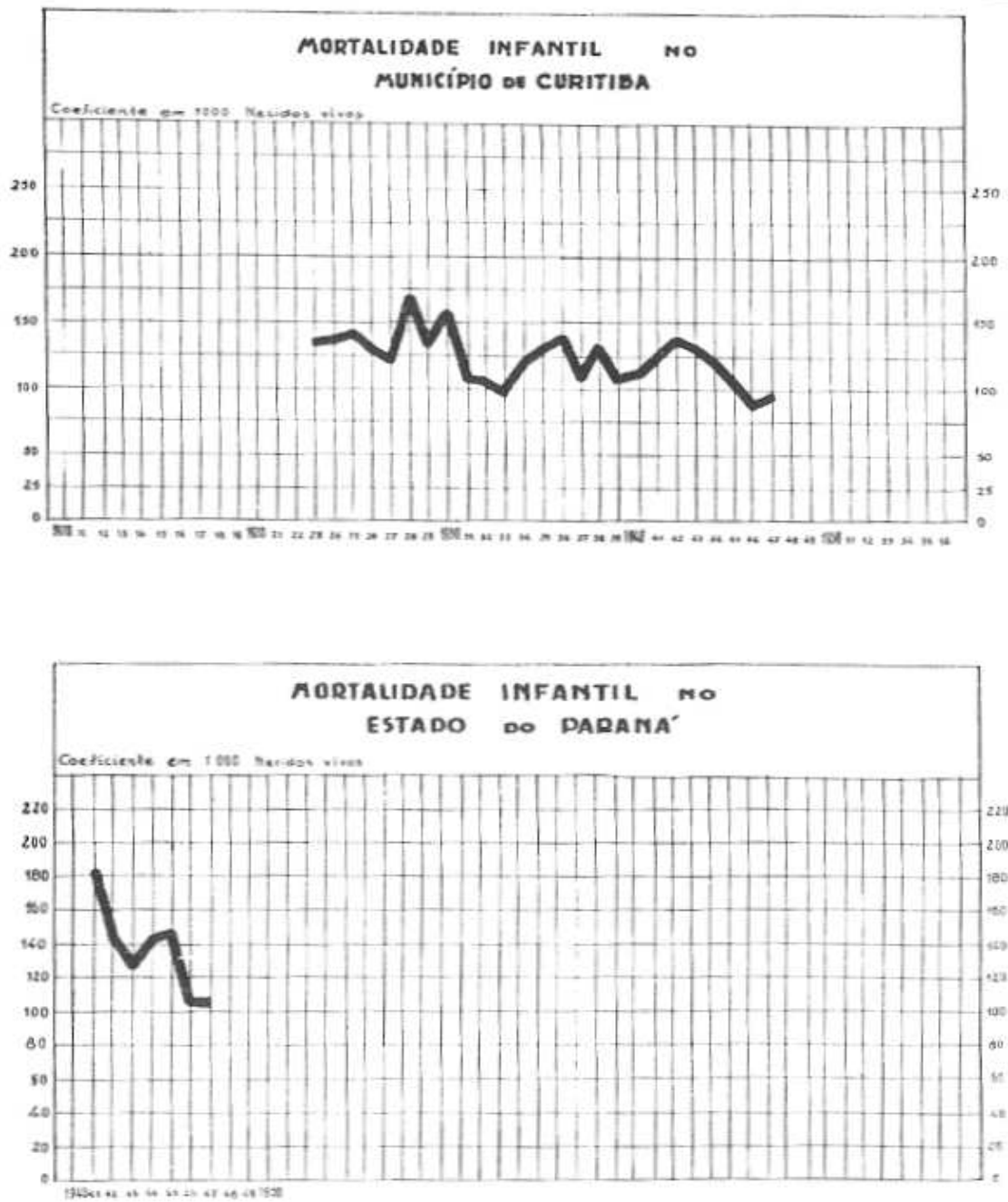


FIGURA 8 - GRÁFICOS COM AS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL EM CURITIBA E NO PARANÁ

Fonte: Acervo da Biblioteca pública do Paraná.

O fato dos gráficos mostrarem declínio nas taxas de mortalidade infantil, na cidade de Curitiba e no Estado do Paraná, não tranquilizaria o governo. Provavelmente, mesmo em declínio essas taxas ainda seriam altas quando comparadas com os padrões internacionais. Dessa forma, o governo empreendeu uma campanha para diminuir os coeficientes de mortalidade infantil e proteger a maternidade e a infância. O encaminhamento adotado seria o aumento do número de Postos de Puericultura. Diante disso, o governo manifestar-se-ia do seguinte modo:

Um capítulo da luta pela saúde que deve ser mencionado em especial é o da proteção à Maternidade e à infância. O "slogan" que lançamos foi esse: Um Pôsto de Puericultura em cada Município. [...] Quando êste Departamento foi criado, em maio de 1947, possuía o Paraná, apenas, 27 Associações de Proteção à Maternidade e Infância e funcionavam 35 Postos de Puericultura, sendo 11 na capital e 24 no interior. (PARANÁ, 1950c, p. 61)

Nas mensagens do governo, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência seria um problema apresentado no planejamento governamental como de primeira instância. Entretanto, a situação em que se encontravam crianças e adolescentes no “Abrigo Provisório para Menores Abandonados” não confirmava essa primazia. Em consideração ao organograma apresentado anteriormente (Figura 6), torna-se possível conjecturar que esses esforços e atenções estariam mais direcionados à criança pobre com família, com exceção das crianças pequenas deixadas para adoção em instituições que contavam com o auxílio do DECr, já que instituições públicas de amparo e proteção às crianças abandonadas não seriam alvo do mesmo.

O prédio do Centro de Puericultura da Capital (Figura 9), em 1950, denota a sintonia entre o DECr e a Secretaria de Saúde e Assistência Social.



FIGURA 9 - CENTRO DE PUERICULTURA DA CAPITAL (1950)
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

As instituições administradas pelo Estado, que manteriam crianças e adolescentes em situação de abandono, não seriam alvo dos encaminhamentos do DECr. Suas realizações mostrar-se-iam intensas e contariam com o apoio de outros órgãos:

Em junho de 1948 foi assinado um Convênio entre o Departamento Nacional da Criança, o Estado do Paraná e a Legião Brasileira de Assistência, para o desenvolvimento dos serviços de Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência. [...] O objetivo principal e imediato do referido Convênio foi o Combate à Mortalidade Infantil [...]. (PARANÁ, 1951b, p. 273)

Entretanto, em relação ao Departamento de Assistência Social, não se evidencia a mesma sintonia com os órgãos citados anteriormente. Em 1951, o DAS passaria a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, pois com a promulgação da Lei nº 682, de 12 de setembro de 1951, este seria desmembrado da Secretaria de Saúde Pública, com todos os seus órgãos criados por lei. Nesse sentido, Bernal (2004) aponta que os discursos que fundamentariam a criação desses órgãos, defenderiam que as crianças e jovens considerados abandonados representariam um perigo iminente para a sociedade, devendo, assim, ser reeducadas em instituições fechadas, que dariam conta de ressocializá-los como cidadãos úteis e dóceis.

O motivo do desmembramento seria justificado pelo governo estadual, como “uma forma de agrupar serviços num organismo que pudesse expressá-los convenientemente” (PARANÁ, 1952a, p. 259). Ficou então, assim constituída a Secretaria dos Negócios do Trabalho e Assistência Social:

- a) - Gabinete do Secretário (G.S);
- b) - Serviço de Assistência Técnica (S. A. T.);
- c) - Contadoria Seccional (C.S)
- d) - Departamento do Expediente e do Pessoal (D.E.P), com:
 - _ Secção do Expediente e Protocolo (S.E.P); e,
 - _ Secção do Pessoal (S.P);
- e) - Departamento Estadual de Estatística (D.E.E), desmembrado da Secretaria do Interior e Justiça, com todos os seus serviços criados por lei;
- f) - Departamento de Indústria e Comércio, desmembrado da Secretaria de Agricultura, com a sua organização constante da Lei n. 373, de 18-VII-1950, o qual passou a denominar-se: Departamento do Trabalho, Indústria e Comércio (D.T.I.C.);
- g) - Departamento de Assistência Social (D. A. S), desmembrado da Secretaria de Saúde Pública, com todos os órgãos criados por lei;
- h) - Caixa de Seguro de Vida dos funcionários Públicos, Civis e Militares do Estado, abreviadamente C.S.V., com a sua organização atual, desmembrada da Secretaria de Fazenda; e,
- i) - Montepio dos Funcionários Públicos, Civis e Militares do Estado, abreviadamente <Montepio>, com a sua composição atual, também desmembrado da Secretaria de Fazenda. (PARANÁ, 1952a, p. 260)

Os desmembramentos que constituiriam a nova Secretaria apresentam consistência, na justificativa do governo, porém o Departamento de Assistência Social e o Departamento Estadual da Criança não fariam igualmente parte da mesma Secretaria. O DECr continuaria na Secretaria da Saúde Pública, enquanto o DAS passaria a ser contemplado na SNTAS.

Os relatórios enviados ao Governador pelo Secretário de Estado evidenciam que o Secretário considerava o número de pessoas que recorriam ao DAS, alarmante. A preocupação com o número de pessoas que precisavam ser assistidas seria tanta que nos dias de audiência pública do Governador, o DAS providenciaria um plantão junto ao palácio do governo:

Dado o grande número de pessoas que afluem tôdas as sextas-feiras, dia de audiência pública de Vossa Excelência, ao Palácio do Govêno, o Departamento de Assistência Social dispensa duas Assistentes para atenderem a parte de Serviço Social, durante tôda a tarde. Essas funcionárias, numa ligeira entrevista com os interessados, encaminham-nos

ao Departamento de Assistência Social ou a outras instituições adequadas. (PARANÁ, 1951a)

O plantão no palácio do governo, provavelmente seria para atender as pessoas que procurariam diretamente aquele local e, de certa forma, poderia representar algum constrangimento, pois o governador esperaria que cada departamento cumprisse com suas funções.

Provavelmente, caso o DAS recebesse uma criança ou adolescente, ele a encaminharia ao Juizado de Menores, que teria seus encaminhamentos pautados no Código de Menores de 1927, que determinaria as medidas aplicáveis aos menores abandonados:

Art. 55 – A autoridade a quem incumbir a assistência e proteção aos menores, ordenará a apreensão daqueles de que houver notícia, ou que lhe forem presentes como abandonados, **os depositará** em lugar conveniente, e providenciará sobre sua guarda, educação e vigilância, podendo, conforme a idade, instrução, profissão, saúde, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e econômica dos pais ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, adotar uma das seguintes decisões:

- a) entregá-lo aos pais ou tutor ou pessoa encarregada de sua guarda, sem condição alguma ou sob condições que julgar úteis à saúde, segurança e moralidade do menor;
- b) entregá-lo à pessoa idônea, ou interná-la em hospital, asilo, instituto de educação, oficina, escola de preservação ou de reforma;
- c) ordenar medidas convenientes aos que necessitem de tratamento especial, por sofrerem de qualquer doença física ou mental;
- d) decretar a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela;
- e) regular de maneira diferente das estabelecidas nos dispositivos deste artigo a situação do menor, se houver para isso motivo grave e for do interesse do menor. (BRASIL, 1927)

Transcorridas mais de duas décadas, os encaminhamentos do DAS e do Juizado de Menores ainda estariam subordinados, prioritariamente, ao Código de Menores de 1927.

O cotejamento entre as funções dos dois departamentos referidos, permite considerar que o DAS se incumbiria de crianças, jovens e idosos em situação de pobreza, abandono e/ou delinquência e não parece receber o mesmo *status* que o DECr.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL DO JUIZADO DE MENORES E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA: COMPETÊNCIA DO ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES ABANDONADOS DE SANTA FELICIDADE

De acordo com o Código de Menores de 1927, as crianças ou adolescentes em situação de abandono de qualquer região do país deveriam ser encaminhadas ao “Juízo de Menores”. O destino dessas crianças seria, portanto, de competência do juiz de menores:

Art. 147. Ao juiz de menores compete:

I – processar e julgar o abandono de menores de 18 anos, nos termos desse Código e os crimes e contravenções por eles perpetrados;

II – inquirir e examinar o estado físico, mental e moral dos menores que comparecerem a juízo e, ao mesmo tempo, a situação social, moral e econômica dos pais, tutores e responsáveis por sua guarda;

III – ordenar as medidas concernentes ao tratamento, colocação, guarda, vigilância e educação dos menores abandonados ou delinqüentes [...].
(BRASIL, 1927)

Dessa forma, as crianças que se encontrassem abandonadas na cidade de Curitiba seriam encaminhadas ao Serviço Social do Juizado de Menores. Entretanto, o “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade” não receberia crianças enviadas pelo Serviço Social do Juizado de Menores, já que o serviço social do próprio abrigo realizaria esse trabalho. Mas esta situação, de determinada autonomia, não seria um caso isolado, visto que o Código de Menores (BRASIL, 1927) estabelecia, em seu artigo 189, que: “Subordinado ao Juiz de Menores, haverá um Abrigo, destinado a receber provisoriamente, até dar-se destino definitivo, os menores abandonados e delinqüentes”.

Nos relatórios do Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade, no período de 1947 a 1957, constam saídas das crianças da instituição para o Juizado de Menores. O Abrigo, assim, teria um caráter de provisoriedade, pois as crianças e adolescentes permaneceriam na instituição até que o juiz determinasse seus destinos.

Em Curitiba, o Juizado de Menores e o Serviço de Assistência Social atuavam em parceria, já que o Departamento de Assistência Social do Paraná manteria

também, junto ao Juizado de Menores, uma assistente social encarregada de acompanhar todos os casos e servir de contato entre ambos. Os dados referentes ao movimento do Serviço Social do Juizado de Menores, durante o ano de 1951, evidenciam que nesse período ainda existiam crianças e adolescentes que eram destinados à “Ilha das Cobras”, conforme é demonstrado na Tabela 1.

TABELA 1 - MOVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DO JUIZADO DE MENORES EM 1950

ENCAMINHAMENTOS	QUANTIDADE
Menores encaminhados ao Departamento de Ensino Superior, Técnico Profissional, da Secretaria de Agricultura.	286
Menores encaminhados ao Departamento de Assistência Social	343
Menores encaminhados ao Asilo São Luiz	23
Menores encaminhados ao Lar das Crianças Órfãs	7
Menores encaminhados à Ilha das Cobras	62
Menores encaminhados à Escola de Reforma	89
Menores órfãos de pai	96
Menores órfãos de mãe	52
Menores órfãos bilaterais	98
Menores abandonados	109
Menores filhos de pais ignorados	24
Menores filhos ilegítimos	38
Menores internados por doenças dos genitores	37
Menores internados por falta de capacidade dos pais	16
Menores débeis mentais ou anormais	26
TOTAL	1306

Fonte: PARANÁ – SNTAS, 1951b.

As crianças em situação de abandono que chegavam ao Serviço Social do Juizado de Menores, passariam por uma triagem e seriam enviadas para o local que o DAS considerasse mais adequado. No quadro do Movimento do Serviço de

Assistência Social do Juizado de Menores não consta envios ao Abrigo Provisório de Santa Felicidade, considerando-se a suposição de que a instituição funcionaria como uma extensão do Serviço de Assistência Social do Juizado de Menores.

Bernal (2004, p. 42), ao investigar o Serviço Social de Menores de São Paulo, no período de 1938 a 1960, aponta para o fato de que a criança e o jovem tanto poderiam ser considerados vítimas infelizes, como delinquentes, vadios ou pervertidos. Nesse mesmo sentido, em Curitiba, um fator determinante no destino das crianças seriam os delitos.

TABELA 2 - DELITOS APONTADOS PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO JUIZADO DE MENORES NO ANO DE 1951

DELITOS	QUANTIDADE
Crimes	6
Furtos	119
Tentativa de crime	3
Menores transviadas	78
Menores alcoólatras	6
Menores prostituídas	26
Menores falsificadores	2
TOTAL	150

Fonte: PARANÁ - SNTAS, 1951b.

A partir da análise das Tabelas 1 e 2, pode-se afirmar que, no ano de 1951, cerca de 70% das crianças que chegavam ao Serviço de Assistência Social do Juizado de Menores, eram classificadas como praticantes de algum tipo de delito. Essas crianças provavelmente teriam seus destinos decretados: seriam enviadas à Escola de Reforma que, segundo relatório do SNTAS, apresentava as seguintes condições:

[...] funciona no mesmo prédio do 'Asilo São Vicente de Paulo'.³² Infelizmente, a parte do prédio a ela destinada, é situada nos porões do edifício, 'em local de área, e iluminação deficientes', Sua capacidade normal é de 60 alunos, porém, abriga mais de 100 menores. (PARANÁ, 1951b, p. 57)

Diante disso, visualizam-se em Curitiba, crianças que viviam presas em um porão em condições insalubres, e o fato era de conhecimento do DAS, que insinuava uma determinada insatisfação. Todavia, esse fato, era também de ciência daquele que poderia fazer algo para alterar aquela situação, o governador do Estado. Nessa direção, Venâncio (2004, p. 42), verifica que o problema da criança abandonada, no período de 1941-1964, passou a ser visto como de "segurança nacional", havendo ampliação das instituições correccionais de menores infratores.

A manifestação do governador, nesse período, quando em referência a "Escola da Reforma", parece desconhecer a situação real da instituição, pois os relatórios apresentados pela SNTAS (ver citação anterior) diferem das informações do governo. Para ele, a "Escola da Reforma" seria um "estabelecimento destinado às menores do sexo feminino internadas mediante sentença dos Juizes de Menores, [...] anexa ao 'Asilo São Vicente de Paula'". (PARANÁ, 1950a, p. 267). Haveria, então, a omissão de que "anexa" se refere ao porão da instituição. Porém no Plano de Obras do governo é mostrada a imagem da construção de um novo pavilhão para a "Escola de Reforma" (Figura 10).

Em conformidade com os relatórios da SNTAS, algumas crianças e adolescentes seriam encaminhados ao Serviço Social do Juizado de Menores por terem cometido delitos, mas havia também os casos de indisciplina, vadiagem, gestação e causas diversas que não são especificados. Os motivos de desligamento poderiam ser: colocação familiar, encaminhamento ao serviço militar, maioridade, encaminhamento aos pais e responsáveis, núpcias e motivos diversos que não foram especificados. Nesse sentido, Bernal (2004) salienta que, no caso de São

³² De acordo com a Fundação de Estudos das Doenças do Fígado Koutoulas Ribeiro (Funef), o Asilo São Vicente de Paula foi inaugurado pelo governador Caetano Munhoz da Rocha no dia 30 de outubro de 1926. Era, à época, um centro de mendicância que chegou a atender mais de 600 pessoas, de crianças a idosos. Até 2004 esteve sob a administração da Congregação das Irmãs Passionistas. Em 1967 o público masculino foi transferido para outra instituição ficando o Asilo destinado somente a mulheres com mais de 60 anos. A partir de 2004 a Fundação Educacional Itaquí assume o Asilo e o transforma no Centro de Integração do Idoso São Vicente de Paulo atendendo idosas com mais de 60 anos portadoras de necessidades especiais ou não, dando atenção integral aos dispositivos do Estatuto do Idoso. O Centro do Idoso abriga quase 200 idosas.

Paulo, em todas as situações, "o juiz de menores, além de ser responsável pela vigilância das crianças e jovens, tinha o poder final nas decisões sobre suas trajetórias institucionais" (p. 47).

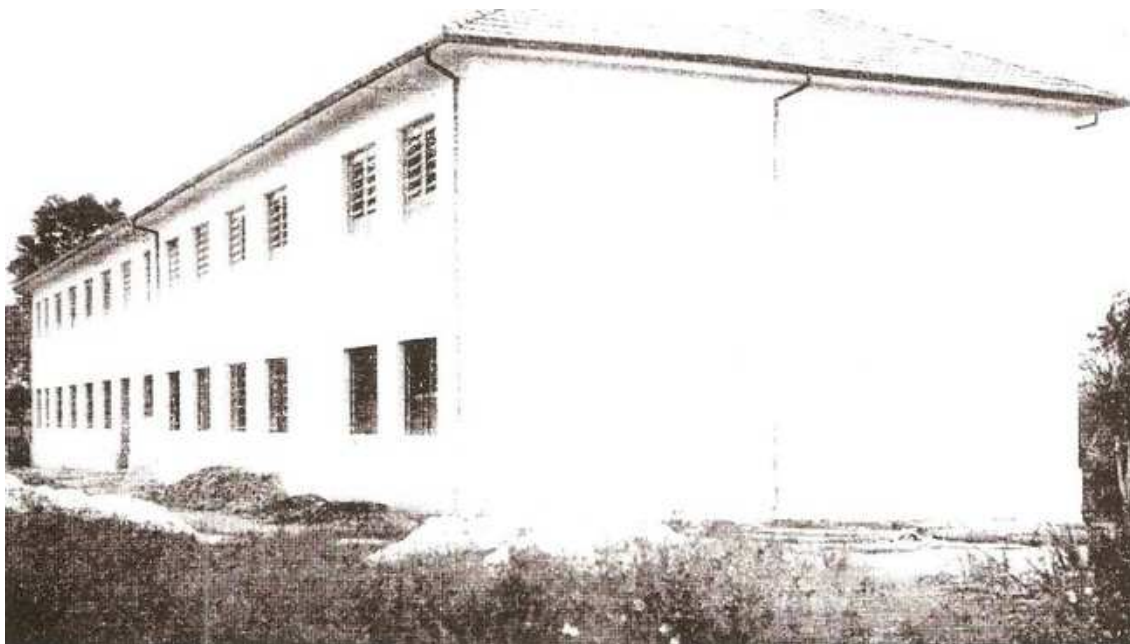


FIGURA 10 – ESCOLA DE REFORMA
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

As ações das instituições de assistência evidenciam as especificidades da infância da criança pobre e abandonada, identificadas na preocupação com a reeducação que a prepararia para a idade adulta.

O relatório da Comissão do Estado do Paraná da Legião Brasileira de Assistência (LBA), demonstra que a assistência fazia parte da vida dessas crianças, quer fossem pobres, frequentadoras de escolas públicas, quer fossem abandonadas ou internas em uma instituição de assistência:

As visitadoras preenchem as fichas de cada família, detalhando as condições de vida, higiene, instrução, etc. Assim depois de criteriosa sindicância, a criança passa a receber assistência, cuja extensão varia de conformidade com o maior ou menor grau de necessidade dos seus progenitores ou responsáveis. [Em alguns casos] o auxílio prestado é feito por intermédio da própria escola, de modo discreto, sem que a criança precise solicitar ou possa se sentir humilhada perante seus professores e companheiros. [...] Este Setor encaminha as crianças dotadas intelectualmente para os cursos secundários. (LBA, 1944, p. 111-112)

As instituições de amparo à infância pobre e abandonada no Paraná, nesse período, estariam sob a responsabilidade do Departamento de Assistência Social, mas isto não significaria que o DAS conseguiria suprir as necessidades materiais das instituições sob sua responsabilidade. Neste sentido, Bernal (2004, p. 29-30) aponta que, em 1940, houve uma expansão, em todo o Brasil, de instituições de assistência em caráter público e privado. E os convênios entre público e privado possuíam a finalidade de suprir a falta de verbas para a construção de novos estabelecimentos para amparar a infância pobre e abandonada.

A atuação da LBA não se faria presente apenas nas capitais, Livia Vieira (1986) evidencia que, em 1944, a LBA já estaria presente em 1.562 municípios brasileiros, consolidando-se como a primeira instituição de assistência social de âmbito nacional. Com o final da guerra, a mesma, passaria por transformações que modificariam seus estatutos, reforçariam a sua organização em bases técnicas e administrativas e voltar-se-iam prioritariamente para o atendimento da maternidade e da infância.

Os relatórios do Setor de Assistência Moral e Educacional da LBA, no ano de 1940, em Curitiba, demonstram que as atividades da instituição englobariam parcerias com instituições educacionais e assistenciais, dentre elas um abrigo de menores. Porém esse abrigo provavelmente não dizia respeito ao Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade. A hipótese é de que devem ter existido outros abrigos de menores, os quais não estavam vinculados a administração do Estado. Isso fica evidente no exposto em um dos relatórios da LBA:

Prestou assistência em material didático a.....	844 alunos
Forneceu uniformes a	773 alunos
Efetuoou o registro civil de.....	107 crianças
Matriculou e internou:	
No Colégio Estadual do Paraná.....	12 crianças
Na Escola Técnica de Curitiba.....	9 crianças
No Senai.....	1 criança
No Abrigo de Menores	3 crianças
No Asilo São Luiz	6 crianças
Nas Escolas Rurais	8 crianças
Total de crianças beneficiadas.....	1.763 crianças

(LBA, 1944, p. 112) [grifos meus]

Os relatórios da LBA do Paraná, uma parceira das instituições de assistência, também apontam que a educação profissional seria o principal destino da infância paranaense. Os próprios relatores constataam esta evidência:

[...] a orientação profissional do menor sem recurso é objeto de atenção especial. Aos alunos do quarto e quinto ano das escolas são aplicados testes de inteligência. Os super-dotados são inscritos nas escolas secundárias públicas, gosando das regalias que nesses casos são oferecidas pelo Govêrno: os outros nas escolas técnicas e profissionais, vão aprender uma arte ou ofício que os torne aptos a enfrentar a luta pela vida e úteis a si, à família e à sociedade. (LBA, 1944, p. 112)

Dessa forma, não só a criança pobre e abandonada passaria por uma triagem, mas também a criança pobre das escolas públicas. Ocorreria determinada hierarquização da infância pobre e/ou desvalida, dependendo da classificação de sua capacidade intelectual e moral. Os superdotados seriam inscritos nas escolas públicas secundárias, enquanto os demais seriam encaminhados a uma escola técnica profissional.

Cruz (2004) salienta que a criança pobre e abandonada dos séculos XIX e XX, na história brasileira, é cruelmente vista de forma pejorativa. Pouco se sabe sobre o que ela realmente sentia. Os menores foram retratados como vadios, moleques, pivetes, trombadinhas, meninos e meninas de rua, internos da Febem. A autora afirma a existência de uma ótica cruel que tem organizado a história da negação do direito, do descaso e da disciplinarização de crianças e adolescentes pobres em nossa sociedade.

O DAS e suas parcerias estariam preocupados em suprir as necessidades básicas das crianças pobres e abandonadas, oferecendo-lhes tratamento de acordo com os critérios de triagem e seleção. A criança pobre e abandonada que cometesse um delito não receberia o mesmo tratamento que as outras crianças. Nos relatórios do Abrigo Provisório de Menores de Santa Felicidade não consta nenhum envio de crianças à Escola de Reforma.

Freitas (2002) esclarece que os asilos ou orfanatos seriam escolas de preservação das crianças ainda não pervertidas, no entanto as escolas de reforma ou reformatórios fariam o levantamento moral e a reeducação das já viciosas, inseridas na vagabundagem e na mendicância das ruas. Isso implica em considerar

a seguinte questão: o abrigo provisório não receberia crianças que houvessem praticado delitos?

Outrossim, os encaminhamentos do Serviço de Assistência Social e do Departamento Estadual da Criança apontam que, em Curitiba, assim como em outros estados e municípios, previa-se a existência de encaminhamentos específicos de acordo com a situação econômica social e institucional na qual a criança pobre e abandonada estava inserida.

2.4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS DIRECIONADAS ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA: FINALIDADE DO ABRIGO PROVISÓRIO

As ações governamentais direcionadas à construção de edifícios públicos que abrangiam obras em geral e, do mesmo modo, as instituições de assistência à infância em situação de abandono e pobreza, denotam que o Estado do Paraná, no final da década de 1940 e início da década de 1950, alçava-se na concretização de uma série de planos e obras para os municípios. Entretanto, parece que essas ações não teriam como objetivo primordial melhorar as condições sociais da criança. Nesse contexto, assim se expressou o governador Moysés Lupion na Concretização do seu “Plano de Obras: “Estamos certos de que precisamos planificar o trabalho, partindo de dados, rigorosamente objetivos, se desejamos melhorar a vida e construir um PARANÁ MAIOR” (PARANÁ, 1950a, p. 8).

A finalidade seria a construção de “um Paraná maior” e, para tanto, ampliar a assistência à infância pobre e abandonada seria apenas um indicador de que o Paraná estaria conquistando sua grandeza.

Em 1950, na cidade de Curitiba, o governo apresentava as obras construídas, as em construção e as planejadas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas pelo Departamento de Edificações (Quadro 1), conforme expresso no documento intitulado “A concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion (1947-1950)”.

CONSTRUÍDAS	EM CONSTRUÇÃO	PLANEJADAS
Colégio Estadual do Paraná Centro de Saúde Pavilhão do Quartel da Polícia Militar Grupo Escolar c/4 salas no Boqueirão Pavilhão Médico Cirúrgico do Sanatório do Portão Ampliação e Reforma do Grupo Escolar Prof. Cleto Escola Superior de Química	Lar Escola "Hermínia Lupion" Hospital das Clínicas Casa do Estudante Museu Paranaense e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Instalações complementares do Colégio Estadual e Campo de Esportes Teatro Oficial Grupo Escolar c/12 salas no Portão Grupo Escolar c/12 salas no cristo Rei Pavilhão para o Asilo São Vicente de Paulo Casa Escolar no bairro São Braz	Ampliação da Escola República Argentina

QUADRO 1 - OBRAS CONSTRUÍDAS, EM CONSTRUÇÃO E PLANEJADAS, NO MUNICÍPIO DE CURITIBA, NO PERÍODO DE 1947 a 1950

Fonte: Adaptado de PARANÁ (1950a).

As obras em construção, construídas e planejadas para o município de Curitiba denotam o desejo de ampliar a infraestrutura social do Estado. Entre tais obras, o “Lar Escola Hermínia Lupion” (Figura 11) inseria-se como uma que atendia o interesse de sanar os problemas das crianças e adolescentes pobres e abandonadas do sexo feminino. Especificamente, essa instituição tinha como finalidade:

[...] internar menores do sexo feminino de 7 a 17 anos, órfãos e em estado de abandono, ministrando-lhes educação e formação profissional. Manterá uma secção de 16 casas-lares, com capacidade para 12 menores cada uma, destinada às jovens. Possui também uma - secção de Semi-internato para a formação profissional de menores comprovadamente necessitadas de orientação. Sua capacidade total será de 300 internados. (PARANÁ, 1950a, p. 265)



FIGURA 11 - LAR ESCOLA HERMÍNIA LUPION (1950)
Fonte: Biblioteca Pública do Paraná.

Ainda no que diz respeito às obras públicas, o governo enumerou algumas iniciativas no plano de obras de assistência à infância e juventude abandonada. Nesse aspecto, mencionou a instalação do "Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade", os avanços na construção do "Lar Escola Hermínia Lupion", a ampliação do prédio onde funcionaria a "Escola de Reforma" e a readequação e ampliação do "Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido", como obras que orientariam e assistiriam as crianças e jovens desamparados.

A partir da análise da Tabela 3, a seguir, pode-se constatar que o governo do Paraná não atuou apenas em prol das instituições públicas do Estado. Entre 1947 a 1950, em Curitiba, ele também concedeu subvenções e auxílios a institutos particulares e/ou filantrópicos de assistência.

TABELA 3 - INSTITUIÇÕES QUE RECEBERAM AUXÍLIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, EM CURITIBA, NO PERÍODO DE 1947 A 1950

INSTITUIÇÃO	VALOR (Cr\$)
Liga de Defesa da Tuberculose	12.000,00
Asilo São Luiz	288.000,00
Orfanato Cajuru	72.000,00
Associação Protetora do Recém-nascido	18.000,00
Hospital Psiquiátrico N. S. da Luz	960.000,00
Santa Casa de Misericórdia	720.000,00
Sociedade Socorro aos Necessitados	96.000,00
Hospital Victor do Amaral	144.000,00
Sanatório Bom Retiro	72.000,00
Hospital da Cruz Vermelha Brasileira	250.000,00
Lar das Crianças Órfãs	86.000,00
Lar Icléa	12.000,00
Escola de Serviço Social	126.000,00
Escola Maternal da Sociedade Socorro	72.000,00
Instituto Paranaense para Cegos	126.000,00
Albergue Noturno	112.000,00
Pia União de Santo Antônio	24.000,00
Associação das Senhoras de Caridade	24.000,00
Liga Paranaense de Combate ao Câncer	12.000,00
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra	49.000,00
Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo	42.000,00
Associação Feminina de Proteção à Maternidade e Infância	48.000,00
Externato Santa Terezinha	10.000,00
União Paranaense dos Estudantes	150.000,00
Casa do Estudante	150.000,00
TOTAL	3.675.000,00

Fonte: Paraná, 1950a.

O valor disponibilizado às instituições particulares e/ou filantrópicas que prestariam atendimento de assistência social parece ínfimo se comparado com os gastos com as edificações construídas e concluídas no período, que totalizariam Cr\$ 57.681.863,00. Nesse sentido, a subvenção e o auxílio representava uma parceria que acarretaria muito mais bônus do que ônus ao Estado, pois caso este tivesse que dar conta sozinho de toda a demanda apresentada na Tabela 3, provavelmente as despesas se multiplicariam.

É interessante observar o Decreto-Lei nº 666, no qual o Estado “Cria a taxa de Assistência Social, destinada a ser aplicada nos serviços próprios da Secretaria de Saúde e Assistência Social, recaindo a referida taxa sobre aguardente e bebidas alcoólicas de qualquer procedência, destinadas ao consumo dentro do Estado” (PARANÁ, 1948a, p. 121).

Em 1951 o governo verificaria que a taxa de assistência social estaria "reagindo bem e, pela primeira vez, desde sua criação, sem déficit sobre a previsão do orçamento. Verifica-se um excêso de renda de 45% sobre o ano anterior" (PARANÁ, 1951a, p. 22).

No ano seguinte, na gestão do governador Bento Munhoz da Rocha Neto³³, o ritmo das construções continuaria intenso, embora nenhuma delas fosse direcionada à infância pobre e abandonada. A "menina dos olhos" do governador seria a construção do Centro Cívico³⁴ do Paraná. Para ele, esse empreendimento "só encontra paralelo no de Washington, nos Estados Unidos da América do Norte" (PARANÁ, 1952a, p. 193). Portanto, a obra corroboraria para o escopo do governo anterior, construir um "Paraná Maior". Nesse sentido, Correia (2004, p. 154) afirma que a materialização de um espaço de poder do Estado, devido à luta por um lugar

³³ Bento Munhoz da Rocha Neto nasceu em 17 de dezembro de 1905, em Paranaguá. Em 1926 formou-se pela Faculdade de Engenharia do Paraná. Foi eleito Deputado Federal em 1946, cargo que desempenhou até 1950. Em 1950 foi eleito Governador do Estado do Paraná, tendo exercido essa função até Junho de 1955, quando assumiu a função de Ministro da Agricultura no Governo Café Filho. Em 1958 foi eleito Deputado Federal pelo PR, exercendo o mandato até 1962.

³⁴ A construção do Centro Cívico somente seria iniciada em 1952 diante da "idéia de uma crescente centralização administrativa, bem como da presença do governo estadual em decisões referentes à sua capital, aquele espaço iria concentrar os edifícios das principais instâncias administrativas e políticas: o Palácio do Governo Estadual, a Assembléia Legislativa, a Prefeitura Municipal e o Palácio da Justiça" (CURITIBA, 1997, p. 52).

no cenário nacional, fortaleceu Curitiba como promissora capital, portanto seus habitantes deveriam se orgulhar da cidade e de seus governantes.

O fato do DAS ser um órgão constituinte da Secretaria de Negócios do Trabalho e Assistência Social, faria com que o DAS assumisse outras instituições que não seriam citadas nas mensagens do governador da gestão anterior. Na gestão anterior as instituições subordinadas ao DAS eram exclusivamente do Estado, diferentemente desse período, quando o DAS se responsabilizaria por obras particulares, mas devidamente registradas no mesmo órgão. Além das obras já citadas anteriormente, que prestavam assistência à infância pobre e abandonada, passaria a figurar nas mensagens do governo a partir de 1952, o Abrigo de Menores do Portão. Entretanto, não mais seria mencionado nas mensagens o Lar Escola Hermínia Lupion.

De acordo com a mensagem do governador, apresentada no ano de 1952, referente ao ano de 1951, o "Abrigo de Menores do Portão" foi o primeiro estabelecimento de caráter assistencial criado exclusivamente para meninas. Foi construído 25 anos antes, pelo Estado – isto é, em 1926 –, todo em madeira, destinado a receber crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, órfãs ou em abandono moral. Esse estabelecimento foi administrado por religiosas da "Congregação de São Vicente de Paulo" e ocupava uma área de oito alqueires, mas estaria a requerer reformas radicais ou mesmo a construção de um novo estabelecimento. Devido às dificuldades de triagem prévia, as meninas eram internadas diretamente na instituição, quando não houvesse a indicação do juizado de menores para a "Escola de reforma". A administração da instituição foi realizada mediante contrato com a Congregação, na base "per capita". Sua lotação normal seria de 100 meninas, entretanto abrigou entre 140 a 160 menores. Quanto aos resultados desse abrigo o governo expõe que:

Apesar dos esforços e da dedicação das Assistentes Sociais destacadas para orientar tecnicamente a Obra; apesar da grandeza dos atributos morais e do desempenho decidido das religiosas administradoras do Estabelecimento, nem sempre tem sido atingido o melhor resultado na recuperação das menores aí internadas. Estamos certos, todavia, de que do trabalho persistente daquelas Religiosas e das Assistentes, principalmente da perfeita harmonia e da integral colaboração da administração das Obras, com os elementos técnicos do Departamento de Assistência Social, resultará a reeducação das menores, para a felicidade pessoal das mesmas e para o bem de nossa sociedade. (PARANÁ, 1952a, p. 276-277)

A dificuldade da instituição no que diz respeito à estrutura oferecida às meninas abrangeria desde a carência de uma reforma até a superlotação e suas múltiplas implicações. Afinal, como ter êxito em uma obra planejada para 100 internas que teria que dar conta de um excesso de 40% a 60%?

A análise da Tabela 4, a seguir, aponta para o fato de que o movimento de internados nas instituições de amparo à criança desvalida, durante o ano de 1951, seria avolumado, não somente no Abrigo Provisório para menores Abandonados de Santa Felicidade, como nas outras instituições destinadas à infância desvalida.

TABELA 4 - MOVIMENTO DE INTERNADOS EM INSTITUIÇÕES DO ESTADO, DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA, EM CURITIBA, DURANTE O ANO DE 1951

Especificação	Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade	Abrigo de Menores do Portão	Centro de Formação profissional para Menores do campo Comprido	Escola de Reforma
Existentes em 1º de janeiro de 1951	66	164	126	90
Matriculados durante o ano	82	129	93	88
Desligados no mesmo período	68	134	50	86
Existentes em 1º de dezembro de 1951	80	159	169	92

Fonte: Adaptado de Paraná, 1952a, p. 277.

Os relatórios enviados ao Departamento de Assistência Social pelo Serviço de Assistência Social do Abrigo Provisório mostrar-se-iam bastante objetivos, isto é, incluíam informações como: relação de presentes, ausentes, transferidos e evadidos; estatísticas quanto à assistência médica e odontológica, matrículas, desligamentos, entrevistas e idas ao juizado de menores ou outra instituição. Há somente três relatórios – de 1948, 1949 e 1953 – que destoam desse modelo, pois são mais amplos e permitem uma idéia mais ampla da situação da infância na

instituição. Nesses relatórios, há uma introdução, bem como a indicação dos problemas encontrados, das atividades realizadas, dos encaminhamentos do Serviço de Assistência Social, dos planos e sugestões e algumas observações.

Não há indícios de que o “Abrigo Provisório” fizesse distinção em seus encaminhamentos, de acordo com a faixa etária dos internos. Porém, a generalização nesse atendimento à criança em situação de abandono não seria apenas uma situação isolada.

Em Minas Gerais, Faria Filho e Veiga (1999, p. 57) averiguam que, quando a criança chegava ao Abrigo Afonso de Moraes³⁵, primeiramente era recolhida e “depositada”, depois submetida a um exame médico e iniciava-se o processo para verificação do estado de abandono que, segundo a legislação, deveria ser “sumaríssimo”.

No Abrigo Provisório de Menores de Santa Felicidade os procedimentos seriam semelhantes e nem sempre o Código de Menores (1927) seria levado em consideração. Ainda que o mesmo constasse em seu capítulo III:

Art. 189. Subordinado ao juiz de Menores, haverá um Abrigo, destinado a receber provisoriamente, até dar-se destino definitivo, os menores abandonados e delinqüentes.

Art. 190. O “Abrigo” compor-se-á de duas divisões, uma masculina e outra feminina; ambas subdividir-se-ão em seções de abandonados e delinqüentes; e os menores serão distribuídos em turmas, conforme o motivo do recolhimento, sua idade e grau de perversão.

É possível que as autoridades acreditassem que o fato de ser provisório eximisse a instituição da necessidade de atender a legislação vigente, ou que tivessem optado por um outro tipo de organização, separando os diversos segmentos da infância pobre e abandonada em abrigos específicos.

Conforme os relatórios da SNTAS, a instituição seria um espaço de triagem, destinada às crianças e aos adolescentes, até que fossem enviados a outra instituição. Câmara (2006, p. 330) esclarece que, entre outras atribuições, o Abrigo Provisório de Menores deveria funcionar como espaço destinado a realizar uma minuciosa triagem e identificação dos menores de ambos os sexos, procedendo à aplicação de testes antropométricos, pedagógicos e exames médicos.

³⁵ Instituição pesquisada pelos autores e abordada na obra “Infância no Sótão”.

O caráter de provisoriedade no Abrigo Provisório de Menores de Santa Felicidade parece conter uma determinada ambivalência. Por um lado as crianças que ali chegavam encontrariam uma estrutura de abrigo provisório; por outro, algumas crianças permaneceriam na provisoriedade por um longo período.

A insatisfação com aspectos de estrutura e funcionamento do Abrigo Provisório estaria nos relatórios do Serviço de Assistência Social:

Foram vários os problemas encontrados referentes à higiene, alimentação e trabalho. No que diz respeito à higiene havia falta de banhos e roupas suficientes para 2 mudas por semana. Na alimentação, o preparo e escolha dos alimentos estava a exigir a organização de um cardápio racional, salientando a falta de verduras e legumes. A falta de um pavilhão e macadame no pátio para os dias de chuva, sendo indispensável, constitui um problema. (PARANÁ, 1949b, s/p).

Nessa direção, as mensagens de governo davam a saber que seriam executados melhoramentos nas instalações de água e esgoto do "Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade", assim como seriam ampliadas as instalações com a construção de um banheiro (PARANÁ, 1949a, 166-167). Posteriormente, em 1950, as instalações hidráulicas e sanitárias seriam completamente revisadas, efetivar-se-ia pintura parcial na instituição e seriam executados pequenos reparos.

Entretanto, esses pequenos melhoramentos não ocultariam o fato da instituição não estar cumprindo com as finalidades a ela designada. E essa constatação constava também nos relatórios enviados pelo Secretário de Estado ao governador:

Tais objetivos, todavia, apenas precariamente podem ser atendidos, face à exiguidade de instalações. Com efeito, construído para atender problemas de ordem médica, o prédio onde funciona a Escola, é por demais reduzido para satisfazer com bons resultados à nova finalidade a que se destinou. (PARANÁ, 1951b)

Observa-se, assim, que o próprio Estado diagnosticaria o problema, porém não apresentaria uma alternativa de solução.

A fachada da instituição pode ser visualizada na Figura 12, a seguir, porém não foi possível localizar a planta baixa desse período. Entretanto, uma construção adequada para a instalação de um posto de higiene e saúde possivelmente não

seria apropriada para os serviços de triagem e para o abrigo provisório de crianças e adolescentes abandonados, e dificilmente estaria em conformidade com a legislação em vigor.



FIGURA 12 - ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES DE SANTA FELICIDADE (1951)
Fonte: Biblioteca Pública do Paraná.

Outros autores que fazem referência aos abrigos provisórios corroboram para as análises aqui apresentadas. Bernal (2004, p. 57) assinala que uma das características do serviço de abrigo e triagem, mesmo depois da descentralização, seria o número de crianças superior à capacidade do serviço. O tempo de permanência também seria um agravante, pois em virtude das poucas vagas nas instituições do Estado, as crianças acabariam ficando no abrigo mais tempo do que o considerado necessário, embora fosse um local de passagem, transitório, pois as instalações não tinham todas as condições para o acolhimento das crianças de forma permanente.

Nos documentos intitulados "A concretização do Plano de obras do governador Moysés Lupion" (PARANÁ, 1950a, p. 264) e "Relatório da Secretaria dos Negócios do Trabalho e Assistência Social (PARANÁ, 1951a, p. 54) parece haver uma determinada contradição a respeito da finalidade do "Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade". O governo exclui a denominação "provisório" e afirma

que sua finalidade seria "internar e educar menores do sexo masculino encaminhados pelo Juízo de Menores da Capital" (p. 264). Enquanto a SNTAS afirma que sua finalidade seria triagem e asilo temporário para menores.

A estrutura oferecida às crianças no Abrigo Provisório não estaria de acordo com o número de crianças que teriam que ser abrigadas na instituição, conforme é possível constatar no Quadro 2.

CORPO DISCENTE	CORPO DOCENTE	PESSOAL TÉCNICO E AUXILIAR	INSTALAÇÕES
80	1 professora	11	35 camas 9 mesas 2 banheiros 1 instalação médico-dentária

QUADRO 2 - CORPO DISCENTE E DOCENTE, INSTALAÇÕES E PESSOAL DO ABRIGO PROVISÓRIO PARA MENORES ABANDONADOS DE SANTA FELICIDADE NO ANO DE 1951

Fonte: Adaptado de Paraná, 1951.

Embora se tratasse de um abrigo provisório, como a instituição abrigaria 80 crianças possuindo uma estrutura adequada para apenas 35? Como seria o encaminhamento de apenas uma professora para 80 crianças?

As crianças que chegavam ao “Abrigo Provisório” seriam posteriormente encaminhadas a outras instituições, geralmente para uma escola profissionalizante. O Serviço de Assistência Social da instituição, sob a aquiescência do Juizado de Menores, estudaria o caso de cada criança que se encontrasse na instituição e determinaria o seu destino: voltar para o meio familiar, ser alocada em outra família ou ir para uma escola profissionalizante. Dessa forma, essa primeira face da instituição pode ser identificada como a fase da “provisoriedade”.

3 INFÂNCIA NA PROVISORIEDADE: IMPLICAÇÕES NA VIDA DA CRIANÇA

*Se bem observados, estudados e analisados, poderiam ser civilizados.
Se bem civilizados, poderiam ocupar tranquilamente o lugar que lhes cabia: o trabalho.
Se bons trabalhadores, poderiam transformar uma existência rude
num compromisso com a utilidade, fiado pela ciência,
confirmado pelo Juiz de Menores.*

Marcos Cezar de Freitas

3.1 ENCAMINHAMENTOS SOCIOEDUCATIVOS, MÉDICOS E HIGIÊNICOS, E DE PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO, DIRECIONADOS À CRIANÇA PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE O PRESCRITO E O REALIZADO

Essa primeira fase da instituição, iniciada em 1947 foi caracterizada pelo apontamento de muitos problemas, pelo Serviço de Assistência Social. A culpa pela provisoriedade seria atribuída às iniciativas, organizadas pelo SAS, que não tivessem o êxito esperado. A vida da criança interna parecia permeada muito mais de atendimento médico-higiênico e de preparação para o trabalho do que pedagógico. E importa lembrar que o Código de Menores (1927) determinaria em seu capítulo II, artigo 191, as possíveis atividades que deveriam ser desenvolvidas pelos internos: “os menores se ocuparão em exercícios de leitura, escrita e contas, lições de cousas e desenho em trabalhos manuais, ginástica e jogos esportivos” (BRASIL, 1927).

Diante disso, a instituição não estaria em conformidade com o Código de Menores, porém o SAS parecia ensaiar algum tipo de iniciativa de organização das crianças:

Não sendo possível a organização de um Clube devido ser o Abrigo apenas para triagem dos menores, não tem nenhum menor permanente, e a maioria é de analfabetos, foi organizado um clube nos moldes do escotismo, com um chefe que por votação, ficou sendo a assistente, ajudada pelo monitor.

Foi sugerido um lema "Sempre Pronto" o qual foi aceito e sob esse clube foram organizadas todas as outras atividades.
(PARANÁ, 1948b, s/p)

Como visto, houve a tentativa de organizar um clube, que o SAS apresentaria com certa contradição. Primeiro houve a afirmação de que não foi possível a organização do clube e, posteriormente, foi relatado que o mesmo era organizado nos moldes do escotismo. Provavelmente, o clube idealizado pelo SAS não seria o executado pelas crianças.

O analfabetismo é uma constatação do SAS, sendo considerado pelo mesmo como comum entre as crianças que passavam pelo Abrigo. De forma semelhante, Faria Filho (2000), ao estudar o "Instituto João Pinheiro", constatou que "situados entre aqueles alunos que sabiam ler e escrever bem e os analfabetos, existia um número significativo daqueles que não sabiam ler e escrever, simplesmente, e daqueles que liam e escreviam mal" (p. 54).

Enquanto abrigo provisório, a instituição não teria dentre suas funções a finalidade de ministrar conhecimentos formais. Dessa forma, a constatação nos relatórios do SAS de que uma grande parcela das crianças seria analfabeta, somente seria preocupante em algumas situações especiais, como o caso de "um menor que devido a sua idade e seu defeito físico não podia mais freqüentar as escolas primárias" (PARANÁ, 1949b, s/p). Nesse aspecto, evidencia-se uma exceção, como um profissional do SAS se sensibilizar com a situação da criança e tomar para si a incumbência de alfabetizá-la. No ano de 1951 existiria apenas uma professora como docente da instituição, provavelmente para ministrar Educação Física.

Muitas das alternativas de atividades socioeducativas seriam improvisadas pelo Serviço de Assistência Social ou reivindicadas pelas próprias crianças que se sentiriam ociosas:

A pedido dos menores foi organizada uma biblioteca que ficou denominada "Rosa dos Ventos". [...] Por falta de sala apropriada para recreação e leitura, foi muito prejudicado o movimento de bibliotecas; as revistas foram levadas para fora do estabelecimento a fim de serem lidas, o que concorreu para que muitas se estragassem, apesar de mostrarmos sempre o cuidado que deveriam ter para que isso não acontecesse. [...] Os menores pediram para que arranjássemos um jogo de damas. Aproveitando o interesse manifestado pelos meninos, sugerimos que eles mesmo fizessem o

tabuleiro e as pedras necessárias, o que concordaram, tendo isso sido levado a efeito com sucesso. (PARANÁ, 1948b, s/p)

Parece evidente que o ócio incomoda va tanto as crianças quanto a instituição. Os relatos apontam que houve tentativas de oferecer recreação e lazer às crianças, que pareciam não resistir às orientações e ao controle dos profissionais durante as atividades. Durante uma partida de futebol, relatou-se: "sendo as faltas por nós apontadas, recebidas sem discussão entre os jogadores" (PARANÁ, 1948, s/p). Em se tratando de jogo de futebol, essa atitude poderia sinalizar ou um grande respeito pelos profissionais envolvidos, ou medo de represálias, ou as duas possibilidades.

As recompensas por "bom comportamento" faziam parte da estratégia da instituição para manter a disciplina e a obediência. Nesse sentido, Veiga e Faria Filho (1999, p. 89) apontam que a recompensa é, pois, um reconhecimento pelo exercício constante daqueles atributos considerados necessários ao bom trabalhador e cidadão. Torna-se um exemplo para os demais e, o cerimonial de entrega, um fato marcante e pedagogicamente utilizado para dar lições de vida aos alunos. Isso fica claro no relatório emitido pelo Departamento de Assistência Social: "Cada Segunda-feira trazemos quatro menores (os mais bem comportados) a fim de darem um passeio pelo seguinte itinerário: Passeio Público, Praça Santos Andrade, Correio, e um passeio de elevador o que muito apreciam" (PARANÁ, 1948, s/p).

O prêmio por bom comportamento deveria instigar a criança que se encontrasse no Abrigo Provisório a ter atitudes condizentes com as esperadas pelos profissionais do Serviço de Assistência Social, fundamentalmente quando grande parte das crianças originava-se do interior do Estado ou da área rural do município e desconheciam o itinerário do passeio oferecido aos "mais comportados". O mecanismo da "recompensa por bom comportamento" visaria incutir nas crianças atitudes de obediência e submissão, pois "a criança deveria ser educada visando-se o futuro da nação; no entanto tais palavras transformadas em ação revelavam que em se tratando da infância pobre, educar tinha por meta moldá-la para a submissão" (RIZZINI, 1997, p. 35).

Nesse "bom comportamento", provavelmente, encontrar-se-iam as atitudes de higiene e boas maneiras, preceitos estes que, segundo o Serviço de Assistência

Social “não foram dadas como aulas, mas sim com conselhos e sugestões” (PARANÁ, 1949b, s/p). Todavia, uma das maiores preocupações, demonstradas pelo Serviço de Assistência Social, dizia respeito aos palavrões proferidos pelas crianças durante os jogos:

O ponto mais visado foi quanto aos palavrões dirigidos pelos menores a quem quer que seja, sendo nos jogos onde se dava com mais freqüência. Não digo que conseguimos acabar com esse mau costume num só mês, mas o que conseguimos foi assombroso. (PARANÁ, 1948b, s/p)

Parece que houve um grande empenho em cuidar do espírito das crianças, recorrendo-se a preceitos morais.

É curioso observar que o mesmo relatório exporia, primeiramente, que durante o jogo de futebol as faltas seriam aceitas com cordialidade e, posteriormente, manifestava-se a preocupação com os palavrões durante os jogos.

O trabalho como princípio educativo estava presente nas reivindicações constantes nos relatórios do Serviço de Assistência Social do “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade”, mas até 1948 a única atividade braçal desenvolvida pelas crianças seria “plantação na horta” (PARANÁ, 1949, s/p). A falta de trabalho para os internos seria considerada um problema para o SAS:

VII - Problemas encontrados

a) Referentes à parte de recreação, instrução e trabalho

1 - Falta de um barracão que tivesse duas ou mais salas sendo uma para trabalho e outra para recreação.

2 - Falta de material para a construção de um galinheiro. (PARANÁ, 1948b, s/p)

O caráter de provisoriedade poderia retirar do abrigo a responsabilidade de alfabetizar as crianças, entretanto não retiraria o compromisso de prepará-la para o trabalho. A preparação para o trabalho caracterizava-se como uma significativa preocupação do SAS. Constata-se que, mesmo não existindo no Abrigo as oficinas de trabalho, a opção consta em todos os relatórios. Provavelmente, o relatório apresentado a seguir, seria apenas um modelo a ser utilizado por todas as instituições, independente da existência ou não de determinadas oficinas.

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
ABRIGO PROVISÓRIO DE MENORES DE SANTA FELICIDADE.
RELATORIO DO MÊS DE JANEIRO DE 1.951.

1º	Nº de matrículas	23.
2º	Nº de menores existentes no 1º dia do mês	55.
3º	Nº de menores existentes no último dia do mês	54.
4º	Nº de menores reinternados durante o mês	4.
5º	Nº de encaminhados à	
	(Assistência Médica	87.
	(Assistência Dentária	84.
6º	Nº de internamentos	
	(Procedentes da Capital	6.
	(Procedentes do interior do Estado	13.
	(Procedentes de outros Estados	4.
7º	Nº de menores que frequentam a	
	(Oficina de costura	
	(Oficina de sapataria	
	(Oficina de Alfaistaria	
	(Oficina de carpintaria	
	(Oficina de salaria	
	(Seção de horticultura	20.
	(Seção de avicultura	
	(Seção de trabalhos manuais..	
	(Atividades diversas	15.
	(Curso primário	35.
8º	Nº de desaligamento	
	(Transferidos para outros estabelecimentos..	16
	(Na próprias famílias ...	8
	(Colocação familiares(
	(Em outras famílias ...	1
	(Fugas	9
9º	Nº de visitas realizadas pela Assistência Social	
10º	Observações:	

Santa Felicidade, 1 de Fevereiro de 1.951.

FIGURA 13 - RELATÓRIO DE 1951

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Paraná

Observa-se na Figura 13 que o número de crianças existentes no primeiro dia do mês de janeiro de 1951 totalizava 55. Dessas, 20 frequentavam a seção de horticultura e, 15, atividades diversas. Nesse sentido, de que atividades se

ocupavam as 10 crianças restantes? O relatório sugere que 35 crianças frequentavam o curso primário. Entretanto, não há indícios de que alguma criança saísse do Abrigo para frequentá-lo. Há a possibilidade de que, ao chegar ao Abrigo, a criança fosse inquirida sobre a sua situação escolar e isso fosse levado em consideração nos relatórios, uma vez que as informações do relatório de agosto de 1949 davam a saber que, dos 39 internos, 28 estariam no primeiro ano primário, 4 no segundo, 2 no terceiro e não era informado sobre nenhuma criança no quarto ano primário. E desses, provavelmente 4 não teriam escolaridade nenhuma, pois não houve referência quanto a eles.

As instituições para onde as crianças seriam enviadas, após a triagem, deveriam conter as determinadas oficinas, elencadas no relatório. Reiterando-se que as crianças que chegavam ao Abrigo Provisório seriam posteriormente encaminhadas a outras instituições, geralmente para uma escola profissionalizante.

Pandini (2006), ao estudar a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, percebe que no período de 1910 a 1928

Qualificar o trabalho e formar o futuro trabalhador tornavam imprescindível desenhar espaços em que se pudesse ofertar uma educação profissional compatível com os anseios de formação de Pátria, pautada na civilização, na ordem e no progresso. [...]

Na esteira dos discursos acerca da necessidade de se direcionar/ocupar a criança, especialmente as abandonadas, pobres e/ou filhas de trabalhadores, tomavam corpo as iniciativas que atrelavam a instrução elementar ao inculcamento do hábito, disciplina e formação para o trabalho (p. 33)

Nesse sentido, Milton Ramos Pires de Oliveira (2003), em sua obra "Formar cidadãos úteis", aborda os patronatos agrícolas na primeira república, observando que lá estava também a infância pobre e abandonada.

Em Curitiba, no Abrigo Provisório para Menores de Abandonados Santa Felicidade, os tempos e espaços destinados à infância continuavam privilegiando a educação para o trabalho.

O princípio de que a criança pobre e/ou abandonada deveria ser útil à si mesma, bem como à sociedade e à pátria, permeiam os encaminhamentos direcionados à infância do "Abrigo". Bernal (2004) mostra a contradição da situação, pois de acordo com o Código de Menores as crianças não deveriam trabalhar antes dos 12 anos, mas as instituições deveriam recuperar as crianças pelo trabalho. O

trabalho nas ruas seria explorador, mas o trabalho nas instituições de assistência à criança pobre e abandonada seria enobrecedor. Nessa mesma direção, Bresciani (1986) alerta para o fato de que nos séculos anteriores a força moralizadora do trabalho e o insuportável *show* da vagabundagem e da mendicância infantil reforçaram-se reciprocamente nas propostas de institucionalização que focalizavam as crianças pobres.

Para o Serviço de Assistência Social da instituição, o fato das crianças não exercerem nenhum tipo de trabalho seria um problema. A reivindicação pela construção de um galinheiro, por exemplo, era justificada como uma forma de ocupar as crianças com atividades laborais, durante o seu período de provisoriedade (PARANÁ, 1948b, s/p). Neste sentido, Marques (2003) aponta que no século XX:

[...] segregar socialmente crianças pauperizadas, recolhendo-as em instituições disciplinares na Curitiba suntuosa e moderna do século passado parece ter sido a fórmula encontrada para tirá-los das ruas. Educá-los implicava inculcar-lhes o amor ao trabalho, o respeito à hierarquia e à ordem, o apego à civilização e a todas as máximas apregoadas pela moral burguesa. Ensinar disciplinas, eis o mote das ações pedagógicas cujos propósitos não visavam a alterar as condições sociais de vida dos pequenos. (p. 65)

O trabalho, nessas condições, representaria para o Serviço de Assistência Social uma forma de civilizar as crianças. Assim, além da horticultura, a criança do "Abrigo", em 1949, também poderia se dedicar a cuidar do jardim, já que "a horticultura fez progressos, e o jardim foi iniciado" (PARANÁ, 1949b, s/p), mas a construção do possível "galinheiro" continua a ser sugerido pelo SAS, embora ele jamais tenha chegado a ter sido construído.

A criança que se encontrava no Abrigo Provisório deveria seguir preceitos de higiene como qualquer outra criança, porquanto "transgredir padrões colocados pelos adultos era desrespeitar hábitos de saúde como, por exemplo, pôr o dedo no nariz, ser guloso, não gostar de tomar banho" (BRITTES, 2004, p. 55). Contudo, se para os filhos de trabalhadores do SESI havia a necessidade de incentivar hábitos de higiene através da Revista Sesinho, para as crianças do Abrigo Provisório somente o incentivo não bastaria. A estrutura do prédio dificultaria a higienização, que se caracterizaria em outro grande problema para o SAS da instituição, que aponta:

1 - Falta de canalização da água do poço até a caixa d'água, a fim de permitir asseio corporal, pois os menores só tomam banho uma vez por semana.

2 - Falta de roupa para educação Física. (PARANÁ, 1948b, s/p)

A partir da análise dos relatórios do SAS pode-se afirmar que, se por um lado não haveria obrigatoriedade da instituição, enquanto abrigo provisório, em sanar as dificuldades cognitivas das crianças, por outro, haveria uma intensa preocupação com a saúde física da mesma. Nesse sentido, o atendimento médico e odontológico era assíduo e a maioria das crianças que passavam pelo Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade realizava consulta médica e odontológica. O caráter de provisoriedade poderia eximir a instituição da função educativa formal, porém não a eximiria da função de transformar as crianças em cidadãos úteis. Na escola profissional, a criança precisaria estar com saúde para exercer as suas atividades laborais.

A presença médica no controle das questões educacionais é percebida por Gondra (1998), como uma tradição que evidencia o caráter triunfalista de que se reveste a educação no Brasil, pois em diferentes períodos, a educação é considerada, às vezes, como o único remédio para as crises. E diante dessa visão redentora da educação, forja-se que a educação higienicamente constituída, seria o antídoto para curar uma população marcada pelas doenças e, principalmente, pela ignorância e pela pobreza.

Os relatórios de 1949 evidenciam que alguns problemas enumerados pelo SAS da instituição foram parcialmente resolvidos. Relata-se que a instalação da canalização da água do poço, a higiene e o asseio corporal dos internos foi "bastante melhorada", mas essa melhora significou apenas a alteração de um banho e uma troca de roupa para dois banhos e duas trocas de roupas.

Visualiza-se, neste contexto, que a criança internada no Abrigo Provisório de Santa Felicidade tomava banho e trocava de roupas, no máximo duas vezes por semana. A sua alimentação era escassa de verduras e legumes e, nos dias de chuva, ela passeava pela lama, pois a falta de um pavilhão e macadame no pátio para os dias de chuva constituiria um grande problema à higiene das crianças e da instituição.

Algumas sugestões do Serviço de Assistência Social parecem sinalizar, timidamente, para um novo olhar em direção à criança: “Planejamos, para assim que haja possibilidade, a compra do terreno ao lado do Abrigo, onde poderá ser organizado um parque de diversões, que virá constituir um excelente meio de recreação” (PARANÁ, 1949b, s/p).

Na sugestão da aquisição de um parque de diversões às crianças, pelo Serviço de Assistência Social, evidencia-se que algum profissional estaria preocupado com a infância e interessado que em algum momento do seu dia, ela tivesse lazer e recreação. Entretanto, o fato das reivindicações do SAS não serem atendidas não significa que o Secretário de Estado dos Negócios do trabalho e Assistência Social desconhecesse suas reivindicações, geralmente ele reiterava as solicitações:

Se considerar o problema da super-população, o qual deve ser resolvido por outros meios, a solução normal dos problemas de internamentos, exige a construção imediata de instalações tais como:

- a) - recreio coberto, mesmo de madeira, com elementos destinados à incrementar os trabalhos manuais; e,
- b) - extensão do aparelhamento pedagógico. (PARANÁ, 1951b, p. 54-55)

Reiterar as solicitações aponta para o consenso nas reivindicações entre o SAS da instituição e a SNTAS. Na fase de provisoriedade da instituição, muitas vezes o SAS justificaria os problemas, recorrendo ao fato da instituição ser um abrigo provisório e as próprias atividades elaboradas e aplicadas pareciam ser improvisadas. As atividades desenvolvidas englobariam muito mais o âmbito médico-higiênico do que didático-pedagógico. A instituição estaria mais preocupada em dar um destino para os internos do que em assisti-los, socializá-los e educá-los. O SAS manifesta-se:

Nosso serviço além de procurar desenvolver as faculdades mentais e morais dos menores, através de jogos recreativos, esportivos e biblioteca, consiste principalmente em entrevistar os menores, procurando situar seu caso entre os motivos de internamentos. Dessa forma [procedemos] não só as visitas a seus pais, [mas também a] parentes ou conhecidos para melhor nos informar sobre os mesmos e recolocá-los em seu meio familiar. (PARANÁ, 1949b, s/p)

Nesse sentido, entre as reivindicações do SAS não haveria nenhuma referente à necessidade de um professor, palestrante, educador, ou qualquer outro profissional preparado para desenvolver com as crianças atividades didático-pedagógicas em caráter educativo formal. Desta forma, a principal função nesta fase seria cumprir a função social de encontrar um destino para as crianças. Não obstante, o Código de Menores (1927), em seu capítulo III, informava:

Art. 191. Os menores se ocuparão em exercícios de leitura, escrita e contas, lições de cousas e desenho em trabalhos manuais, ginástica e jogos desportivos. [...]

Art. 193. O “Abrigo” terá o pessoal seguinte, com os vencimentos constantes da tabela anexa:

1 diretor
1 escriturário;
1 amanuense;
1 almoxarife;
1 identificador;
1 auxiliar de identificador;
1 professor primário;
1 professora primária;
1 mestre de ginástica;
1 mestre de trabalhos manuais;
1 inspetor;
1 inspetora;
E o pessoal subalterno de nomeação do diretor, constante da mesma tabela.

Ao cotejar os relatórios da instituição com a realidade da situação da infância no “Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade” e as determinações do Código de Menores de 1927, pode-se afirmar que havia um abismo entre o que estava prescrito na legislação e o que se realizava de fato.

3.1.1 Destino da criança transferida da instituição: o Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido

No período de Abrigo Provisório, a criança da instituição deveria ser destinada ao local julgado mais adequado pelo Serviço de Assistência Social. Constata-se que, com raras exceções, a criança era enviada ao Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido (CFPMCC). Em fevereiro de 1949, na relação de crianças presentes, ausentes e evadidos do “Abrigo”, 100% dos meninos transferidos tiveram como destino o CFPMCC (Figura 14).

48:- Nelson José da Silva.
 48:- João Ferreira.
 48:- Demétrio Lipinios. Internado na referida data, sendo transferido
 a 31/1/49, p/o C.F.P.M. Voltando para este estabelecimento em 14/2/49.
 48:- João Barbosa.
 48:- Constantino de Paula.
 48:- João Batista de Oliveira.. Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 10/2/49.
 48:- José Paiva.
 48:- Pedro Paiva.
 48:- José Fernandes Platz..... Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 17/2/49.
 48:- Constante Bueno.
 48:- Aparecido Bueno.
 48:- João Maria de Oliveira.
 48:- Orlando de Oliveira.
 48:- Isidoro Flak.
 48:- Terésio Vieira..... Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 17/2/49.
 48:- Carlos Teixeira Filho.
 48:- Laudilino de Tal.
 48:- Doralino de Jesús..... Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 17/2/49.
 47:- Milton Benedito Bezerra. Internado na referida data, sendo desligado
 para casa em 5/3/48 e, reinternado a 17/12/48.
 Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 10/2/49.
 48:- Osvaldo Henrique da Silva.
 48:- Julho Trindade..... Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 10/2/49.
 48:- Irineu Ribeiro de Ramos... Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 17/2/49.
 49:- Azeri Manoel de Souza..... Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 10/2/49.
 49:- João Dias de Almeida..... Desligado por fuga..... a 5/2/49.
 49:- Valdemar dos Santos.
 49:- Antenor dos Santos.
 49:- Hélio Francisco Mateus Filiposki.
 48:- Percival de Oliveira Geral. Desligado para casa..... a 18/2/49.
 49:- Pedro de Oliveira.
 49:- João de Oliveira.
 49:- Agenor de Campos Neto. Internado na referida data. Evadiu-se a 29/1/49
 Reinternado a 12/2/49, evadindo-se novamente a 14/2/49.
 49:- Altino Carvalho de Oliveira. Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido. 10/2/49.
 49:- Juarez Ribas Silva.
 49:- Admir Soares.
 49:- Orlando Sebastião Weichetek.
 49:- José Vieira Guimarães..... Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 17/2/49.
 49:- Lúiz dos Santos.
 49:- Cizino Firme..... Internado no Hospital de Isolamento..... a 5/2/49.
 49:- João Maria reixeira de Freitas.
 49:- João França de Almeida.... Transferido p/o C.F.P.M.de Campo Comprido a 10/2/49.
 49:- Geronimo de Paula Camargo.
 49:- Zenóbio Vaselechen.
 49:- Alceu Schaveroski..... Desligado por fuga..... a 14/2/49.
 49:- Antonio Isidoro dos Santos.
 47:- Miroslaw Wiatecoski. Internado na referida data. Desligado para casa
 familiar em 3/7/48. Foi reinternado a 9/2/49, sendo transferido para

FIGURA 14 - RELATÓRIO DE 1949

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Paraná.

De acordo com relatório enviado ao Exmo. Senhor Governador pelo Secretário de Estado (PARANÁ, 1951b, p. 48), o CFPMCC foi criado em 1941³⁶ sob a denominação de Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido, integrada ao Departamento do Ensino Superior, Técnico e Profissional 1, da Secretaria da Agricultura. Posteriormente, com a criação do DAS e tendo em vista os termos em que se apresentava a situação de crianças e adolescentes desamparados, foi transferida para esse novo departamento, emprestando-lhe, conforme se depreende de sua própria denominação, objetivos de obra social de caráter assistencial preventivo, isto é, destinada a dar formação profissional a crianças e adolescentes considerados “desajustados” ou abandonados:

O trabalho foi um dos componentes básicos nas propostas dos juristas para a recuperação das crianças e adolescentes, que deveriam ser retirados das ruas e internados em instituições fechadas, onde seriam reciclados para que no futuro fossem bons trabalhadores e cidadãos. (BERNAL, 2004, p. 114)

No período de Abrigo Provisório, as crianças seriam transferidas, com raras exceções, para uma instituição que a preparasse para o trabalho, mas a própria instituição de destino manifestaria o caráter de readequação de suas finalidades iniciais para atender uma demanda da sociedade curitibana. Assim, o CFPMCC estaria emprestando um espaço apropriado para servir como escola de trabalhadores rurais para escola profissional voltada às crianças abandonadas. E tal fato viria a ser reconhecido: "essa finalidade, entretanto, nunca pode ser plenamente atingida, em razão de acúmulo de solicitações de que foi alvo" (PARANÁ, 1951b, p. 48).

Desta forma, visualizamos uma criança que sai da provisoriedade para viver na superlotação e na tentativa de readequação, não tendo durante sua vida institucionalizada tempos e espaços apropriados para viver a infância e/ ou adolescência.

Não obstante, no ano de 1951 o governo demonstra determinada insatisfação com o DAS devido ao fato de que o “Centro de Formação Profissional

³⁶ De acordo com a Secretaria da Criança e da Juventude, no texto intitulado “Notas Preliminares sobre a Questão do Menor e as Políticas Sociais no Brasil e no Paraná”, sem data, possivelmente escrito no ano de 1987, a instituição foi fundada em 1940 como nome de “Estação experimental de Viticultura”, ligada à Secretaria da Agricultura.

para Menores de Campo Comprido” e o “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade” não conseguiriam atingir suas finalidades:

Com efeito, o serviço de proteção a infância abandonada, no setor de internamento, vinha sendo atendido, desde o governo interventorial, pelo conjunto das escolas de trabalhadores Rurais. Ora, essas possuíam capacidade para número superior a 1.500 menores, mas, com a criação do Departamento de Assistência Social, entendeu-se que a Secretaria de Agricultura deveria ficar inteiramente alheia ao problema social de menores dedicando os Seus Estabelecimentos à função específica de ensino agrícola. Em consequência, o mesmo volume de casos anteriormente atendidos por todas as escolas foi concentrado sôbre as exíguas capacidades da Escola de Campo Comprido e de Santa Felicidade. (PARANÁ, 1952a, p. 274)

Nesse sentido, o governador sinalizava certa desorganização das secretarias e departamentos no que se refere ao atendimento à infância pobre e abandonada. Dessa constatação resultam indagações: por que não poderia haver uma parceria entre as secretarias para solucionar o problema da infância desvalida? Poderia haver um determinado descaso com o atendimento à criança em situação de pobreza e abandono? Primeiro, a infância abandonada seria atendida pela Secretaria de Saúde e Assistência Social e, posteriormente, pela Secretaria dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Por que o Departamento Estadual da Criança teve estabilidade na Secretaria da Saúde, enquanto o Departamento de Assistência Social não somente seria culpabilizado pela superlotação nas instituições, como era anexado aqui e acolá, conforme determinação do Estado?

Sem parceria e com a possível dificuldade de implementação de ações frente à criança e sua infância restaria à Secretaria de Assistência Social privilegiar em seus encaminhamentos a preparação da criança para o trabalho.

Todavia essa situação não se apresenta somente nesse período. O trabalho como princípio educativo fez parte da infância da criança abandonada durante diferentes momentos da história da assistência às crianças abandonadas.

Dessa forma, Bazílio (1998) esclarece que ao longo da história do atendimento à infância e ao adolescente no Brasil, foram formuladas diversas alternativas de atendimento que privilegiaram o trabalho como princípio educativo. Desde a fundação da "Escola de Aprendizes de Marinheiros", em 1873, houve uma relação de conflito, caracterizada pela clivagem dos interesses entre o poder

judiciário, através do Juizado de Menores que se instituía na década de 1920, e os empresários brasileiros que utilizavam a mão de obra infantil e juvenil de forma abundante. E é nesse contexto que o Código de Menores de 1927 carrega consigo uma grande contradição: se, por um lado, ele significa a hegemonia das vozes moralistas e repressivas de juristas e higienistas, por outro, trata-se de um extraordinário avanço com relação a direitos (BAZÍLIO, 1998, p. 105-106)

Provavelmente, todas as instituições para onde a criança seria enviada contemplaria oficinas. No CFPMCC a criança teria todo o seu tempo regulado pelos profissionais da instituição, além do curso primário³⁷, a criança deveria frequentar os cursos profissionalizantes, constituídos pelas oficinas de sapataria, alfaiataria, carpintaria, ferraria, horta e pomar, e posto zootécnico.

Entretanto, Schueler (1999) constata que no início da República as oficinas artesanais, como sapateiro, serralheiro, ferreiro, marceneiro, entre outros já apareciam como a principal alternativa à infância pobre e/ou abandonada abrigada em instituições de assistência.

Nos relatórios do Abrigo Provisório compreende-se o motivo das reivindicações da instituição em criar espaços de oficinas para ocupar as crianças, pois era essa a destinação desejada para elas: a educação para o trabalho.

3.2 A IDENTIDADE DA CRIANÇA: CONTESTA-SE EM BUSCA DE UM NOME

Quando a criança chegava ao “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade”, sua identidade já estaria previamente forjada, pois no decorrer da história, a criança em situação de abandono adquiriu “uma multiplicidade de identidades, passando a configurar-se como abandonada, delinqüente, desvalida, menor, deserdada da sorte, desamparada, infeliz, desprotegida” (CÂMARA, 2006).

Dessa forma, a chegada da criança na instituição, com exceção dos casos em que era levada pela própria família ou das situações em que era encontrada com

³⁷ De acordo com mensagem apresentada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, no ano de 1952, o Curso Primário ofertado pela instituição seria ministrado por Professoras do Estado, em número de 7. Destas, 6 seriam regentes de classe e 1 substituiria as faltas eventuais. Existiriam 3 salas de aulas, nas quais funcionam 6 classes, em dois turnos (PARANÁ, 1952, p. 274).

documentação, cada uma delas optava por identificar-se corretamente, ou forjar uma identidade. Esse ato pode ser considerado como uma forma de contestação por parte da criança. Referindo-se ao ato de contestar, Bobbio (1992) elucida que

Enquanto contrária à aceitação, a contestação se refere, mais do que a um comportamento de ruptura, a uma atitude de crítica, que põe em questão a ordem constituída sem necessariamente pô-la em crise [...] expressa-se através de um discurso crítico, num protesto verbal, na enunciação de um slogan [...] é sempre apenas ideológica. (p. 144-145)

O motivo que induziria uma criança a forjar sua própria identidade poderia ser justificado por vários motivos, tal como: realmente não sabia o seu nome completo, nesses casos ela inventava somente o sobrenome; não gostava de seu nome e fantasiava um nome que admirava; queria não ser encontrada pela família e propositadamente construía uma identidade fictícia; recusava-se a dar qualquer nome, preferindo não ser ninguém a ser ela mesma.

Todavia, independente da situação que levava a criança ou o adolescente a forjar sua identidade, alguns internos eram realmente quem eles queriam ser, mesmo que fossem posteriormente descobertos.

Alguns nomes dados pelas crianças chamam a atenção nos relatórios de 1947 a 1953: “Laudelino de Tal”, em 1949, foi aceito pelo Serviço de Assistência Social e consta na lista sem nenhuma observação; “Menor de nome ignorado”, em 1951, provavelmente a criança recusava-se a falar qualquer nome e o Serviço de Assistência Social não se empenhou em descobrir, pois vários meses se passaram e a criança continuava sendo chamada de “Menor de nome ignorado”; “Gregório”, em 1951, ficou sem sobrenome durante toda sua estada na instituição; “Menor Mudo”, também em 1951, passou a se chamar “Menor Mudo Moreno” e, posteriormente, “Mudo Moreno”; “Sezinho”, em 1953, descobriu-se mais tarde que seu nome exato era “Celso Constantino”; “José Luiz Fonseca” teve seu nome retificado pela Assistente para “Roosevelt Resende”; “João de Souza”, na realidade se chamava “João Batista de Oliveira”.

Ao omitir ou forjar uma identidade, emerge uma questão: as crianças estariam utilizando, inconscientemente, um mecanismo de contestação para não

serem descobertas? Essa constatação parece ser comum entre os pesquisadores da História da Infância:

Não saber o próprio nome, ou recusar-se a falar, ter o nome de seus pais acrescidos de "de tal", inventar um nome, também deve ter um sentido bastante singular para as famílias e as crianças. Os nomes foram importantes na história, nas relações de pertença em que se davam, tanto nas linhagens nobres, como nas famílias burguesas, pois a escolha de um determinado nome para os (as) filhos (as) significava uma determinada maneira de apresentá-lo à sociedade. (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p. 83)

A lista de nomes das crianças que se encontravam no Abrigo Provisório permite observar que, entre os sobrenomes tipicamente brasileiros, destacavam-se os sobrenomes de origem polonesa³⁸. Wachowicz (1981) destaca que os imigrantes poloneses que no Brasil chegaram foram, na maioria, depreciados na sociedade e se concentraram em atividades predominantemente agrícolas. Assim, no Paraná, o polonês emergente era reticente quanto a sua origem, pois “equivale a admitir a procedência das mais baixas camadas sociais” (p. 13). Nesse sentido, é possível que o número de crianças de origem polonesa no Abrigo Provisório fosse ainda maior, já que o uso de um sobrenome imaginário pudesse ser uma alternativa de fuga de uma condição de camponês, polonês, imigrante, pobre e discriminado.

3.3 PROCURA-SE UMA FAMÍLIA E UM LAR

Ao se referir à criança abandonada que chegava ao Abrigo Provisório, não há como ignorar os diferentes fatores de ordem familiar que contribuíram para que ela se encontrasse naquela situação. A família poderia tê-la abandonado recentemente pelas ruas da cidade, por não ter condições de sustentá-la; a família poderia tê-la abandonado na própria instituição, pelos mesmos motivos; a família poderia estar passando por dificuldades financeiras momentâneas e deixá-la na

³⁸ Para melhor compreensão dos sobrenomes de origem polonesa sugere-se consultar toda a obra de Ruy Christovam Wachowicz e Zdzislaw Malczewski (2000), nas quais os autores, mesmo que eventualmente, fazem referência aos sobrenomes poloneses. Nessa obra é efetuado, especificamente, um estudo de sobrenomes poloneses, entretanto os autores privilegiaram sobrenomes de pessoas de destaque social. Nesse sentido, os sobrenomes elencados na obra não se encontravam nos nomes das crianças do Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade.

instituição, provisoriamente, acreditando que seria a melhor opção naquele momento; a criança poderia ter fugido de casa, para fugir da pobreza, buscando melhores condições de vida nas ruas da cidade; poderia ter fugido da família para se livrar de algum tipo de violência; ou, ainda, ela poderia ter se extraviado da família e não saber voltar para casa.

Evidencia-se nos relatórios da instituição que cerca de 30% das crianças que chegavam ao Abrigo, em 1949, voltavam para suas próprias famílias e, muitas vezes, as crianças eram enviadas de volta à família sem que esta tivesse recebido uma visita do SAS, pois o número de crianças que eram entregues à própria família era maior que o número de visitas realizadas às famílias das crianças.

Emergem dessa situação duas hipóteses: o SAS não conseguia realizar as visitas e acabava sucumbindo ao desejo da família, que encontrava a criança na instituição e a levava de volta ao lar; o SAS não encontrava uma instituição para destinar a criança e, devido ao aumento no número de crianças na instituição, enviava-a de volta à família sem avaliar sobre as condições em que ela viveria.

Em decorrência disso, uma grande parte dessas mesmas crianças acabava voltando para o “Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade”. A partir dessa evidência, pode-se considerar a possibilidade da criança não só ser abandonada pela família, mas também abandonar sua família. Ela poderia se sentir tão abandonada dentro da própria família, vítima de trabalhos forçados, violência e/ ou fome, que abandonar a família seria sua única opção para fugir de uma situação indesejada.

E o fato de uma criança ser enviada para a casa da família não significaria que esta não voltaria às ruas novamente. Um exemplo é o caso de uma criança chamada Miroslau Fiatecoski. Ele foi internado em dezembro de 1947, desligado e enviado de volta para a casa de sua família em julho de 1948, vindo a ser reinternado em fevereiro de 1949 e transferido para o Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido em fevereiro de 1949 (PARANÁ, 1949b, s/p).

Denota-se, no relatório das atividades da Assistente Social do Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade (Figura 15), durante o ano de 1949, a seguir, que poucas crianças eram colocadas em outras famílias, assim como o número de famílias que aceitavam crianças também era ínfimo.

	DESCRIMINAÇÃO	TOTAL	
MOVIMENTO	NUMERO DE MATRICULAS:		
	1) - Casos da Capital.....	61	
	2) - Casos do Interior do Estado	148	
	3) - Casos de outros Estados	44	
	4) - Não especificado.....	10	
		263	
MOVIMENTO	DESLIGAMENTOS:		
	1) - Entregue à própria família.....	90	
	2) - Para colocação familiar.....	1	
	3) - Transferidos para outros estabelecimentos	156	
	4) - Fugas.....	34	
		281	
SERVIÇO SOCIAL	ENTREVISTAS:		
	1) - Iniciais.....		
	a) - Menores	243	
	b) - Famílias que querem menores.....	1	
	c) - Outras pessoas.....	2	
			246
	2) - Prosseguimentos		
	a) - Menores.....	-	
	b) - Famílias que querem menores	5	
			5
			251
	SERVIÇO SOCIAL	VISITAS:	
1) - A famílias de menores....		62	
2) - A famílias que querem menores		1	
3) - A menores colocados.....		5	
4) - A colaterais.....		69	
		133	
SERVIÇO SOCIAL	PROVIDENCIAS DIVERSAS:		
	1) - Ida ao Juizado de Menores	50	
	2) - Idas ao D.A.S. a serviço	70	
	3) - Idas a lojas para compras	10	
	4) - Passeios com os menores..	5	
	5) - Menores levados em visita aos pais.....	10	
		145	
		278	
AÇÃO	RELATORIOS:		
	1) - Menores.....	243	
	2) - Famílias.....	4	
	3) - Serviço.....	10	
		257	

FIGURA 15 - RELATÓRIO DE 1949
 Fonte: Acervo do Arquivo Público do Paraná.

No “Abrigo Provisório”, o SAS estudaria o caso de cada criança que se encontrava na instituição, e sob a anuência do Juizado de Menores, determinaria o seu destino: voltar para o meio familiar, ser colocada em outra família ou ir para uma escola profissional.

Voltar para o meio familiar seria uma alternativa caso o SAS conseguisse contato com os familiares. Um dos fatores que dificultavam o contato era a falta de resposta dos familiares, como neste caso em que a assistente social expõe:

Não foi possível fazermos maior número de visitas e colocações, por ser a maioria dos internados procedentes do interior, havendo grande dificuldade na parte referente às correspondências, que geralmente ficam sem resposta. (PARANÁ, 1949b, s/p)

Sem conseguir contato com os familiares para avaliar a possibilidade de um possível retorno ao lar, restaria ao SAS colocar a criança em uma outra família ou encaminhá-la a uma escola profissional. Os dados referentes ao ano de 1949 evidenciam que havia um grande fluxo de crianças no Abrigo e que algumas permaneciam por um longo período na provisoriedade.

3.4 CRIANÇA EM FUGA: A RESISTÊNCIA É UMA RESPOSTA À PROVISORIEDADE

O grande número de foragidos e os reinternamentos, no Abrigo Provisório, sinalizam que uma grande parcela das crianças resistia às medidas socioeducativas, médico-higiênicas e de preparação para o trabalho que entremeava a sua infância. A fuga seria um mecanismo que evidencia a resistência da criança. Nessa direção, Bobbio (1993) afirma que:

Enquanto contrária à obediência, a resistência compreende todo o comportamento de ruptura contra a ordem constituída, que ponha em crise o sistema pelo simples fato de produzir-se, como ocorre num tumulto, num motim, numa rebelião, numa insurreição, até o caso limite da revolução; que ponha o sistema em crise, mas não necessariamente em questão. [...] culmina essencialmente num ato prático. [...] não necessariamente violenta, pode chegar até o uso da violência. (p. 144)

Portanto, o número de fugas constaria nos relatórios do SAS e mostraria ao sistema a insatisfação das crianças. Entretanto, essas fugas eram encaradas pelo SAS com certa naturalidade. Argumentava-se que "se tratando de Abrigo Provisório, tipo aberto, recebendo menores de toda procedência, é natural que ocorram fugas, principalmente as iniciadas por menores habituados a fugir e que conseguem levar outros consigo" (PARANÁ, 1949b, s/p).

As crianças reinternadas poderiam ter fugido da própria instituição, da escola profissional, da colocação na própria família, ou da destinação para uma nova família. Nesse sentido, Bernal (2004) salienta que:

Se por um lado a disciplina e o trabalho eram os "remédios" das instituições do Serviço Social de Menores, as respostas dos jovens ao tratamento seriam as mais variadas formas de resistência, sendo a indisciplina e as fugas as principais formas explícitas de demonstrar insatisfações e possíveis avisos de que eram contra ao que lhes estava sendo imposto. (2004, p. 114)

A partir dos relatórios do SAS, é possível identificar a trajetória de vida dos internos da instituição que eram persistentes em suas fugas. Vejamos alguns exemplos:

- Milton Benedito Bezerra: foi internado no Abrigo Provisório em novembro de 1947, desligado para casa em março de 1948, de onde fugiu. Posteriormente, foi reinternado em dezembro de 1948 e transferido para o Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido em fevereiro de 1949.
- Luiz Fernandes Guimarães: foi internado em outubro de 1948, desligado por fuga em janeiro de 1949, reinternado em agosto, desligado novamente por fuga em 23 de setembro e reinternado no dia 28 do mesmo mês. Foi transferido para o Centro Profissional para Menores de Campo Comprido no dia 29 de setembro do mesmo ano.
- Altair Soares: foi internado no dia 6 de março de 1949, evadiu-se no dia 10, foi reinternado e evadiu-se novamente no dia 14, mas voltou no dia 15. Foi transferido para a Secretaria da Agricultura no dia 19. Tudo isso aconteceu no mesmo mês, porém sua trajetória institucional não

terminaria. Ele voltou à instituição em maio de 1949, foi transferido para o Centro Profissional para Menores de Campo Comprido em julho de 1949, de onde se evadiu mais uma vez, porém foi reinternado, outra vez, no “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade”, no dia 9 de julho de 1949. Para esse menino, após as inúmeras fugas, o Abrigo Provisório seria sua melhor opção de vida.

Se para algumas crianças o “Abrigo” era um local de idas e vindas, uma vez que elas reincidiam nas fugas, independente do local onde estivessem, para outras, possivelmente conformadas com o destino determinado pelo SAS, ou sem coragem suficiente para se aventurar em uma fuga, a provisoriedade poderia representar o melhor destino.

Foucault (1987) auxilia na compreensão dessa situação ao esclarecer que

A disciplina fabrica, assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma “capacidade” que ela procura aumentar, e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (p. 128)

No caso das crianças do abrigo provisório, a possível disciplina existente na instituição poderia resultar na contestação ou na resistência assinaladas por Bobbio ou na sujeição abalizada por Foucault.

Destarte, na análise das relações de nomes de internos existentes no “Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade”, elaboradas mensalmente pelo SAS, pode-se constatar que para algumas crianças a instituição seria a única alternativa.

Nessa direção, Nelson José da Silva foi internado em fevereiro de 1948 e seu nome constaria em todas as relações dos relatórios até janeiro de 1951. Durante este período não constou evasão, transferência ou desligamento e, a partir de janeiro de 1951, seu nome desapareceu dos relatórios do SAS. Por que aquela criança foi destinada a viver na provisoriedade?

As resistências da criança, representadas pelos atos de forjar a identidade e/ou fugir, bem como de levar outra criança consigo, parecem ser os momentos nos

quais mais identificamos a infância da criança pobre e abandonada. Diante disso, consideram-se as idéias de Ferreira (2002):

Ao significar que as crianças não se 'limitam' a reproduzir o mundo dos 'grandes' à sua escala, mas 'pelo avesso', o reconstroem e ressignificam através de múltiplas e complexas interações com os pares, permite mostrá-las não só como autoras das suas próprias infâncias, mas também como atores sociais com interesses e modos de pensar, agir e sentir específicos e comuns, capazes de gerar relações e conteúdos de relação, sentido de segurança que estão na sua gênese como grupo social. (p. 59)

A instituição, enquanto “Abrigo Provisório”, apresentou como primordial preocupação a triagem e o abrigo do corpo da criança. A grande preocupação com a higiene, as boas maneiras, a saúde e a preparação para o trabalho da mesma, teria a finalidade de deixá-la apta a ser um cidadão benéfico a si mesmo, à coletividade e, sobretudo ao Estado.

4 A INFÂNCIA DO EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE - A SEGUNDA FACE DA MESMA MOEDA: MUDANÇAS OU CONTINUIDADES?

No presente como no passado, a dinâmica da interdependência, mencionada tantas vezes nestas indagações, mantém o homem em movimento e pressiona na direção de mudanças em suas instituições e, na verdade, na estrutura global de suas configurações.

Norbert Elias

4.1 DE ABRIGO PROVISÓRIO À EDUCANDÁRIO: TEMPOS E ESPAÇOS DESTINADOS À INFÂNCIA

O problema da infância abandonada pareceu inquietar o Estado no ano de 1952. É possível que a situação tivesse tomado proporções incontrolláveis e o governo reagiria com um Plano de Trabalho para o ano de 1953, que seria divulgado em Mensagem do mesmo ano.

Entretanto, esse Plano de Trabalho, que envolvia ações de diversos setores da sociedade, não seria eventual, pois era parte de uma série de transformações envolvendo o cenário curitibano. De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Paraná comemoraria, em 1953, o centenário de sua emancipação política, e caberia ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto voltar-se para a concretização de algumas obras que estavam contidas no Plano Agache e que ainda não haviam sido realizadas (CURITIBA, 1997). O sentimento de progresso e modernização que Curitiba deveria oferecer ao país ficaria evidenciado na reforma da Praça Dezenove de Dezembro, que pretendeu reafirmar a história do Estado com símbolos do progresso, da modernização e da identidade paranaense. Nesse sentido,

A abertura de novas e largas avenidas, a pavimentação e iluminação de diversas ruas e a construção de prédios particulares no centro da cidade e de edifícios públicos marcavam as novas feições de Curitiba. Em 1952 fora iniciada a construção do Centro Cívico proposto em 1943. (CURITIBA, 1997, p. 52)

Para o Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade o novo Plano de Trabalho se apresentaria promissor, pois seria alvo de novos encaminhamentos. De acordo com Mensagem apresentada pelo Governador no ano de 1953, o Departamento de Assistência Social se “privilegiaria” com:

- a) - organização, em bases concretas, do Serviço Social de Menores no Estado, em estreita cooperação com o Juizado de Menores, dentro dos ensinamentos oriundos da prática e técnica moderna, com a organização e estabelecimento da seleção ou triagem, do Instituto Neuro-Psiquiátrico, nova Escola de Reforma, e diversos Educandários para ambos os sexos, de acôrdo com o ciclo escolar dos internados.
- b) - organização dos egressos de ambos os sexos, dos diversos educandários;
- c) - criação e instalação do pensionato para egressos;
- d) - regulamentação do sistema educacional, orientado pela Secretaria, nos educandários sob sua jurisdição, em moldes consetâneos com as necessidades inadiáveis da metodologia moderna em tais mistéres;
- e) - de acôrdo com o organograma já posto em vigôr impulsionar os diferentes setores do serviço social, em busca de soluções racionais para os casos individuais surgidos de forma a que as soluções removam as causas de desajustamentos individuais, de forma prática e lógica, e não empiricamente, como se fazia;
- f) - abertura de Agências de Serviço Social, no interior do Estado, inicialmente em caráter regional, e após, progressivamente, com características municipais;
- g) - melhor distribuição de auxílios e subvenções às entidades hospitalares e assistenciais do Estado, por forma a orientar as suas iniciativas, em busca de uma ação coordenadora de suas atividades;
- h) - interessar as autoridades municipais e funções de representação naqueles setores pelo problema da assistência ao menor desvalido, despertando a consciência da iniciativa particular e privada em inteira e estreita cooperação com o Estado, para a solução de tão mágnio problema;
- i) - manter uma estreita cooperação com as sociedades beneficentes, para o concerto de uma ação conjunta, minorando os sofrimentos das classes menos favorecidas;
- j) - organizar a "Semana Paranaense do Menor" para o estudo e tomada de medidas concretas, para uma rêde estável de cometimentos, derimindo, tanto quando possível, os males que afetam aos menores, em seus desajustamentos.
- k) - levar a efeito e superintender em nome do Estado, o 2.º Congresso Brasileiro de Proteção ao Menor, a se realizar, nesta capital, no ano em curso;
- l) - incrementar os benefícios pertinentes ao Direito Social, devido aos necessitados. (PARANÁ, 1953b, p. 242-243)

Nesse sentido, os possíveis “privilégios” apontados pelo Estado, se caracterizariam muito mais como necessidades do que regalias. Mas, a partir do ano de 1953, ocorreriam profundas alterações, em diferentes aspectos, na instituição. Estas alterações não se configuraram em uma iniciativa isolada do contexto em que

se inseriam, e o centenário da emancipação política do Paraná não mais encontraria em Curitiba o Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade, mas o Educandário Santa Felicidade.

A mudança da denominação de "Abrigo Provisório de Menores Abandonados de Santa Felicidade" para "Educandário Santa Felicidade" não se restringiu apenas à alteração do nome, uma vez que relevantes remodelações seriam efetuadas na instituição. Evidencia-se que as funções sociais da instituição ganharam uma nova perspectiva, juntamente com as mudanças estruturais. De mais significativo, pode-se citar: a criança que fosse admitida no Educandário não viveria mais na provisoriedade; e o Educandário não deveria mais receber crianças de todas as idades, mas apenas de 1 a 7 anos, com capacidade para 50 crianças. Posteriormente, no ano de 1955, o Estado ampliava a capacidade e a faixa etária, comunicando que: "a capacidade dessa escola é de 60 meninos [...]. A idade escolar das crianças nesse estabelecimento é de 0 dias a 7 anos" (PARANÁ, 1956, p. 177).

As readequações e remodelações efetuadas no antigo "Abrigo Provisório para menores de Santa Felicidade", agora Educandário Santa Felicidade faria parte de um conjunto de encaminhamentos do Estado que continuariam a busca por um "Paraná Maior" e fariam de Curitiba um "canteiro de obras". A imagem da construção da Praça Santos Andrade, em 1956 (Figura 16), evidencia que as obras do Estado privilegiariam a urbanização da cidade.

As alterações e melhoramentos não se restringiriam apenas ao Educandário Santa Felicidade, outras instituições seriam beneficiadas com a concretização do Plano de Governo efetuado no ano de 1953. Em Mensagem do Governador, de 1955, ele assinala que os "melhoramentos se fizeram nos diferentes educandários destinados aos menores do sexo masculino abandonados ou desajustados" (p. 135).

Convém esclarecer, no entanto, o fato do governo se referir a "diferentes educandários", não significa que o Paraná contaria com grande quantidade de educandários sob sua responsabilidade. Até o ano de 1956 existiam somente três educandários públicos do Estado: o de Santa Felicidade, o Dr. Caetano Munhoz da

Rocha e o de Nossa Senhora das Dores³⁹, todos em Curitiba. Muitas instituições, somente passariam a educandário décadas depois, como é o caso do “Preventório Infantil Manoel Ribas”⁴⁰, que passou a ser educandário somente no ano de 1974.



FIGURA 16 - PRAÇA SANTOS ANDRADE (1956)
Fonte: Acervo da Casa da Memória de Curitiba (multimeios).

³⁹ De acordo com as mensagens apresentadas à Assembléia legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956 (PARANÁ, 1956, p. 178) e de 1960 (PARANÁ, 1960, p. 176) pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, o Educandário Nossa Senhora das Dores seria destinado à recuperação de “menores transviadas” e funcionaria no mesmo edifício do Asilo São Vicente de Paulo, seria, então, uma obra correccional para moças. Existiria um berçário para acomodar as filhas das mães solteiras.

⁴⁰ De acordo com o documento intitulado “Notas preliminares sobre a questão do Menor e as políticas sociais no Brasil e no Paraná”, o “Educandário Manoel Ribas” foi inaugurado sob a denominação de “Preventório Infantil Manoel Ribas”, passando a denominar-se Educandário Manoel Ribas no dia 8 de abril de 1974.

No entanto, não somente os educandários receberiam melhoramentos, o "Lar Escola Hermínia Lupion", obra em construção no governo anterior, que provavelmente seria objeto de entraves políticos devido ao fato de seu nome ser uma homenagem à esposa do governador Moysés Lupion, com a mudança de governo, voltaria a figurar nos documentos oficiais referentes a 1954. Dessa forma, manifesta-se o governador Antonio Annibelli: "verificou-se a conclusão, equipagem e funcionamento do 'Lar Escola Hermínia Lupion', localizado no populoso bairro das Mercês" (PARANÁ, 1955a, p. 135).

Se no período em que o prédio era destinado ao Abrigo Provisório, as reivindicações do Serviço de Assistência Social já incluíam alterações na estrutura do prédio, com a mudança das funções sociais da instituição os argumentos se tornariam mais sólidos, o que culminaria na conquista dos itens reivindicados. Evidencia-se, nos relatórios do Serviço de Assistência Social, a preocupação de assegurar à criança internada no Educandário, espaços e tempos específicos da infância. E mesmo com as profundas alterações, reivindica-se a solução de novos problemas e antigos problemas, do período de "Abrigo Provisório".

A maioria das crianças que foram internadas no "Educandário Santa Felicidade" proviriam da Capital, diferentemente do período de Abrigo Provisório, cuja maior parte das crianças provinha do interior do Estado. No relatório de 1953 não consta nenhuma criança advinda de outros Estados. Nesse sentido, há indícios de que o perfil das crianças atendidas no Educandário era diferente do perfil das atendidas anteriormente no Abrigo Provisório. Mas a faixa etária atendida não se restringiu à estipulada, inicialmente, quando da mudança de Abrigo para Educandário. Em janeiro de 1954 existiriam 62 crianças na instituição, com faixa etária entre 1 e 11 anos. Observa-se, assim que a instituição atendia uma demanda não condizente com a estrutura que possuía, pois como seria o desenvolvimento de crianças de 11 anos em um ambiente adequado para crianças de até sete anos? Como atender qualitativamente 62 crianças em uma estrutura para 50 crianças? Os limites entre o ideal e o real ainda seriam um sério obstáculo para garantir a qualidade do atendimento dispensado à infância.

As alterações nas instituições minimizariam os problemas da superlotação e da estrutura inapropriada ao desenvolvimento integral da infância, mas não o eliminaria. O movimento de internamentos nas instituições para crianças abandonadas do Estado, em Curitiba, subordinadas ao Departamento de Assistência Social, continuaria, como no caso do “Educandário Santa Felicidade” (Tabela 5), acima de sua capacidade normal.

TABELA 5 - MOVIMENTO DE INTERNOS NO “EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE” NO ANO DE 1954

CRIANÇAS INTERNAS NO EDUCANDÁRIO	QUANTIDADE
Existiam em 31/12/1953	59
Entraram durante o ano corrente (1954)	64
Total	123
Desligados	31
Transferidos	33
Fugas	00
Existentes até o dia 20/12/1954	59

Fonte: Adaptado de Paraná, 1955, p. 141.

A diminuição e até mesmo ausência de fugas no Educandário remetem a duas proposições que não convergem na mesma direção. Na primeira, a criança do Educandário não veria mais a fuga como uma alternativa de resistência, porquanto o ambiente do Educandário a agradaria de alguma forma, pois raros foram os casos de fugas. De maneira geral, ao deixar de ter caráter de provisoriedade, a instituição despertou na criança e nos profissionais do SAS maior segurança, pois durante o mês de janeiro de 1954 não haveria fugas, hospitalizados e transferidos. Nesse sentido, o SAS não precisaria mais cumprir com a finalidade de fazer uma triagem e determinar o destino das crianças. Aquelas crianças, que chegavam à instituição seriam destinadas a permanecer no Educandário, onde deveria estar a sua "família" e seria o seu "lar". A segunda proposição diz respeito à faixa etária atendida e à capacidade. Uma vez que a instituição passou a atender apenas crianças de 0 a 7

anos e em menor número, havendo ainda um aumento no número de profissionais para atendê-las, não haveria oportunidades de fugas, já que as crianças eram menores e melhor vigiadas a possibilidade de fugirem e adoecerem diminuiria. Por outro lado, a transferência não seria mais uma finalidade da instituição, pois esta só seria efetuada após as crianças completarem sete anos e antes de completarem oito anos.

Independente das duas proposições estarem consubstanciadas ou não, interessa ressaltar que a ausência de fugas na instituição foi uma importante mudança, resultante das ações do Estado e da instituição, direcionadas à infância.

4.1.1 A composição física da instituição: ampliação do atendimento à criança

A partir do ano de 1953, os relatórios da Diretoria Geral da Educação (DGE) passam a apontar mudanças significativas na estrutura física e nas funções da instituição, dada a passagem de Abrigo Provisório para Educandário. Nesta segunda fase da instituição, o caráter socioeducativo torna-se evidenciado pelas alterações que a sua estrutura física sofre.

A arquitetura da instituição (Figura 17) sofre readequações, conforme as suas finalidades socioeducativas. Inicialmente, no período de Abrigo Provisório, o prédio recebeu as crianças sem readequá-lo ao atendimento a que se destinava, pois conforme destacado anteriormente, foi construído para ser um Posto de Higiene e Saúde. Posteriormente, no período de Educandário, as mudanças na arquitetura demonstram uma maior consideração com o ambiente oferecido à educabilidade das crianças.

A planta baixa da instituição⁴¹ (Figura 18) proporciona pistas desse novo espaço destinado à Infância.

⁴¹ A planta possui o nome do Educandário, porém não possui data.



FIGURA 17 - EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE (SEM DATA)

Fonte: Acervo da Secretaria da Criança e da Juventude.

A partir da análise da planta da instituição, aponta-se para a possibilidade de que, com as readequações, ampliaram-se os espaços socioeducativos destinados à infância que lá se encontrava. A existência de três salas de aula indica que algumas atividades poderiam ser realizadas em atmosfera escolar. O Serviço de Assistência Social relata que a criança de 1 a 7 anos foi beneficiada com novas instalações sanitárias que possibilitavam, finalmente, o banho diário. A casa foi ampliada e pintada. Construiu-se a casa do diretor, um pavilhão para recreação e, independente, a rouparia e lavanderia. O mobiliário e a decoração foram dirigidos à nova faixa etária das crianças:

Referente ao mobiliário e decoração, tivemos as seguintes melhorias: - a) mesinhas de côr creme com 6 lugares, para o refeitório. Camas, berços e roupeiros, verde claro, nos dormitórios. b) Foram colocadas cortinas nas janelas, e passadeiras nos corredores e quartos. (PARANÁ, 1953b, s/p)

Ao se considerar as melhorias promovidas no Educandário, pode-se visualizar a precariedade da estrutura da instituição, no outrora “Abrigo Provisório”. O ambiente provisório seria substituído por um ambiente considerado mais propício à educabilidade da criança.



Figura 02

FIGURA 18 - PLANTA DO EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE (SEM DATA)
Fonte: Acervo da Secretaria da Criança e da Juventude.

Em 1956, o Educandário Santa Felicidade seria considerado pelo governo como "um dos melhores no que se refere às suas instalações" (PARANÁ, 1956, p. 177). Entretanto um grande problema seria apontado pelo Serviço de Assistência Social: o Juizado de Menores encaminharia, quase que diariamente, novos internados, o que resultaria em problemas sérios de superlotação: "por exemplo, a direção se vê obrigada a colocar duas crianças em cada cama" (PARANÁ, 1956, p. 177).

Nesse sentido, parece que o Estado e o Educandário caminhavam em direções contrárias. Para o Estado, não seria um problema encaminhar um número de crianças acima de sua capacidade, porém para a instituição a capacidade acima do previsto implicaria em sérias dificuldades estruturais.


Dentre essas dificuldades, em 1953, a alimentação seria um problema parcial, pois o Serviço de Assistência Social expõe que com o desenvolvimento da horticultura a alimentação seria melhorada, dada a presença de legumes diariamente nas refeições. Nessa direção, a Figura 19 ilustra as despesas do Educandário durante o mês de fevereiro de 1954.

Conforme é possível observar na figura 19, mesmo com a horticultura, o gasto da instituição com verduras era de Cr\$ 200,00. Isso implica em considerar que a produção da instituição não daria conta do número de crianças que lá se encontrava.

Nas despesas do Educandário consta o consumo de verdura, leite, carne e pão. É provável que os outros alimentos básicos consumidos pelas crianças fossem enviados pelo Estado e, por isso, não constam nas despesas da instituição.

O gasto com passes da "Auto Viação Santa Felicidade" diz respeito aos deslocamentos das crianças e profissionais da instituição. Havia diferentes necessidades de deslocamento, tal como, para o Juizado de Menores, o Departamento de Assistência Social, lojas para compras, hospitais, visitas aos pais, passeios, Colégio Estadual, Serviço de Saúde Pública, Departamento Estadual de Compras e farmácia.

Constata-se que a passagem de Abrigo Provisório para Educandário favoreceu a ampliação da composição material destinada à criança, mas a ampliação não se restringiria aos aspectos estruturais, pois as crianças também passaram a contar com novas possibilidades de educação, recreação e lazer.


Estado do Paraná
 Secretaria do Trabalho e Assistência Social.
 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
 EDUCANDÁRIO STA. FELICIDADE.

.....28 Santa Felicidade, 28 de fevereiro de 1954.

Sra. Diretora:-

Comunicamos a V.S. que as despesas efetuadas durante o mês neste Educandário foram as seguintes:-

Gastos de passes na Auto Viação Sta. Felicidade conf. relação anéxa..... Cr\$ 314,00

Fornecimento de verduras pelos senhores José Perui & Filhos Cr\$ 200,00.


Fornecimento de 560 (quinhentos e sessenta) garrafas de leite, feito pela S. Cooperativa dos Fornecedores de L. de Curitiba.

Fornecimento de 700 (setecentos) quilos de carne pelos senhores Salvador Oliva & Cia. Ltda.

Fornecimento de 304 (trezentos e quatro) quilos de pão pelo snr. Abagge.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a V.S. as nossas,

CORDIAIS SAUDAÇÕES.


Heitor Pereira Santos.
 Chêfe de Serviço.

A Dra.
 Bracema Moreira.
 DDma. Diretora da Divisão dos Casos Coletivos.
 Secretaria do Trabalho e Assistência Social. NESTA -

FIGURA 19 - RELATÓRIO DE 1954
 Fonte: Acervo do Arquivo Público do Paraná.

4.2 PROPOSTAS À INFÂNCIA POBRE E ABANDONADA: EDUCAÇÃO, RECREAÇÃO E LAZER

As readequações quanto à estrutura e funcionamento do Educandário sinalizam para uma concepção distinta do conceito de infância e criança. As atividades foram ampliadas e, aparentemente, planejadas, e não apenas improvisadas como no período de Abrigo Provisório. Demonstra-se uma acentuada preocupação com o desenvolvimento mais amplo da criança:

Quanto ao problema do vestuário foi resolvido com a restrição do uniforme. A feitura de roupas leves, laváveis e práticas; aventais escolares com distintivos do Educandário, favoreceu bastante, tanto na facilidade de troca, como na moral dos internados. [...]

Foram introduzidos diversos meios de recreação infantil e horas de lazer, como: leituras de livros infantis, trabalhos manuais, massas para modelagem, jogos, passeios, assim como discos com histórias para criança, têm sido de grande proveito e estímulo para os menores. (PARANÁ, 1953b, s/p)

Desta forma, identifica-se nos relatórios da instituição a preocupação com o desenvolvimento da criança. À medida que o atendimento médico e odontológico continuaria, as condições de higiene e alimentação seriam melhoradas, reconhecendo-se a necessidade de atendimento especial para as crianças em idade pré-escolar, bem como as iniciativas de capacitar os profissionais mais aptos para melhor atender as crianças, mesmo reconhecendo que essa capacitação dificilmente seria empregada.

Permanecendo apenas neste estabelecimento menores em idade pré-escolar, requerem cuidados especiais, na sua formação, educação e hábitos higiênicos, tendo sido escolhidos funcionários para desempenharem tal função, aos quais foram-lhe ministrados normas de higiene e tratamento com os menores, mas que por falta de princípios e práticas, dificilmente é levada em execução. (PARANÁ, 1953b, s/p)

Visualiza-se nos relatórios um possível novo olhar para a criança, à medida que se reconhecia a relevância em cercá-la de espaços e de profissionais adequados ao seu desenvolvimento. Os problemas identificados pelo Serviço de Assistência Social incluem também a preocupação com o desenvolvimento cognitivo da criança:

PROBLEMAS ENCONTRADOS

I) - No momento se faz necessário uma pessoa com prática e conhecimentos, para atender os menores, e que permaneça no Educandário.

II) - Uma sala de aula destinada ao Jardim de Infância.

III) - A falta de uma banheira e de um chuveiro elétrico para os dias frios.

SUGESTÕES

Sugerimos o revestimento do solo em torno do Predio. Afim de evitar a lama nos dias de chuva, e a organização de um Parque Infantil. (PARANÁ, 1953b, s/p)

O espaço de circulação da criança, assim como a possibilidade de convivência da mesma com outras pessoas, foi ampliada. O que é muito diferente quando comparado ao período de abrigo provisório que, com exceção das crianças que saíam para o passeio semanal como "recompensa por bom comportamento" – e que conseguiam por algumas horas conviver com outras pessoas –, as crianças ficavam normalmente restritas ao ambiente institucionalizado.

No Educandário, além da convivência com os profissionais do SAS, da administração, da manutenção e com uma professora de Educação Física, elas passariam a ter contato com outras crianças e adultos, pois quando a criança completava sete anos, deslocava-se do Educandário para outras instituições que ofereceriam ensino formal.

Cumprir destacar que, entre as funções do Educandário, não estaria a de prover o ensino e a aprendizagem das crianças. Desta forma, quando a criança completasse sete anos, ela saía da instituição no horário escolar para frequentar uma escola pública. Assim, a evidente mudança nas funções da instituição com a passagem de "Abrigo Provisório" para "Educandário", oportunizaria tempos e espaços socioeducativos mais amplos às crianças.

No dia 22 de dezembro de 1954, o Serviço de Assistência Social do Educandário enviou um ofício à Diretora dos casos coletivos do DAS, informando a programação da Semana do Natal e convidando-a para assistir as festividades, conforme demonstra o ofício apresentado na Figura 20.

A partir da análise desse ofício anterior, pode-se constatar que havia interesse da instituição em programar atividades condizentes com as aspirações da criança. A fase da infância seria compreendida como uma etapa que demandaria algum tipo de encaminhamento que diferenciaria a criança de um adulto.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 EDUCANDÁRIO STA. FELICIDADE
 Curitiba, 22 de dezembro de 1953

119

Snta. Diretora.

Pela presente tenho a honra de convidar V.S. para assistir a festa do Natal, realizada neste Educandário.

PROGRAMA:

Dia 23 de dezembro
 As 14 horas - Secção cinematográfica (Desenhos animados).
 As 16 horas - Passeio pela colonia de Sta. Felicidade.

Dia 24 de dezembro
 As 15 horas - Distribuição de Coca-Cola Taí e guloseimas.
 As 16 horas - Distribuição dos presentes pelo Papai Noel.

Dia 25 de dezembro
 As 7 horas - Missa na Paróquia do local.
 As 11,30 - Almoço para os menores.

CARDÁPIO: Maionese, carne de porco e macarronada.
 SOBREMESA: Compota de figo.

As 14 horas - Passeio de ônibus pela cidade e visita aos caspios.

Dia 26 de dezembro
 As 15 horas - Exibição de um cão anestrado.
 As 16 horas - Lanche da Nestlé.

Sendô o que se nos oferece para o momento, aproveitamos a reiterar a V.S. as expressões do nosso elevado apreço e distinta consideração.

Luiz Maria Prada
 Assistente social

PROTÓCOLO 2441

BASEMA MOREIRA
 Diretora dos Casos Coletivos do Departamento de Assistência Social

FIGURA 20 - OFÍCIO ENVIADO AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (1954)
 Fonte: Acervo do Arquivo Público do Paraná.

Tanto no período de Abrigo Provisório, como no de Educandário, algumas reivindicações do SAS continuaram, como a aquisição de um parque de diversões e a construção de um galinheiro. Nesse sentido, em 1953, "o projeto de um galinheiro foi apresentado, e construído um chiqueiro" (PARANÁ, 1953b, s/p). No entanto, no ano de 1955 (PARANÁ, 1956, p. 177) importantes reivindicações seriam conquistadas, como um "novo e agradável" salão de alvenaria especialmente construído para servir como sala de recreação, a pintura de todo o prédio, a criação de um jardim de infância e a inauguração de um pequeno parque de diversões. Isso conduz à afirmação de que os encaminhamentos em relação à criança pobre e abandonada, no período de Educandário, sofreram mudanças significativas, que de alguma forma melhoraram a vida da criança, mas isso não significaria apenas rupturas no modo de conceber a criança e a infância, pois algumas permanências subsistiriam.

4.3 OS EGRESSOS DO EDUCANDÁRIO SANTA FELICIDADE

Em 1953, com a concretização do Plano de Trabalho do Estado para o Departamento de Assistência Social, a remodelação das instituições e a criação dos Educandários parecia ser a melhor alternativa para a infância pobre e abandonada. Entretanto, em 1955, o governador Moysés Lupion, em mensagem do ano de 1956, ao se referir ao Departamento de Serviço Social (DSS)⁴² – órgão que na ocasião era responsável pelas crianças abandonadas que se encontravam em instituições do Estado, em Curitiba –, assinala que:

Podemos chamar de graves os problemas que temos de resolver neste campo. Mais de mil menores sob a guarda do Estado não encontram dentro dos Educandários o ambiente adequado para a sua formação e, em muitos

⁴² De acordo com o documento intitulado "Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado", por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956, pelo Senhor Moysés Lupion, governador do Paraná, o Departamento de Serviço Social seria constituído por: Divisão de Serviço Social de Organização da Comunidade; Divisão de serviços Sociais dos Casos Individuais; Assessoria Jurídica; Seções de Expediente, Protocolo, Contabilidade, Estatística e Material. À Divisão de Serviço Social de Organização da Comunidade caberia o entrosamento entre o Estado e as entidades privadas que prestavam assistência à saúde, à infância e à velhice, através de hospitais, asilos e orfanatos. Subordinados a esse órgão também estavam os estabelecimentos para menores e velhos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. (PARANÁ, 1956, p. 175)

casos, para a sua recuperação necessária. As causas serão diversas, mas a principal parece ser a falta de pessoal técnico especializado. (PARANÁ, 1956, p. 176)

A questão da infância em condição de abandono não se apresentaria tranquila para o governo em exercício, tal como não o havia sido nos governos anteriores. O próprio Estado admitia esse fracasso. Entretanto, não emerge nesse período nenhuma medida para prevenir que a criança se encontrasse naquela situação. A raiz do problema parece não ter sido percebida, isto é, a criança abandonada era, antes de tudo, o resultado de uma família abandonada pelo Estado. E talvez isso justifique o fracasso de seus empreendimentos.

Os dados do movimento das instituições subordinadas à Divisão de Serviço Social de Organização da Comunidade do Departamento de Serviço Social, realmente seriam desanimadores para o Estado (Tabela 6).

TABELA 6 - MOVIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS PARA MENORES E VELHOS DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SUBORDINADOS À DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NO ANO DE 1955

ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE DE INTERNOS
Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido	133
Educandário Santa Felicidade	104
Dementes do Asilo São Vicente de Paula	131
Escola Profissional para Menores de Piraí do Sul	80
Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha	141
Educandário Nossa Senhora das Dores	111
Lar Escola "Hermínia Lupion"	360
Total de "Menores"	1.060
Idosos	272
TOTAL GERAL	1.332

Fonte: Paraná, 1956.

A afirmação do governo de que a situação seria grave é compreensível, pois se o Educandário Santa Felicidade teria capacidade para atender 50 crianças, que tipo de atendimento seria dispensado a elas, com um número excedente em 100%? O Educandário Santa Felicidade deveria, como visto anteriormente, abrigar crianças de 1 a 7 anos. Contudo, para onde iriam as crianças quando completassem 8 anos?

Na passagem de “Abrigo Provisório” para “Educandário Santa Felicidade”, as crianças acima de 7 anos seriam remanejadas para o “Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha” (antigo Abrigo do Portão) que com as remodelações do Estado passaria a atender crianças de 7 a 12 anos⁴³. Os egressos do Educandário Santa Felicidade provavelmente continuariam destinados ao referido Educandário. Entretanto, nos relatórios do Educandário Santa Felicidade continuaria a constar crianças de até 11 anos. Possivelmente as crianças continuariam na instituição até que surgisse uma vaga em instituição para crianças acima de 7 anos, mas a espera poderia ser interminável devido à superlotação de todas as instituições destinadas ao atendimento de crianças desamparadas.

O destino dos egressos do Educandário Santa Felicidade talvez se apresentasse como indesejável à criança, uma vez que as perspectivas não seriam das melhores. A mensagem de governo do ano de 1956 exporia que o Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha:

[...] está sob a orientação de Irmãs de Caridade. As reformas para a boa e completa recuperação dessa obra são de grande monta. Há necessidade de pintura interna e externa do edifício, instalações sanitárias novas, conserto e colocação de vidros, de portas, camas novas, porque as existentes são péssimas, colchões, travesseiros, cobertores, etc.

A capacidade desse estabelecimento é de 120 menores, e ele conta atualmente com 137, tendo, como se vê, ultrapassado a sua capacidade em internados. (PARANÁ, 1956, p. 178)

Diante disso, é fato que as crianças que seriam transferidas antes de completarem 8 anos, do Educandário “Santa Felicidade” para o “Dr. Caetano Munhoz da Rocha”, enfrentavam problemas semelhantes àsquelas crianças do outrora “Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade”:

⁴³ Cumpre observar que a mensagem do governo de 1955 especifica que o referido educandário atenderia crianças de 7 a 12 anos, e a mensagem de 1956, de 8 a 12 anos.

precariedade nas condições de higiene, má conservação da instituição, falta de camas, superlotação etc.

Nesse sentido, uma questão emerge: se a situação dos internos do Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha era precária, em que situação as internas do Educandário Nossa Senhora das Dores se encontraria? Infelizmente, as perspectivas seriam análogas, senão agravantes. Nesse sentido, manifesta-se o governo, em 1956:

Asilo São Vicente de Paula - Abriga a velhice desamparada de ambos os sexos.

O prédio é antigo, porém de alvenaria, mal comportando, entretanto, a população que lá vive.

Todos os seus cantos são aproveitados. Instalações sanitárias precárias, tanto do ponto de vista de localização como de higiene.

São ainda alojados anormais de todas as espécies, de ambos os sexos, trazendo um ambiente heterogêneo e contristador ao visitante.

Funciona ainda, no mesmo edifício, o Educandário Nossa Senhora das Dôres, obra destinada à recuperação de menores transviadas.

Os resultados práticos têm sido nulos, pela falta de elementos técnicos capacitados para a recuperação dessas moças.

Como se vê, dentro de uma instituição, funcionam três obras com finalidades diferentes, orientadas por um número cada vez menor de Irmãs de caridade. (PARANÁ, 1956, p. 178)

Pode-se notar na Mensagem de governo que os espaços destinados às crianças e jovens abandonados, em muitas situações, podem ser considerados desumanos. A situação do Educandário Dr. Caetano Munhoz da Rocha e do Educandário Nossa Senhora das Dores ilustra perfeitamente as condições em que se encontraria a infância e a adolescência pobre e abandonada em instituições de assistência no ano de 1956.

Nesse sentido, cabe salientar que a passagem da instituição de Abrigo Provisório para Educandário, de certa forma, rompeu com a situação de provisoriedade em que as crianças se encontravam no período de Abrigo Provisório, entretanto não garantiria estabilidade às crianças, pois depois que completassem 7 anos e antes de completarem 8 anos, seriam encaminhadas à outra instituição.

Norbert Elias (1993), ainda em 1939, período que antecedeu a criação do Abrigo Provisório, alerta para o fato de que

As forças estruturais que atuam tão visivelmente hoje para uma mudança mais ou menos rápida das instituições e dos relacionamentos interpessoais levam com não menor clareza a mudanças correspondentes na estrutura da personalidade. Neste caso, também, obtemos uma idéia mais clara do que está acontecendo comparando-o, como um arranco numa direção dada, com movimentos passados dos quais é continuação. (p. 266-267)

Nessa direção, pode-se considerar que a trajetória da infância do abrigo provisório ao educandário é o resultado das ações do Estado do Paraná à infância pobre e abandonada. Os encaminhamentos direcionados à infância apontam tanto aspectos de mudanças como de continuidades, entretanto, sinaliza para um ponto de convergência, em seus dois períodos, a finalidade da instituição em relação à criança priorizou as ações de abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.

Walter Benjamin

Eleger o tema "Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: Ações do Estado do Paraná à infância do Abrigo Provisório para Menores de Santa Felicidade ao Educandário Santa Felicidade (Curitiba, 1947-1957)", permitiu a identificação das ações do Estado do Paraná direcionadas à infância atendida pelo Abrigo Provisório e, posteriormente, pelo Educandário, ações estas que caracterizaram as especificidades desse atendimento, suas prescrições e realizações, bem como as implicações que as ações do Estado e do atendimento prestado pela instituição investigada representou na vida da criança e, ainda, as mudanças e continuidades na trajetória dos encaminhamentos e propostas da instituição à infância.

Enquanto Abrigo Provisório, denota-se que essa instituição apresentou dificuldades para solucionar os problemas advindos da provisoriedade quanto à efetivação de propostas que garantissem à infância, no mínimo, o que estava prescrito no Código de Menores de 1927. A triagem e o abrigo do corpo da criança se caracterizaram como a primordial finalidade da instituição. Observa-se que os encaminhamentos do Serviço de Assistência Social voltados à criança privilegiaram a higiene, as boas maneiras, a saúde e a educação para o trabalho.

Os discursos expressos nos jornais em defesa da proteção à maternidade e à infância nos anos iniciais da década de 1940, ou seja, anteriores à instalação do Abrigo Provisório, não se caracterizaram como uma iniciativa isolada da conjuntura política, histórica e social brasileira. Esses discursos estavam em consonância com o que acontecia em nível nacional.

A instalação do Abrigo Provisório foi uma ação do governo do Paraná viabilizada pela mudança na conjuntura política do país. Instalar um Abrigo Provisório para Menores Abandonados em um prédio planejado para ser um Posto

de Higiene e Saúde não é uma casualidade. A demanda pelo atendimento à infância desamparada foi uma pressão social que resultou na mudança das finalidades de um prédio.

A infância do Abrigo Provisório ao Educandário foi responsabilidade exclusiva do Departamento de Assistência Social do Paraná, que não possuía o mesmo apoio e parceria oferecidos, em nível nacional, ao Departamento Estadual da Criança. O Departamento de Assistência Social se encarregaria da população, considerada por muitos dos gestores e intelectuais, como a mais frágil e marginalizada do Estado: crianças, jovens e idosos em situação de pobreza, abandono e/ou delinquência.

O Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade deveria ter competência para selecionar e abrigar provisoriamente a infância pobre e abandonada em parceria com o Juizado de Menores. Essa determinada competência não incluiria abrigar a infância delinquente. Os encaminhamentos do Juizado de Menores evidenciam claramente a hierarquização da infância pobre e abandonada. A infância do Abrigo Provisório seria destinada a voltar para a família, ser colocada em outra família ou ir para uma escola profissionalizante que, geralmente, seria o Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido. Entretanto, a infância delinquente seria designada à Escola de Reforma ou à Ilha das Cobras.

A situação de provisoriedade na vida das crianças do Abrigo Provisório, assim como a grande distância entre o que foi prescrito no Código de Menores de 1927 e o que foi realizado pela instituição, constituem aspectos que envolvem múltiplas implicações. O analfabetismo seria apenas uma constatação, enquanto a educação para o trabalho seria um objetivo a ser alcançado pela instituição. Uma forma de contestação por parte da criança, frente à situação em que se encontrava era forjar uma identidade; por outro lado, um mecanismo de resistência frente aos encaminhamentos da instituição era manifestado através da fuga.

A inquietação por parte do Serviço de Assistência Social com os palavrões proferidos pelas crianças denota intensa preocupação em cuidar do espírito dessas crianças, a fim de educá-las também moralmente.

A passagem de Abrigo Provisório para Educandário não garantiu que os objetivos que já faziam parte das preocupações do Serviço de Assistência Social, na

fase da provisoriedade, fossem significativamente ampliados. A estrutura e o funcionamento da instituição sofreram readequações que ocasionaram uma maior preocupação com os espaços destinados à educabilidade das crianças, assim como demonstrou uma maior sensibilidade dos gestores em relação à concepção de criança e de infância.

No entanto, as permanências continuariam, isto é, se o Abrigo Provisório tentou abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho, o Educandário reiterou essas propostas. Nesse sentido, nos relatórios da instituição transparece que a infância desamparada esteve, geralmente, subordinada às burocracias funcionais e institucionais e quase sempre seria alvo de medidas que denotavam preocupação, prioritariamente, com a educação para o trabalho.

A concepção de educação voltada para o trabalho é tão contundente que os relatórios do Serviço de Assistência Social reivindicaram, em várias oportunidades, a construção de um galinheiro para ocupar as crianças. Sob essa mesma perspectiva, o Departamento de Assistência Social reiterou tal reivindicação à medida em que, posteriormente, foi construído um chiqueiro para ocupar as crianças. Depreende-se, assim, uma concepção de infância e educação diferenciada e específica para as crianças que se encontravam em situação de pobreza e abandono.

Por outro lado, a reivindicação da construção de um parque de diversões pelo Serviço de Assistência Social não foi atendida no período de 1947 a 1957. Interessante pensar na seguinte contradição: o Departamento de Assistência Social conseguiria convencer o Estado da importância em se construir um chiqueiro na instituição, entretanto não teria o mesmo poder de convencimento em se tratando da construção de um parque de diversões.

A contestação e a resistência das crianças manifestadas com os atos de forjar a identidade e/ou fugir, bem como de conseguir levar outra criança consigo, parecem representar as circunstâncias nas quais melhor identificamos a infância da criança pobre e abandonada. Isso sinaliza para as idéias de Ferreira (2002):

Ao significar que as crianças não se 'limitam' a reproduzir o mundo dos 'grandes' à sua escala, mas 'pelo avesso', o reconstruem e ressignificam através de múltiplas e complexas interações com os pares, permite mostrá-las não só como autoras das suas próprias infâncias, mas também como atores sociais com interesses e modos de pensar, agir e sentir específicos e

comuns, capazes de gerar relações e conteúdos de relação, sentido de segurança que estão na sua gênese como grupo social. (p. 59)

Ao visualizar apenas a sombra da criança enquanto sujeito de sua própria história, esse estudo aponta para o que já havia apontado Arroyo (1999) na introdução da obra "Infância no Sótão", isto é:

[...] temos pouca pesquisa e pouca literatura sobre a história da Infância, da adolescência e da juventude para formar a sensibilidade histórica dos educadores. [...] Sim, porque a memória social e pedagógica sobre as crianças foi ocultada, foi jogada nos porões, nos sótãos. (p. 10)

As indagações suscitadas, inicialmente, pela imagem depredada da instituição, foram imprescindíveis na análise das fontes, contudo apenas parcialmente respondidas na medida em que se vislumbrou apenas a sombra da criança e da sua infância. As fontes que poderiam retratar a posição da criança diante da infância na pobreza, no abandono, na institucionalização e no trabalho, como desenhos, pinturas, redações, anotações, diários, entrevistas, não foram encontradas.

As análises se deram sempre sob a perspectiva do adulto e da instituição, uma vez que as fontes escritas e iconográficas foram produzidas por adultos e, conseqüentemente, interpretadas sob o ponto de vista do adulto. Em suma, a infância e a criança visualizadas nessa pesquisa configuram um espectro da criança pobre e abandonada que viveu no contexto do período de 1947 a 1957 na referida instituição.

A análise das ações do Estado do Paraná voltadas à infância pobre e abandonada, sinaliza um significativo problema relativo ao estudo das instituições de assistência à infância no âmbito da História e da Historiografia da Educação no Estado, consideradas as dificuldades para a obtenção de fontes e referências sobre as instituições e órgãos de assistência à infância paranaense, no período investigado (entre as décadas de 1940 e 1950). Muitas das considerações aqui formuladas a respeito das instituições e órgãos que tinham relação com o Abrigo Provisório e o Educandário, demandaram a busca por fontes primárias. Dessa forma, o Departamento Estadual da Criança, o Departamento de Assistência Social

do Paraná, a Escola de Reforma, o Centro de Formação Profissional para Menores do Campo Comprido, a Ilha das Cobras, o Lar Escola "Hermínia Lupion", entre outras, representariam importantes contribuições à História e Historiografia da Educação brasileira, embora parte da documentação histórica encontre-se armazenada em arquivo improvisado e sujeito a inundações, mofo e descarte.

Se uma das alternativas para se visualizar a infância pobre e abandonada de dado período histórico é estudar as fontes sobre as instituições que a assistiram, adentre-se a elas...

Para o momento, saliento a relevância que, na História, na Historiografia e nas atitudes perante a infância e a criança, torna pertinente reiterar os apelos de Arroyo (1999): "A infância pede passagem. Pede nossa atenção. Pede que a reconheçamos como sujeitos sociais e culturais" (p. 8). Não com a intenção, parafraseando Benjamim (1985), de que conheçamos exatamente como foi a infância de dado período histórico, mas na expectativa de que os fragmentos encontrados signifiquem a apropriação de uma reminiscência que se manifeste num momento oportuno.

Que se manifestem as reminiscências...

REFERÊNCIAS

ALENCAR NETO, Menton de. **Edifícios escolares para internatos**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília. n. 18, v. 6, p. 392 - 405, 1945.

ALMEIDA, Ana Nunes. **A sociologia e a descoberta da infância**: contextos e saberes. Fórum Sociológico. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000.

ANTONIO, Ricardo Carneiro. **Arte na educação**: o projeto de implantação de escolinhas de arte nas escolas primárias paranaenses (décadas de 1960-1970). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Padri e figli nell'Europa medievale moderna**. Roma-Bari: Laterza, 1976.

ARROYO, Miguel. Apresentação. In: VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.7-19.

ASILO São Vicente de Paulo Disponível em: <<http://www.asilosavicente.org.br>>. Acesso em: 26 jul. 2008.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. Trabalho do adolescente: história, política e legislação. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido (Org.). **Infância tutelada e educação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998, p. 101-116.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido (Org.). **Infância tutelada e educação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

BECCHI, Egle; JULIÁ, Dominique. Storia dell'infanzia, storia senza parole? In: BECCHI, E.; JULIÁ, D. (a cura di). **Storia dell'infanzia**: dall'antichità al seicento. Roma-Bari: Laterza, 1996, p.viii-xxvii.

BECCHI, Egle; FERRARI, Mônica; GRANDINI, Mônica; MICOTTI, Sara. Per una storiografia dell'infanzia come figura educativa, In: BECCHI, Egle (a cura di). **Storia dell'Educazione**. Firenze: La Nuova Itátia, 1987, p. 181-203.

BENCOSTTA, Marcus L. A. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Magia e técnica, arte e política. v. 1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas).

BERNAL, Elaine Marina Bueno. **Arquivos do abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

BERTUCCI, Liane Maria. **Saúde: arma revolucionária.** São Paulo - 1891/1925. Campinas: Unicamp, 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002, p.11-60.

BOLTANSKI, Luc. **Puericultura e morale di classe.** Firenze: Guaraldi, 1972.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância – sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 11, p. 7-44, 1986.

BRITTES, Olga. **Infância, trabalho e educação: a revista Sesinho (1947-1960).** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. Infância, Higiene e Saúde na Propaganda (usos e abusos nos anos 1930-50). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, p. 249-278, 2000.

CÂMARA, Sônia. Por uma acção preventiva e curativa da infância pobre: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **Para a compreensão histórica da infância.** Lisboa: Campo das Letras, 2006.

_____. **Sob a guarda da república: infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920.** 468 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).** Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Ensaio sobre a arquitetura em Curitiba: colégios e educandários.** v. 2. Curitiba: Editora Autores Paranaenses, 2006.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhoa. **Ensino profissional feminino em Curitiba: a Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955).** 281f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

COLOMBO, Irineu Mario. **O adolescente infrator e o sistema de ensino paranaense**: a trajetória da escola para menores Professor Queiroz Filho (1965-1992). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002

CORREIA, Ana Paula Pupo. **História & arquitetura escolar**: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953). 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria. Prefácio. In: BERNAL, Elaine Marina Bueno. **Arquivos do abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

CUNNINGHAM, Hugh. Introduzione, La storiografia dell'infanzia. In: **Storia dell'infanzia**. Bologna: Mulino, 1997, p. 7-27.

CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Cidade, homem, natureza**. Curitiba: SMMA, 1997.

DEMAUSE, Lloyd. L'evoluzione dell'infanzia. In: DEMAUSE, L. (a cura di). **Storia dell'infanzia**. Traduzione di: Lucia Bonardi. Milano: Emme Edizione, 1983, p. 9-91.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934). Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e cultura urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. A legislação como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, Diana Gonçalves; GONDRA, José Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; DUARTE, Regina Horta (Org.). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) **Para a compreensão histórica da infância**. Lisboa: Campo das Letras, 2006.

FERREIRA, Manuela. Do "avesso" do brincar ou... as relações entre pares, as rotinas da cultura Infantil(is) instituinte das crianças no jardim-de-infância. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos**. Portugal: ASA, 2002.

FERREIRA, António Gomes; GONDRA, José G. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Para a compreensão histórica da Infância**. Lisboa: Campo das Letras, 2006, p.153-177.

FILHAS da Caridade de São Vicente de Paulo. Disponível em: <<http://www.filhasdacaridade.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Alunos rústicos, arcaicos & primitivos**: o pensamento social no campo da educação. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Da idéia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FROEBEL, Friedrich. **A educação do homem**. Passo Fundo: UPF, 2001.

FUNEF. **Asilo São Vicente de Paula**. Disponível em: <<http://www.asilosaovicente.org.br>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **O Brasil Republicano**: sociedade e política. v. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONDRA, José Gonçalves. Filhos da sombra: "engeitados" como problema da "Higiene" no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano. (Org.). **A Infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 125-142.

_____. Conformando o discurso pedagógico: a contribuição da medicina. In: FARIA FILHO, Luciano. (Org.). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 97-118.

GUILHERMOU, Alain. **Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus**. São Paulo: Agir, 1973.

IPPUC. Instituto Paranaense de Planejamento Urbanístico de Curitiba. **Curitiba em dados**. Curitiba: IPPUC, 2003.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano. (Org.). **A Infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

KUHLMANN JR., Moysés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p.459-497.

_____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito “menor”. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARQUES, Marília Bernardes. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Silvia. Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 8, p. 85-104, jul-dez/2004.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 59, v. 23, p. 57-78, 2003.

MENDONÇA, Dante. **Ilha das Cobras**. Paranáonline, 19 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/colunistas/67/3992/>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia Científica: a descoberta da criança**. São Paulo: Flamboyant, 1965.

MUCCILLO. Jorge Muccillo. **O menor e o direito**. Porto Alegre: Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1961.

NEILL, Alexander Sutherland. **Liberdade sem medo (Summerhill)**. São Paulo: IBRASA, 1973.

NETTO, Alvarenga. **Código de menores: doutrina, legislação, jurisprudência**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1941.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). **Cinco estudos em História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Milton Ramos Pires de. "**Formar cidadãos úteis**": os patronatos agrícolas e a infância pobre na primeira república. São Paulo: Editora São Francisco, 2003.

PANDINI, Silvia. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná**: "viveiro de homens aptos e úteis" (1910-1928). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Vara da Infância e da Juventude. **Autos nº 2008.779-1j**. Curitiba, 2008.

PEREIRA, Ivonete. **Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinqüência e da desvalia**: Florianópolis - 1900/1940. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

PEREIRA, Osny Duarte. **Vade-Mecum Forense**: Coletânea de Leis do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1961.

PESTALOZZI, Johan Heinrich. **Cartas sobre educación infantil**. Madrid: Tecnos, 2001.

PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto**: 80 anos de História contados pela Folha. São Paulo: Publifolha, 2002.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Teoria e história, Rio de Janeiro, n. 10, v. 5, p. 201-213, 1992.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PROVÍNCIA Portuguesa das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Disponível em: <<http://www.portal.ecclesia.pt/instituição>>. Acesso em: 26 jul. 2008.

QUINTANAS CABANAS, José Maria. Estudio preliminar. In: PESTALOZZI, J. H. **Cartas sobre educación infantil**. Madrid: Tecnos, 1996, p. IX-XXVII.

RAGAZZINI, Dário. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 18, p. 13-28, 2001.

RICARDO, Aristides. Educação e a criança abandonada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do INEP**, RBPE, n. 23, v. 8, p. 366-367, 1946.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEA, Agnes; TÉTARD, Philippe (Org.). **Questões para a história do tempo presente**. Baurú: Edusc, 1999, p. 39-50.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1997.

ROHDEN, Fabiola. **Natalidade, nação e raça no Brasil das especialidades médicas em torno de sexo e reprodução**. Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0240.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANDRI, Lucia. Percorsi di vita Ed educazione dei trovatelli a Firenze e in Toscana dal XVI al XVIII secolo. In: COVATO, Carmela; ULIVIERI, Simoneta (a cura di). **Itinerari nella storia dell'infanzia: bambine e bambini, modelli pedagogici e stili educativi**. Milano: Edizione Unicopli, 2001.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Memória e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)**. 174f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1995.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da Infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). **Crianças e miúdos: perspectiva sociopedagógica sobre infância e educação**. Portugal: ASA, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares (Orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Infância: sol do mundo – a Primeira Conferência Nacional de Educação e a construção da infância brasileira (Curitiba, 1927)**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1997.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 37, v. 19, p. 59-84, 1999.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. **Amamentação: fardo ou desejo. Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento na sociedade brasileira**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina da USP/RP, Ribeirão Preto, 1990.

SILVA, Wesley. **Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinqüência de menores em Belo Horizonte (1921-1941)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Cadeira 18 - Homero de Mello Braga (1907-1985)**. Disponível em: <<http://www.sbp.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

SOUZA, Gizele. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná (1900-1929)**. 2004.

Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

_____. **A criança em perspectiva: olhares do mundo sobre o tempo infância.** São Paulo: Cortez, 2007.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose: de criança para menor.** 1998. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos.** Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos científicos)

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, n. 39, v. 13, p.502-516, dez./2008.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no sótão.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Entregues à própria sorte. **Revista Nossa História**, n. 9, ano 1, jul. 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, Luciano. (Org.). **Educação, modernidade e civilização.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 1986.

VILLA, Marco Antonio. **Jango: um perfil (1945-1964).** São Paulo: Globo, 2004.

WACHOWICZ, Ruy Christovam; MALCZEWSKI, Zdzislaw. **Perfis polônicos no Brasil.** Curitiba: Vicentina, 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **O camponês polonês no Brasil.** Curitiba, Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.

FONTES

Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

BRAGA, Homero. Um jornal a serviço da infância. Curitiba, 1948.

PARANÁ. Assistência e Protecção aos Menores Abandonados. Regulamento aprovado por decreto n. 794 de 20 de Julho de 1925.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 1ª Legislatura da Segunda República. Curitiba, 1935.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo Senhor Moisés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1948a.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949 pelo Senhor Moisés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1949a.

PARANÁ, Governo. A concretização do Plano de Obras do Governador Moyses Lupion (1947-1950). Curitiba, 1950a.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1950 pelo Senhor Moisés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1950b.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada ao povo do Paraná pelo Senhor Moyses Lupion, governador do Estado, ao término de seu mandato. Curitiba, 1950c.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, 1951a.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, 1952a.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, 1953a.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 3ª legislatura pelo Senhor Antonio Annibelli, governador do Paraná. Curitiba, 1955a.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1956 pelo Senhor Moysés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1956.

PARANÁ, Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1960 pelo Senhor Moysés Lupion, governador do Paraná. Curitiba, 1960.

PARANÁ. Secretaria de Saúde e Assistência Social. Realizações do Departamento Estadual da Criança durante o governo de Moysés Lupion. Curitiba, 1951b.

JORNAL "O DIA" (1940-1958)

JORNAL "DIÁRIO DA TARDE" (1940-1958)

JORNAL "CORREIO DO PARANÁ" (1940-1958)

JORNAL "ESTADO DO PARANÁ"(1951-1975)

Acervo do Arquivo Público do Paraná

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1948b.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1949b.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1950d.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1951c.

PARANÁ. Diretoria Geral da Educação. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1952b.

PARANÁ. DIRETÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1953b.

PARANÁ. DIRETÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, 1954.

PARANÁ. DIRETÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO. Relatório enviado pelo Departamento de Assistência Social, Curitiba, 1955b.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Relatório apresentado à Exma Snra. D. Darcy Sarmanho Vargas, digníssima Presidente da Comissão Central pela Exma.

Sra. D. Rosina Veiga Lopes, Presidente da Comissão Estadual do Paraná. Curitiba, 1944.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Relatório de 1946 apresentados pelo Dr. Otávio da Rocha Miranda, Presidente da LBA ao Conselho Deliberativo. Rio de Janeiro, 1947.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador, pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Abilon de Souza Naves, Curitiba, 1951d.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador, pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Abilon de Souza Naves, Curitiba, 1962.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador, pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Abilon de Souza Naves, 1965.

Acervo da Casa da Memória

REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. n. 224, ano XLIV, dez. 1953.

Acervo da Casa da Memória (multimeios)

Nr. do Cadastro: **FO, 3285 - SN, 3184**

Tema Principal da Imagem: Praça Carlos Gomes

Descricao da Imagem: **Praca Carlos Gomes esquina com a Avenida Marechal Floriano Peixoto e rua Pedro Ivo.**

Fotografo: WISCHRAL, Arthur

Reproduzido por: FERNANDO AUGUSTO

Data da Reproducao: 12/05/1993

Local da Imagem/Município: Curitiba, PR

Atrib. de Local da Imagem: Praça Carlos Gomes

Atribuicao de Data da Imagem: 1950

Colecao/Fundo: Fundo Casa da Memoria

Forma de Aquisicao: Doacao

Anotacoes Anverso Imagem: Impresso na B.I.: Praça Carlos Gomes - Fevereiro de 1950

Nr. do Cadastro: **FO, 3982 - SN, 3969**

Tema Principal da Imagem: Praça Santos Andrade

Descricao da Imagem: **Praca Santos Andrade, aparece ao fundo o Teatro Guaira em construcao, no canto a direita, Rua XV. Na praca operarios trabalhando e no seu contorno calcada, em petit pavet.**

Fotografo: WISCHRAL, Arthur

Reproduzido por: FERNANDO AUGUSTO

Data da Reproducao: ??/02/1994

Local da Imagem/Município: Curitiba, PR

Data da Imagem: ??/11/1956

Colecao/Fundo: Casa da Memoria

Forma de Aquisicao: Doacao
 Anotacoes Anverso Imagem: PM - DOI/ Praca Santos Andrade/ reforma/ nov.1956

Nr. do Cadastro: **FO, 4888 - SN, 4882**
 Tema Principal da Imagem: Alto Sao Francisco
 Descricao da Imagem: **Alto Sao Francisco, 1947**
 Fotografia: WISCHRAL, Arthur
 Local da Imagem/Município: Curitiba, PR
 Atrib. de Local da Imagem: Praca Dr. Joao Candido
 Data da Imagem: 00/01/1947
 Colecao/Fundo: Fundo Casa da Memoria
 Forma de Aquisicao: Cessao

Nr. do Cadastro: **FO, 15188 - SN, 15188**
 Tema Principal da Imagem: Praça Zacarias
 Descricao da Imagem: **Praça Zacarias arborizada com palmeiras, com o Petit pave, (aparece automoveis, iuminação publica, palmeiras)busto do Zacarias Goes de Vasconcelos. E 1º plano a esquerda aparece um posto de gasolina.**
 Fotografia: WISCHRAL, Arthur
 Reproduzido por: CAMPOS, Marcos
 Data da Reproducao: 02/08/2001
 Local da Imagem/Município: Curitiba
 Atrib. de Local da Imagem: Praça Zacarias
 Data da Imagem: ??/07/1946
 Colecao/Fundo: Coleção Arthur Wischral
 Forma de Aquisicao: Compra
 Anotacoes Anverso Imagem: Legenda na BI: "Praça Zacarias / julho de 1946"

Nr. do Cadastro: **FO, 16722 - SN, 16722**
 Tema Principal da Imagem: Rua XV de Novembro
 Descricao da Imagem: **Rua XV de Novembro. Trecho entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto, no sentido da Praca Santos Andrade.**
 Fotografia: WISCHRAL, Arthur
 Reproduzido por: CAMPOS, Marcos
 Laboratorista: ANDRADE, Guto
 PAZ, Luciano
 Data da Reproducao: 00/06/2002
 Local da Imagem/Município: Curitiba
 Data da Imagem: 00/00/1942
 Colecao/Fundo: Coleção Arthur Wischral

Acervo da Secretaria da Infância e da Juventude

SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. Termo de Cessão de uso que entre si celebram o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP e a Secretaria de Estado da Saúde. Curitiba, 1997.

_____. Certidão de Registro de Imóveis nº. 97 do 1º ofício de registro de títulos e documentos referente a certificação de circunscrição do ano de 1950. Curitiba, 1953.

_____. Certidão de Registro de Imóveis do 1º ofício de registro de títulos e documentos referente a transcrição das transmissões com data de setembro de 1922. Curitiba, 1965.

_____. Certidão de Registro de Imóveis da 1ª circunscrição referente a terreno do Instituto de Ação Social do Paraná. Talão nº 467, p. 43, nº 49.643. Curitiba, 1966.

_____. Certidão de Registro de Imóveis da 1ª circunscrição referente a circunscrição com data de março de 1966, folha 59. Curitiba, 1989.

_____. Escritura Pública de Compra e Venda de terreno em Santa Felicidade pelo Instituto de Assistência ao Menor. Curitiba, 1967.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR. Notas Preliminares sobre a Questão do Menor e as Políticas Sociais no Brasil e no Paraná. Sem data. Datilografado.

_____. Histórico das Unidades Sociais Oficiais. Sem data.

INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ. Perfil Psico-Sócio-Econômico e Pedagógico do Educandário Santa Felicidade. Sem data.

_____. Ofício 047/97. Ofício encaminhado pela Diretora Técnica do IASP aos juízes e promotores da vara da Infância e da Juventude.

_____. Ofício 1169/97. Ofício encaminhado pelo diretor presidente do IASP à juíza da Vara da Infância e da Juventude.

_____. Ofício 1172/97. Ofício encaminhado pelo diretor presidente do IASP ao Promotor de Justiça.

_____. Ofício 1173/97. Ofício encaminhado pelo diretor presidente do IASP ao Promotor de Justiça.

_____. Ofício 1174/97. Ofício encaminhado pelo diretor presidente do IASP ao juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude.

Legislações

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores (Código de Menores). Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 31 out. 1927. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=45297>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=94882>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

_____. Decreto nº 7.270, de 29 de maio de 1941 – Dispõe sobre o Registro de Nascimento de Menores Abandonados e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941 – Cria o “Serviço de Assistência a Menores” (SAM).

_____. Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 – Cria o SENAI.

_____. Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1944 – Dispões sobre a Corrupção de Menores.

_____. Decreto-Lei nº 6.865, de 11 de setembro de 1944 – Redefiniu a competência do “Serviço de Assistência a Menores” (SAM), dando-lhe jurisdição em todo o território nacional.

_____. Decreto nº 16.575 de 11 de setembro de 1944 – Aprova o Regimento do “Serviço de Assistência a Menores” (SAM).

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 19 de setembro de 1946. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=227436>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

_____. Decreto nº 29.857, de 6 de agosto de 1951 – Altera o Regulamento do “Serviço de Assistência a Menores” (SAM).

_____. Decreto nº 42.510, de 26 de outubro de 1957 – Aprova o regimento do “Serviço de Assistência a Menores” (SAM).

PARANÁ. Decreto-Lei n.º 615 de 13 de maio de 1947. Cria a Secretaria de Saúde e Assistência Social e dá outras providências. Curitiba, 1947.